

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

EM NOME DA LIBERDADE

- o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000.

Cícero Ferreira de Albuquerque

Recife/ PE
Agosto/2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

EM NOME DA LIBERDADE

- o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000.

Dissertação apresentada por Cícero Ferreira de Albuquerque ao Mestrado em Sociologia para obtenção do grau de mestre, orientada pela Prof^ª Dr^ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

Recife/ PE
Agosto/2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

EM NOME DA LIBERDADE

- o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000.

Cícero Ferreira de Albuquerque
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Dissertação aprovada em 29 de agosto de 2003.

Comissão examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Maria Nazareth Baudel Wanderley – Presidente/Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna - PPGS

Prof^ª. Dr^ª. Anita Aline Albuquerque Costa – Titular Externa - UFPE

Suplentes:

Prof^º. Dr^º. Paulo Henrique Martins de Albuquerque - Suplente Interno - PPGS

Prof^º. Dr^º. Peter Wielfried Schroder – Suplente Externo

Recife/ PE
Agosto/2003

Albuquerque, Cícero Ferreira de

**Em nome da liberdade : o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000 / Cícero Ferreira de Albuquerque. – Recife : O Autor, 2003.
cxliv folhas : il., tab.**

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2003.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia rural. 2. Sociologia política. 3. Cana-de-açúcar – Aspectos sociais e políticos. 4. Moradia – Poder e voto. I. Título.

**316.334.55:32
307.2**

**CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)**

**UFPE
BC2003-319**

À minha mãe, Nazaré.

Ao meu irmão, Márcio.

Aos meus filhos, Vinícius e Maurício.

À Sandra, minha companheira.

AGRADECIMENTOS

Corro o risco de esquecer algumas pessoas que colaboram com a realização deste trabalho. Foram muitas as pessoas que quiseram e contribuíram para que ele se tornasse realidade.

Agradeço inicialmente às pessoas que confiaram em mim assinando uma carta de recomendação quando da minha inscrição para o processo de seleção. A minha gratidão aos professores Paulo Marcondes, Paulo Décio de Arruda Mello e Douglas Apratto Tenório será eterna.

Às minhas companheiras de turma Marilyn Sena, Cíntia Reis, Fátima, Juliana Borba, Elizabeth, Marcela Zamboni, Nínive e de forma muito especial à Wedna Galindo que me acolheu em sua casa como a um irmão e a um amigo de longas datas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e de forma particular à professora Maria Nazareth Baudel Wanderley pelos ensinamentos, pela dedicação e pela gentileza.

Ao pessoal da secretaria do curso nas pessoas de Lúcia, Ceres e Zuleika.

À Patrícia, Eduardo Montenegro e Marta pela gentileza e companhia nas viagens.

Ao amigo Cícero Pérciles de Carvalho pelo estímulo, pela confiança e pela colaboração permanentes.

Aos amigos Sérgio Onofre e Cícero Domingos de Oliveira, presidente do STR de Atalaia, pelas colaborações.

Ao senhor Pedro Onofre e aos funcionários da 19ª TRT/Al pelo espírito de colaboração.

À professora Arlete Félix pela revisão.

Aos funcionários do IBGE/Al nas pessoas de Graça, Alberto, Sérgio e Hélio pela acolhida e apoio.

À Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa de Alagoas – FAPEAL - pela bolsa de estudo que me apoiou nas idas e vindas semanais à cidade do Recife.

Ao Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas por ter disponibilizado dados.

De forma mais especial ainda às pessoas que me receberam em suas casas e deram os seus depoimentos que por razões éticas devo preservar os seus nomes, mas que não esquecerei a gentileza e a disposição em contribuir.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que produzem riqueza e concentram pobreza. Em especial à dona Maria Rodrigues que num final de tarde, enquanto falava da sua experiência como mulher trabalhadora, mãe e avó, confessou só ter no fogo de lenha no quintal atrás da casa que estava prestes a deixar em direção a um povoado, “uma jaca e um restinho de galinha pra tapear fome dos meninos”.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
DA HEGEMONIA DA CANA	20
1.1 ATALAIA E A CONVERSÃO AOS CANAVIAIS	24
OS ESPAÇOS DE VIDA	32
2.1 A HETEROGENEIDADE DO RURAL	39
2.2 EM BUSCA DE UMA TIPOLOGIA	42
2.3 ALAGOAS E ATALAIA, UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO	49
DO SISTEMA DE MORADIA E DA VIDA NA CIDADE	55
3.1 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE PRODUÇÃO	66
3.2- DA LUTA PELA A TERRA E POR DIREITOS	86
3.3- DA VIOLÊNCIA COMO PRÁTICA DE CONTROLE COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO SOCIAL	92
3.4- O PAPEL DA JUSTIÇA DO TRABALHO	97
4. DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS	103
4.1 ENTRE “O TEMPO DA POLÍTICA” E “O DIA DA ELEIÇÃO”	118
4.2 OS NOVOS CONTORNOS DA DÁDIVA E DO CLIENTELISMO	122
5 CONCLUSÕES	131
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

RESUMO

Não há como compreender o Brasil sem estudar a cana-de-açúcar e as relações sociais que ela produziu e continua a produzir na sociedade brasileira. O cultivo da cana e a produção do açúcar estão na raiz de grande parte dos vínculos sociais caracterizadores da sociedade brasileira. Cana e açúcar compõem mais do que uma atividade fundamental para a economia brasileira em todos os tempos. Juntos dão forma a um fenômeno social profundamente enraizado na alma de nossa gente e na cultura do nosso país. Este estudo sobre as mudanças nas relações de trabalho, moradia e voto do universo canavieiro se inspira no esforço de compreensão das relações sociais e políticas do Nordeste, que, devido às condições e conformações históricas das realidades particulares têm dinâmicas diferentes em cada Estado. Um exemplo disso é o fato da luta por direitos e por reforma agrária estar se dando em Alagoas quase três décadas depois de toda a agitação política ocorrida em Pernambuco nos anos 60. No mundo canavieiro temos assistido a um esvaziamento do rural/privado enquanto espaço de moradia e a uma dinamização do urbano/público. Uma das causas principais desse fenômeno é a reestruturação produtiva e as mudanças por que passam as relações de trabalho na sociedade capitalista. Uma das conseqüências desse movimento é o surgimento de novas relações políticas na região canavieira. Os modelos teóricos que explicam estas relações como de assimetria e de dívida unilaterais precisam ser revistos, pois não dão conta da realidade, se é que um dia deram. É preciso estar atento aos sinais de autonomia política dos trabalhadores que as novas relações revelam. Fora do ambiente rural/privado representado pela fazenda e vivendo no universo urbano/público que corresponde ao povoado, à vila ou à periferia da cidade, o trabalhador conquista mais liberdade. Isso se manifesta de diferentes formas. O ingresso na Justiça do Trabalho para reclamar direitos, a mudança ou a recusa de um tipo de relação de trabalho e as negociações que realiza nos períodos eleitorais são indicadores de que o trabalhador – dentro da pequena margem de manobra que a condição de subempregado e de graves carências materiais que marcam a sua existência – assume o comando das suas vontades. As eleições municipais são a arena principal na qual os trabalhadores vêm demonstrando mais poder, mais autonomia e força para barganhar. Mas isso não é tudo. As ações humanas não obedecem a uma lógica de pura racionalidade. As relações de dívida compõem uma dimensão importante nas relações sociais e políticas do Nordeste e da sociedade brasileira e ajudam na relativização do poder dos trabalhadores, mas também indicam que as classes dominantes também precisam fazer concessões para garantir o seu domínio.

ABSTRACT

There is no way of studying Brazil unless we study the sugar cane in the social relations it has produced and has still been producing in Brazilian society. The rise of sugar cane and the production of sugar consist of the root of the majority of social links which have characterized the Brazilian society. Sugar cane and consist of more than just a fundamental activity for Brazilian economy in all times. Together they form a social phenomenon deeply imbedded in air peoples soul and in our country's culture. This study about the changes in work relations, habitation and vote of the cane universe is inspired in the effort to understand the social and political relations in the Northeast which, due to the historical conditions and characteristics of their particular realities, presents different dynamics according each state. One example of this is the fight for their rights and for land distribution reform which is happening in Alagoas almost three decades after all political movement occurred in Pernambuco in the Sixties. We have watched an emptying of the rural/private as space habitation in the sugar cane world as well as a dynamization of the urban/public. One of the main causes for this phenomenon is the restructure and the changes that the work relations have been passing in the capitalist society. One of the consequences of the movement is the appearing of new political relations in the sugar cane region. The theoretical models which explain these relations such as the asymmetry and the unilateral gifts need to be revised because they do not explain the reality, if it can be considered that they explained, some day. It is necessary to be attentive to the signs of the workers political autonomy that these new relations reveal. Out of the rural/private environment represented by the farm and living in the urban/public universe, which corresponds to be village or the cities surroundings, the worker conquers more freedom. The phenomenon takes shape in different ways. The ingression in the Justice Work Bureau to. Complain for their rights, the change or the denial of a sort of work relation and the negotiations made during the election period are signs that the worker controls the power of his wishes, within the small margin that the condition of subemployed and the deep material lacks which determine his lifetime. The municipal elections are the main arena where the workers have been demonstrating more power, more autonomy and strength to bargain. However, this is not everything. The human actions do not obey a logic of pure rationality. The relations of gifts consist of an important dimension in the social and political relations in the Northeast and the Brazilian society and also help in the relativism of the of the workers' power, although they also indicate that the dominant classes need to make concessions to guarantee their domination as well.

INTRODUÇÃO

A sociedade nordestina é fortemente influenciada pela cultura da cana-de-açúcar. A presença da cana e da indústria sucro-alcooleira na região teve – e tem – grande influência na vida de suas instituições e nas suas relações sociais, fenômenos, aliás, fartamente estudados por pesquisadores como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Diégues Júnior, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia e outros tantos.

A cana serviu perfeitamente à estratégia de colonização portuguesa porque exigia uma grande quantidade de braços e a ocupação de amplas áreas territoriais. Além disso, o açúcar era amplamente aceito no mercado externo e pela sua condição de especiaria¹, atendendo assim, simultaneamente, aos interesses mercantilistas da metrópole e aos dos donatários, ávidos pelas riquezas que poderiam obter com o seu plantio nas novas posses.

O tempo passou e quinhentos anos depois verificamos a força que tem o modelo de ocupação do solo baseado na posse de grandes áreas territoriais e a atividade produtiva da cana-de-açúcar na condução da economia e na definição das relações sociais da região Nordeste. Mas verificamos também a grandeza das transformações ocorridas e a exigência de compreender os seus significados. Não podemos mais pensar o Nordeste simplesmente como caudatário da cana e a sociedade nordestina a partir do modelo do engenho.

Vivemos uma época de grandes mudanças e elas cobram novos estudos, novas investigações. É preciso identificar adequadamente como as novas relações produtivas e a própria reestruturação do setor canavieiro alteram as relações sociais e políticas da região. As mudanças do Nordeste canavieiro são profundas. E não mudou apenas de engenho para usina, de senhor de engenho para usineiro, de escravo para morador de condição ou de

¹ “Na Europa era caro como jóia e raro como a justiça”. (Cascudo, 1971:23)

morador de condição para habitante de ponta de rua. Mudaram as relações de trabalho e de dominação, surgiram novas alternativas de vida, novas categorias e novas dinâmicas sociais.

A realidade do Nordeste e da região canavieira exige um novo olhar. Nosso objetivo neste trabalho é identificar as transformações nas relações de moradia e trabalho, vendo as mudanças que esse movimento provoca nas relações políticas tradicionalmente organizadas no universo da cana-de-açúcar. Motiva-nos fundamentalmente neste processo reconhecer os sinais de superação das velhas relações de dominação e registrar os sinais de autonomia desenvolvidos pelos trabalhadores, mas impõe-se também assinalar os sinais de permanência que a realidade muitas vezes esconde.

Durante toda a pesquisa, estivemos diante do desafio de abordar a realidade a partir de um procedimento metodológico e da tarefa de escolher categorias conceituais que permitissem identificar como a inserção dos trabalhadores no meio urbano influencia a sua participação nos processos eleitorais, bem como, e apesar disso, identificar os vínculos que mantêm – quando mantêm - com o meio rural e os significados destes vínculos sobre o fenômeno estudado. O mesmo fim tem a investigação sobre o homem do campo e seus vínculos com a cidade. Buscamos identificar na participação política dos trabalhadores rurais que vivem no campo ou na cidade, conforme uma de nossas hipóteses, similaridades e diferenças comuns aos dois universos, da mesma forma procuramos analisar como os trabalhadores e os outros agentes entrevistados, interpretam a participação política dos trabalhadores rurais.

As categorias teóricas rural/privado e urbano/público e as representações que os trabalhadores fazem delas são centrais, pois perpassam e *significam* de forma especial o fenômeno em estudo. Estas categorias têm significado especial em nossa análise porque

seria insuficiente estudar as relações sociais e políticas, seja no universo rural ou no urbano, sem perceber as profundas e significativas conseqüências das categorias privado e público sobre elas.

Partimos do pressuposto de que rural e urbano, privado e público são categorias que se relacionam e se articulam na nossa realidade, não só porque um caminha na direção do outro, no caso do rural e do urbano, mas também porque, em relação ao privado e ao público, na nossa sociedade, o espaço público nasceu sob o crivo do mundo privado. Há no Brasil uma longa experiência de apropriação do público pelo privado. Nas pequenas e médias cidades isso tem se revelado de forma mais grave. Analisando o fenômeno do poder de mando na política local por alguns grupos familiares percebemos que quem detém o poder econômico passa quase que automaticamente, salvo raras exceções, a exercer o comando político local e alguns municípios se tornam verdadeiras propriedades das grandes famílias.

Uma hipótese central do nosso estudo é que vem se formando na ação política dos trabalhadores rurais uma nova dinâmica e que essa dinâmica tem como uma de suas características mais significativa o fato dos próprios trabalhadores estarem revelando um papel cada vez mais ativo, ou seja, os trabalhadores têm adquirido autonomia para negociar os seus interesses. Essa negociação indica uma mudança no comportamento político dos trabalhadores rurais e isso só acontece por que estão mais autônomos² e com maior poder de barganha de voto.

² Chave (1996:133), faz uma observação importante nesse sentido: "O compromisso que a balizava é hoje o centro significativo dessa relação entre político e eleitor. O proprietário perdeu, em larga medida, o poder sobre o 'voto de cabresto'. A maior autonomia do eleitor proporcionou um aumento da competitividade na disputa pelo voto. Entretanto, a manutenção do compromisso como um código político vigente sinaliza, ainda, a dependência como um signo da política. Porém, a dinâmica atual da política, aumentando a competição pelo voto, reforça o sentido igualitário da relação, ou sua promessa de igualdade".

As relações de dívida se realizam cada vez mais no universo urbano/público e se dão em torno de interesses particulares e coletivos. No universo público, dívida e direito se confundem e as relações de dominação que têm como matriz o mundo das fazendas e encontram nas relações de dívida um importante pilar de apoio se reorganizam a partir do aparelho do Estado. Enfim, por caminhos nem sempre retos, pois assim não são os caminhos da realidade, coube-nos investigar como, paralelo ou para além das relações de dívida e de “*cidadania concedida*”, desenvolve-se a autonomia e instituem-se novas relações políticas no universo rural/privado e urbano/público habitado pelos trabalhadores rurais.

Dizer que as relações construídas no universo rural brasileiro são relações de dívida e de clientela e aludir aos condicionamentos que provocaram e ainda provocam na ação política dos trabalhadores, virou quase lugar-comum³. Mais do que reconhecer as interfaces deste fenômeno, e suas novas configurações, procuramos identificar os sinais de poder, de autonomia e de dívida que vêm se revelando na ação política dos trabalhadores rurais.

O caminho percorrido para a compreensão do fenômeno definiu a forma como organizamos a apresentação do trabalho. No primeiro capítulo tratamos sinteticamente do significado da cana-de-açúcar, procurando destacar a sua centralidade para a história de Alagoas e do município de Atalaia – nosso estudo de caso. Este é um capítulo menor, pois

³ Palmeira e Goldman (1996: 6), analisando a evolução dos trabalhos sobre eleições realizados no Brasil entre 1950 e 1990 afirmam que “(...) as abordagens tradicionais das eleições tendem a conferir um caráter mais ou menos negativo tanto à dinâmica eleitoral quanto ao comportamento do eleitor. A explicação para as questões levantadas é em geral encontradas na falta de algum elemento tido a priori como essencial: racionalidade, informação, tradição e organização partidárias, eficiência governamental etc. As explicações para os comportamentos dos eleitores oscilam entre uma pretensa *irracionalidade* do eleitor, o fato dele não dispor das informações necessárias para decidir de forma *correta*, e a suposta desorganização do sistema partidário-eleitoral do país”. No que se refere à participação dos trabalhadores de forma particular, há um predomínio das análises que dão ênfase às relações de clientelismo e controle do voto”.

outras dimensões da realidade local, por um procedimento metodológico, serão tratadas no contexto dos temas estudados em cada capítulo do trabalho.

No segundo capítulo, entramos na discussão das categorias rural e urbano e procuramos abordar as diferentes concepções de urbano e de rural, bem como situá-las na realidade do Brasil, de Alagoas e de Atalaia. As duas categorias nos interessam como espaços de vida e dimensões ricas de significados. A análise dessas categorias se tornou imperativo, haja vista a centralidade que elas ocupam no nosso estudo e foi feita, especialmente, a partir dos estudos de Maria Nazareth Baudel Wanderley, de José Eli da Veiga, Maria Izaura Pereira Queiroz e Doralice Sátyro Maia.

No terceiro capítulo, tratamos da tradição e das mudanças nas relações de trabalho e moradia no universo rural/privado e do êxodo para a cidade como consequência do processo de proletarização e expropriação vivida pelos trabalhadores rurais. A análise desse processo nos leva a abordar um conjunto de temas que perpassam a temática inicial como a luta por direitos, o uso da violência como instrumento de dominação e o papel da Justiça do Trabalho enquanto instrumento do Estado para equacionar os conflitos. Neste capítulo temos uma dívida especial com a produção realizada pelos pesquisadores do Museu Nacional, em particular, com Moacir Palmeira.

No quarto e último capítulo abordamos a vida na cidade e a exigência que o ambiente urbano/público apresenta para o trabalhador. A liberdade é a expressão mais forte para definir a nova vida, mas ela vem acompanhada também do agravamento das suas condições de existência. É no enfrentamento dessas dificuldades que vão se compondo os signos de sobrevivência. A busca do protetorado de uma liderança política é sempre uma alternativa. A grande novidade desse processo, porém é que o trabalhador faz isso com mais autonomia e mais poder de barganha. Nesse capítulo nos apoiamos principalmente nas

concepções de “*habitus*” desenvolvida por Boudieu, de autonomia, desenvolvida por Castoriadis e Edgar Morin, de poder, desenvolvida por Foucault, de “*cidadania concedida*”, desenvolvido por Teresa Sales e nos textos sobre dom publicados no Brasil por Paulo Henrique Martins.

O período estudado – 1988/2000 – foi definido levando em consideração que ele envolve três eleições municipais⁴. Nossa pesquisa nasceu das observações realizadas no contexto do município de Atalaia e de anotações e análises realizadas na época em que fizemos acompanhamento e assessoria a movimentos populares como membro da equipe do Movimento de Educação de Maceió (MEB), no período de 1990 a 1997, nos municípios alagoanos de Viçosa, Cajueiro, Pilar, Branquinha e Murici, localidades que também têm suas economias assentadas na produção canavieira e que vivem o mesmo processo de esgotamento do sistema de moradia nas fazendas, de mudanças nas relações de trabalho e, por extensão, de novas demandas por políticas públicas, bem como do surgimento de novas formas de resistência e de luta pela satisfação de direitos e por participação política.

Não orientamos nossa investigação da realidade por uma relação direta na qual as mudanças nas relações de trabalho e moradia implicam num novo tipo de participação política dos trabalhadores rurais. Ter clareza de que outras variantes atuam sobre possíveis mudanças de comportamento é importante, porque não buscamos relações de causa e efeito absolutos e compreendemos que as relações sociais são relações prováveis, não relações necessárias. O nosso procedimento foi o de eleição de uma dimensão da realidade ou, simplesmente, conforme indica Castoriadis (1999:102), de distinção do que nos parece

⁴ Para o estudo do fenômeno em questão são as eleições municipais momentos de privilégio, ou, conforme Leal (1997,58), “É fora de dúvida que a mentalidade municipal tem predominado em nossas eleições”.

mais significativo. Numa pesquisa elegemos e valorizamos certos aspectos da realidade mais do que a outros.

Todo e qualquer objeto de pesquisa apresenta dimensões possíveis de abordagem quantitativa e qualitativa. Neste trabalho primamos pelo uso de um instrumental metodológico de matriz qualitativa. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa, a realização de entrevistas abertas e semi-abertas com diferentes atores sociais, a análise de discursos e de histórias de vida⁵.

As entrevistas foram realizadas com trabalhadores e trabalhadoras de idades diferentes e com experiência de moradia e trabalho em fazendas. Também foram entrevistados outros atores sociais diretamente envolvidos com a temática em questão. Dezesete entrevistas foram realizadas e assim distribuídas: três trabalhadores que deixaram o campo e vieram morar na periferia do município; três trabalhadores ainda residentes no universo rural; quatro dirigentes de classe, sendo três lideranças de trabalhadores e um dirigente patronal; um funcionário de usina; um juiz do trabalho e duas lideranças políticas, um ex-vereador e um vereador.

A decisão de entrevistar diferentes atores sociais teve como fim perceber como eles, a partir de suas posições sociais, de suas respectivas histórias de vida e no cumprimento de seus papéis interpretavam as relações de moradia, trabalho e voto, bem como que compreensão tinham das transformações ocorridas nessas relações e que ligação faziam delas com as mudanças estruturais ocorridas no universo canavieiro. As entrevistas foram encerradas no momento em que as informações começaram a se repetir.

⁵ Não houve fidelidade com nenhuma dessas técnicas. A definição foi a de procurar combinar as diferentes técnicas, tomando o cuidado de não deformá-las, mas também sem *engessar* o processo de pesquisa a uma única. A aplicação de uma técnica, por mais válida que ela seja, algumas vezes, representa um risco de burocratização do processo de investigação científica. Um mesmo fenômeno social pode e deve ser abordado de diferentes formas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Algumas foram marcadas com antecedência e os entrevistados souberam antecipadamente da temática geral da conversa, mas a maioria foi realizada sem aviso prévio e sem que os entrevistados soubessem com antecedência do seu conteúdo. Utilizamos ainda um diário de campo para registrar fatos percebidos durante as entrevistas e fazer observações no processo de levantamento de dados. Esse não foi um procedimento previamente definido e aconteceu à medida que era possível agendar previamente os encontros.

Nas entrevistas, dedicamos atenção a todas as falas que pudessem indicar elementos novos aos que já pressupunhamos existir na realidade e aos já registrados na literatura que tivemos acesso. A linguagem, como meio de expressão do *sentido* e do *entendido* que o sujeito social realiza sobre o mundo e suas condições concretas de vida, é expressão de dominação e poder social, pois “*embora as classes sociais diferentes sirvam-se de uma só e mesma língua, a palavra também se torna arena onde se desenvolve a luta de classes*”(Minayo,1998:234), mas é também um importante instrumento de afirmação das resistências e dos meios de libertação. O pesquisador deve problematizar o que ouve, observar que a fala tem esconderijos e que muitas vezes é mais significativo o que ficou *meio dito* do que o que foi *dito por inteiro*.

Os diferentes discursos dos diferentes entrevistados assumiram uma grande centralidade no nosso trabalho de pesquisa e foi graças a isso que pudemos acrescentar descobertas valiosas ou simplesmente confirmar informações das quais já dispúnhamos. As entrevistas se constituíram num recurso valioso para legitimar hipóteses e categorias previamente definidas – o pesquisador faz isso inevitavelmente –, e dados já registrados em

outros estudos, mas também serviram para abrir novas perspectivas de análise, pois como diz Foucault⁶:

“Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de partida de estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. (...) Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre as estratégias”.

É preciso, por tudo isso, compreender que a fala é área complexa, vulnerável, carregada de ideologia e que, do mesmo modo que é campo privilegiado de investigação tem seus limites bem delimitados. Assim sendo, não se deve sublimar as falas. É preciso tratá-las com cuidado, complementá-las com outras informações oriundas da coleta de dados estatísticos, quantitativos e com variadas referências bibliográficas.

As mudanças ocorridas nas relações de trabalho, moradia e voto no contexto das zonas canaveiras do Nordeste e as transformações profundas que o setor vive abrem novas fronteiras de estudo no campo das ciências sociais. Já dizia Luis da Câmara Cascudo⁷ que *“nos caminhos do açúcar há labirintos direcionais para qualquer projeto de investigação”*, o caminho que nos anima é o que revela uma alteração nas relações tradicionais de dádiva e o que demonstra estarem os trabalhadores mais autônomos, decidindo, defendendo e negociando os seus interesses.

⁶ Foucault, 1995: 96.

⁷ Cascudo, 1971:334

DA HEGEMONIA DA CANA

O cultivo da cana e a produção do açúcar representaram o mais importante movimento desenvolvido pela Coroa portuguesa para garantir a ocupação do território e a colonização do Brasil.

A cana chegou ao território brasileiro trazida pela expedição de Gonçalo Coelho. A região Nordeste, desde os primórdios da ocupação, revelou-se detentora de solo e clima propícios para o cultivo da cana.

Em 1533, com o nome de engenho do senhor governador, foi fundado, na capitania de São Vicente, o primeiro engenho brasileiro. A partir daí outros engenhos foram criados de tal forma que as duas capitanias, São Vicente e Pernambuco nada teriam conseguido sem a lavoura da cana-de-açúcar e nem a metrópole teria garantido a posse do território brasileiro sem ela. Assim sendo, a cana-de-açúcar se consolidou com “*uma cultura de fixação*”⁸.

A presença da cana-de-açúcar na história de Alagoas é também muito forte. A cana é alma das Alagoas⁹. A força da cana-de-açúcar na vida da sociedade alagoana é tão intensa que Diégues Júnior inicia O Bangüê nas Alagoas, um clássico da sociologia alagoana, dizendo o seguinte:

“A história do engenho de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga Capitania e Província. (...) As dificuldades que sofre o açúcar, refletem-se na história regional. Os seus dias de esplendor são os dias áureos da terra – vilas,

⁸ Cascudo – Op. Cit. p. 64.

⁹ Atualmente, período em que há uma maior diversificação da economia, a atividade sucro-alcooleira representa mais do que a metade da vitalidade econômica do Estado e é geradora do maior número de empregos, das maiores fontes de renda e de receita do Estado, a despeito de ser também a matriz geradora de uma economia profundamente concentradora de riquezas, de ser marcada pelo latifúndio e por um grave desequilíbrio social.

comarca, capitania, província ou Estado. (...) Por isso mesmo, não parece acreditável que possa existir uma história de Alagoas sem a do açúcar”¹⁰.

O povoamento do território alagoano pela Coroa portuguesa teve início na segunda metade do século XVI, a partir da região Norte do Estado, tendo Porto Calvo como centro irradiador e Cristóvão Lins como pioneiro. Em pouco tempo “*suas terras foram cobertas de canaviais e instalados alguns engenhos*”¹¹. Sem erro podemos dizer que “*o açúcar é uma ‘presença imperial’ na gleba alagoana e faz parte da própria gênese de nosso torrão*”¹². Os primeiros núcleos de povoamento de Alagoas, exceto Penedo, nasceram identificados com o plantio da cana e com a produção do açúcar¹³.

Estima-se que quando os holandeses chegaram ao Nordeste já existiam no território alagoano dezenas de engenhos. À época da emancipação política, 1817, cerca de quatro centenas e no período da abolição cerca de mil engenhos. Apesar da imprecisão destes números, fica clara a dinâmica acelerada da economia açucareira alagoana. No ano de 1913, conforme Diegues Júnior¹⁴, Alagoas chegou a liderar a produção nacional de açúcar. Esse dado chama ainda mais a atenção se considerarmos que Alagoas ingressou na República sem ter sequer uma usina ou um engenho central¹⁵ e de ter uma das menores extensões territoriais do Brasil.

Com a força do exagero de quem bem conheceu o doce da cana, mas também de quem atuou como porta-voz desse segmento, Osman Loureiro, usineiro e intelectual, ex-governador de Alagoas, no começo da década de 70 do século passado, com a pretensão de

¹⁰ Diegues Júnior, 2002:24, 25.

¹¹ Albuquerque, 1989:40.

¹² Queiroz, 1999: 42.

¹³ Em Andrade (1997:18), podemos ver que o litoral alagoano apresenta “condições as mais favoráveis à ocupação portuguesa; além de solos férteis de massapé nas várzeas dos rios, estes eram navegáveis, permitindo a penetração de embarcações e dispunham de farta alimentação”.

¹⁴ Diegues Junior – Op. Cit. Pg. 149.

¹⁵ Andrade, 1997:37.

sacramento, afirmou que a cana é, “*principalmente para nós do Nordeste, a nossa vocação. E o nosso destino*”¹⁶.

Osman Loureiro tinha motivos para ser tão enfático. Nesse período, o universo canavieiro nordestino, especialmente o alagoano, vivia um grande incremento na plantação da cana e na produção do açúcar. A partir da década de cinquenta as usinas alagoanas passaram a utilizar as terras de tabuleiro para o plantio da cana. Essa novidade provocou uma verdadeira revolução no cultivo dessa cultura e posicionou Alagoas na ponta da produção nacional. A essa inovação deve ser associada como fator estimulador toda a política de incentivo à produção de açúcar e álcool desenvolvida pelos governos militares.

Nesse cenário, a terra continua sendo a principal forma de riqueza. A indústria precisa da terra para ser áurea. A presença da cana é tão preponderante em Alagoas que ainda hoje parece impossível pensar o Estado sem a cana. Mesmo nos momentos de crise dessa atividade não se busca com firmeza alternativas econômicas para substituí-la. A cana tem um doce que cativa. A tabela 1 nos mostra com vigor que o modelo de colonização implantado pela Coroa Portuguesa sobreviveu e chega aos nossos dias com bastante vigor. Mais de 60% das terras de Alagoas concentram-se nas mãos de 3% de proprietários, enquanto cerca de 40% das terras pertencem a quase 97% de pequenos e médios proprietários.

¹⁶ Loureiro, 1970:28.

Tabela 1
Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupo de área total – Alagoas – 1970 e 1995

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos em 31.12 (%)		Proporção da área dos estabelecimentos em 31.12 (%)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	75,0	80,6	10,3	10,3
10 a menos de 100	21,6	16,2	28,6	25,5
100 a menos de 1000	3,2	3,0	40,9	45,0
1000 a menos de 10.000	0,2	0,2	17,2	15,4
10.000 e mais	-	-	3,0	3,8
Total	100	100	100	100

Fonte IBGE, Censos Agropecuários de 1970-1995.

Do litoral ao alto sertão a desigualdade nasce da terra e nela cria raízes. Essa concentração de riquezas tem uma relação diretamente proporcional aos males que enfrenta a maioria dos alagoanos. À concentração terra e de renda, corresponde a concentração de gente que disputa ‘migalhas’ para viver. À essa gente concentrada, inevitavelmente, estão associados os fatídicos dados sociais e humanos que indicam Alagoas como o Estado detentor de um grave Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O trabalhador da cana, paradoxalmente, é a maior vítima do progresso.

Na política, a influência e, na maioria das vezes, a determinação do poder do senhor de engenho ou do usineiro é a marca histórica mais forte. Nos *oitões* das casas grandes nasceu e cresceu o poder político do Estado. O prestígio do senhor da cana se espalha do litoral ao sertão. As famílias mais tradicionais e as oligarquias políticas mais consolidadas têm as suas raízes fincadas na propriedade da terra e sua história melada no açúcar.

1.1 ATALAIA E A CONVERSÃO AOS CANAVIAIS

O município de Atalaia está localizado geograficamente na Zona da Mata de Alagoas. Suas raízes históricas mais importantes estão profundamente ligadas à lavoura da cana-de-açúcar, e sua produção sempre foi orientada pela exigência dos mercados externos. As fazendas e engenhos de açúcar¹⁷ foram marcos do povoamento do município como de toda região canavieira do Nordeste.

Atalaia, quarto núcleo de povoamento de Alagoas, 1694, vai encontrar *“igualmente, no açúcar o elemento propulsor de sua riqueza, de seu crescimento, de seu progresso”*¹⁸. Originalmente reduto de negros fujões e centro de resistência contra a escravidão, daí a expressão atalaia, sinônimo de sentinela, de vigília, a região foi aquinhoadada pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho como prêmio pela destruição do Quilombo dos Palmares, fato que, em vida, não chegou a ser oficialmente regulamentado pela Coroa portuguesa. Conforme registros históricos, só em 1715, a viúva do bandeirante recebe como recompensa uma extensão de seis léguas de terras com prêmio pela destruição do Quilombo dos Palmares.

Em 1827, graças à expressão econômica e populacional que registrava, Atalaia foi elevada à categoria de município. Sua extensão territorial inicialmente era tão grande que fazia extremos com o município pernambucano de Corrente e representava toda uma região das terras de Alagoas. Com o tempo, Atalaia sofreu vários desmembramentos e deu origem a diversos outros municípios que, sucessivamente, também desmembrados, geraram novos municípios.

¹⁷ Cavalcante (1980:72), analisando o papel dos engenhos na economia e no povoamento do município afirma: “Não se sabe na ordem cronológica de fundação, quais os engenhos bangüês que surgiram primeiro neste município, sabe-se apenas que em 1849 Atalaia já possuía 30 engenhos, em 1854, 33 e em 1859 descera para 26. Posteriormente subiu para 60, mantendo este número até o fim do período dos engenhos”.

¹⁸ Diegues Júnior, Op. Cit. 72/73.



Figura 1 - Mapa de Alagoas

Atualmente, o município ocupa uma área de 533 Km². Seu solo é rico em húmus e seu relevo é favorável à produção de cana, milho, feijão, mandioca. Além de ter longas planícies, seu relevo é também marcado por serras e morros de até 700 m de altitude. O município é bem servido de rios e de pequenos córregos, sendo o Paraíba do Meio o mais importante rio do município, cortando toda a sua extensão.

Em 1890, foi instalada em seu território a primeira usina açucareira do Estado de Alagoas, a usina Brasileiro. Esse fato, além de afirmar a vocação de suas terras para o plantio da cana e a vitalidade dessa cultura no município, serviu também para acentuar ainda mais o predomínio da grande propriedade da terra na região.

A usina Brasileiro foi uma iniciativa de um grupo econômico de propriedade do industrial de nacionalidade francesa Felix Wandesmet. A usina safrejou pela primeira vez

em 1892 e moeu apenas 4.000 sacos de açúcar e pela última em 1955/56, “*com uma produção de apenas 124.589 sacos*”¹⁹.

Com espírito inovador Felix Wandesmet estendeu a área de fornecimento de matéria-prima a terras, inclusive, de outros municípios. Em seu período áureo, que durou até a primeira metade da década de 30, a usina Brasileiro chegou a colher cana de engenhos nos municípios vizinhos de União dos Palmares e São José das Lages, localizados à cerca de 40 quilômetros da sede da indústria.

Essa expansão ao mesmo tempo que representava uma grande demonstração da força e da fome de terras que precisava ter uma usina para se afirmar, acabou onerando a produção com as despesas de transporte da cana, fator que concorreu para a sua falência. Concorreram também para o seu fechamento os fatos dela não ter se modernizado e a concorrência enfrentada pela disputa de cana com novas usinas. No início dos anos 50, só Atalaia, abrigava em seu território cinco outras usinas.

A produção de gêneros de subsistência como milho, mandioca, inhame, feijão, batata e outros, que no período anterior aos engenhos parece ter sido significativa²⁰, foi abandonada, salvo em períodos de crise de abastecimento.

O fechamento da usina Brasileiro representou um avanço para a pequena e média produção, haja vista que parte de suas terras foi ocupada por pequenos e médios produtores, mas esse fenômeno não indicou um aumento considerável na oferta de alimentos, nem muito menos foi capaz de alterar a estrutura agrária do município. O modelo de produção

¹⁹ Andrade – Op. Cit. p. 85.

²⁰ Santana (1970) cita um documento enviado por Jacinto Cândido de Mendonça, Vigário do Pilar, município vizinho a Atalaia, datado de 1877, ano de grande fome na região, no qual se queixa ao Presidente da Província dizendo: “Muitos Municípios em que exclusivamente se plantava gêneros de primeira alimentação, como Atalaia, Assembléia e Imperatriz e mais alguns que antigamente eram os celeiros que abasteciam os nossos mercados de gêneros alimentícios, se converteram totalmente em vastos canaviais”.

continuou tendo como matriz a cultura da cana que teve sua produção absorvida pelas outras usinas do município, especialmente pelas usinas Uruba e Ouricuri. Além disso, a grilagem concentrou mais do que distribuiu riquezas.

A estrutura fundiária do município tem sofrido variações, conforme seja o momento favorável ou não à cultura da cana no mercado nacional e internacional. O aumento ou a redução no número de estabelecimentos com 10 hectares e até com mais de 10 e menos de 100 hectares, 1,49 e 15,3 %, respectivamente, registrado em 1985 em relação ao período anterior registrado, 1950, por exemplo, não ameaçou o monopólio da terra em Atalaia. No mesmo ano, as propriedades com mais de 100 hectares representavam 83,1% das terras locais, conforme a Tabela 2 demonstra.

Tabela 2
Estrutura Fundiária Municipal

Ano	- de 10		+ de 10 e - de 100		+ de 100		Total	
	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Estab.</i>	<i>Área (ha)</i>
1950	207	421	39	1.865	91	31.368	337	33.654
1975	411	952	140	13.554	125	36.443	676	50.949
1985	299	753	187	7.716	140	41.830	626	50.299
1995	46	125	61	2.807	114	49.718	221	52.649

Fonte IBGE. Censos Agropecuários de 1950, 1975, 1985 e 1995.

Na análise dessa tabela, chama a atenção o aumento de estabelecimentos e de áreas com mais de 10 hectares e menos de 100 hectares ocorrido no período que vai de 1950 a 1975, registrando-se a redução dessas áreas nas décadas. No final de todo o período

estudado, 1950/95, os estabelecimentos agrícolas com área maior de 100 hectares cresceram 58,5%. Outro dado a ressaltar é que, em momento algum desse período, houve qualquer declínio no tamanho das áreas situadas acima de 100 hectares, o que indica, o caráter concentrador da ocupação do solo nas últimas décadas.

Como os dados colhidos datam de 1995, não está registrada uma importante mudança nas áreas do latifúndio local, ocorrida com as ocupações de terra protagonizadas por trabalhadores rurais, realizadas a partir de 1992. No momento, cinco áreas das terras da extinta usina Ouricuri já foram destinadas para fins de reforma agrária. Juntas essas áreas representam cerca de 5% da área plantada do município e abrigam 357 famílias. Outras 307 famílias ocupam mais três fazendas do município. Dois fatos chamam atenção nesse processo: o primeiro é que a sede da extinta usina Brasileiro é hoje sede de uma das áreas de assentamento, bem como se encontra ocupada a fazenda sede da extinta Ouricuri; o segundo é que, apesar disso, os novos dados a serem colhidos num próximo censo agropecuário podem revelar um novo movimento de concentração de terras, pois a maior parte das terras da usina Ouricuri foram apropriadas por grandes fazendeiros do município e da região do Vale do Paraíba. As áreas de assentamento importam mais pelo seu significado político de enfrentamento do latifúndio e de afirmação da agricultura familiar do que mesmo pelo espaço que ocupam em relação ao conjunto das propriedades particulares do município.

A hegemonia da cana é responsável pelo sufocamento da produção de gêneros de subsistência. As últimas informações disponíveis sobre a produção agropecuária do município revelam que de uma área de 52 649 hectares, 56% destinam-se a lavouras permanentes, tendo a cana papel de destaque. As áreas de pastagem representam 26,5%. Os dados demonstram que no período de 1949 a 1970, houve um aumento de 55,8% nas áreas

do município cobertas por cana e que, no período seguinte, houve uma redução dos espaços ocupados por essa lavoura. Essa redução de espaço não implicou em redução da produção de cana no município, que esteve sintonizado com a dinâmica vivida pelo conjunto do Estado²¹. O que observa-se é que a mecanização, o avanço tecnológico e a adoção de formas de controle sobre o trabalho vão dinamizar a produção, o que justifica a redução da área plantada.

A produção de alimentos, conforme os dados, além de ser insignificante, considerando a área e a população do município, aparece perdendo espaço. Um fato a ser registrado nesse sentido é o de não ter aparecido nos números abaixo a nova produção de alimentos ocorrida nas áreas de assentamentos. Os levantamentos, feitos diretamente nas áreas de assentamento durante o trabalho de campo, indicam que há uma produção nas referidas áreas de cerca de 1,5 milhão de pés de inhame, de cerca de 400 mil pés de banana e de culturas como mandioca, batata que revelam, coerente com o que afirma Wanderley ²², que os assentamentos têm dado uma nova animação ao meio rural e compensado o esvaziamento do espaço rural provocado pelo atual estágio da empresa sucro-alcooleira.

As conseqüências ambientais da atividade sucro-alcooleira também devem ser observadas, porque elas têm impacto direto sobre a qualidade de vida da população local e, por extensão, contribuem para o desequilíbrio climático e apontam como um risco para o futuro da humanidade. A Tabela 3 mostra que 78,6% das matas existentes em 1970 no município de Atalaia em 1980 estavam destruídas. Em 1996, por sua vez, 24% das matas

²¹ Conforme Mello (2002:65) Entre os anos de 1975 e 1985 o cultivo canavieiro de Alagoas apresentou um crescimento de 7% ao ano. A boa aceitação do mercado externo sempre foi o principal estímulo à produção canavieira em todos os tempos.

²² Wanderley (2000:13) nos chama a atenção para “as transformações recentes do mundo rural brasileiro” e destaca o significado que vem ganhando a categoria agricultura familiar e para a “emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária”, sendo que uma das conseqüências mais marcantes deste movimento “é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida”.

restantes em 1980 já não existiam. Somados, os dois índices nos indicam que 82% das matas do município desapareceram em duas décadas.

Tabela 3

Matas Naturais e Plantadas do Município

Ano	1970	%	1980	%	1996	%
Hectares	6.061	13.9	645	1.3	980	1.9

Fonte IBGE. Censo Agropecuário de 1970, 1980 e 1996.

O avanço do canavial na década de 70 sobre o que restava de mata no município é devastador, 86,1% das matas existentes em 1970 já haviam desaparecido no início dos anos 80. A redução das áreas de matas na região é, como a mortalidade infantil, a desnutrição e outros, um mal quase irreversível, pois as áreas destruídas nos períodos em que a economia está em expansão não são recuperadas em períodos de retração econômica. Esse fato depõe contra uma das principais características da vida no campo e um dos motivos de atração que ele exerce, que é a possibilidade maior de contato com a natureza.

A concentração de terras é a matriz da pobreza e das perversas condições de vida a que estão submetidas as maiores parcelas da população local. Os grandes bolsões de miséria estão nos povoados, vilas e periferias da cidade, regiões povoadas principalmente por ex-moradores de fazendas.

Tabela 4
Indicadores de Condições de Vida

INDICADOR	1970	1980	1991	2000
Educação	0,165	0,209	0,233	0,585
Renda	0,415	0,556	0,445	0,495
Habitação	0,333	0,434	0,511	-
IDH – M	0,264	0,363	0,368	0,594

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Alagoas

Num balanço geral, os índices sociais do município têm melhorado nas últimas três décadas, apenas o indicador renda, no censo de 1991, retrocedeu a patamares inferiores ao da década anterior. Nos anos 80, o “milagre econômico” favoreceu a atividade sucro-alcooleira e isso, de maneira desigual, repercutiu na melhoria da renda da população local. Para entender melhor o significado destes dados, cabe esclarecer que são considerados negativos os índices de desenvolvimento humano abaixo de 0,500; médios os que se encontrarem entre 0,500 e 0,800; e satisfatórios os que estiverem acima de 0,8000. mas eles também indicam o grave estado de pobreza

As duas principais organizações de classe no cenário atalaiense são o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia e o Sindicato Patronal Rural. Os dois compõem uma estrutura formal com pouca capacidade representação política de suas categorias. A capacidade de mobilização de suas direções é reduzida, especialmente a partir do momento em que as contendas entre trabalhadores e patrões, provocadas pela derrubada de casas e expulsão de trabalhadores das fazendas e, por consequência disso, pela busca de direitos, foram incorporadas no âmbito da Justiça do Trabalho.

OS ESPAÇOS DE VIDA

Os universos rural e urbano são objetos de um profícuo debate no meio acadêmico e em amplos setores da sociedade²³. A primeira questão a se fazer é perguntar: sob que critérios são definidos o rural e o urbano no Brasil e no mundo? Quais são as características fundamentais do rural e do urbano? É possível dizer que existem características únicas e particulares a cada um? Que distinções efetivamente estão postas entre esses dois mundos que forneça a cada uma marca, uma identidade? Como se relacionam, como se influenciam e como se firmam suas fronteiras? Essas são algumas das questões que estão colocadas e para as quais se busca resposta. Por trás dessas e de outras questões existem vários impasses conceituais. Suas respostas, por outro lado, influenciam e orientam decisões políticas públicas que são importantes para amplos setores da sociedade.

O objetivo, nesse capítulo, é participar do debate apresentando algumas elaborações e sistematizando uma produção mais recente sobre o tema, sobretudo no Brasil, além de, à luz dessas produções, mergulhar na realidade de Alagoas e de Atalaia como temas de estudo.

Não se tem a pretensão de responder a todas as questões que alimentam este debate. Mas esta-se convencido que um bom entendimento dessa questão vai permitir, entre outras coisas, compreender melhor as permanências e mudanças na participação política do trabalhador rural, especialmente daqueles que deixaram o rural privado e fixaram residência em áreas públicas, que nem sempre são urbanas, mas que pela força do hábito muitas vezes

²³ As diversas citações realizadas neste capítulo indicam o nosso débito com a produção acadêmica de Maria Izaura Pereira de Queiroz, José Eli da Veiga e Maria Nazareth Baudel Wanderley.

são definidas na realidade brasileira como perímetros urbanos. É preciso investigar as diferentes perspectivas de caracterização de cada universo e compreender as especificidades dos seus respectivos modos de vida.

Muitas vezes esse debate tem implicado na adoção de posições extremadas. Exemplos disso são as posições que defendem o fim do rural e afirmam o urbano como um todo absoluto. Há também a perspectiva que, de forma mais sensata, defende não só a pertinência do rural em nossa sociedade como também afirma que ele passa por um processo de “*ressignificação*”²⁴.

Como as cidades nem sempre existiram, deve-se datar historicamente o seu surgimento e compreender as diferentes condições que, conforme cada realidade, permitiram o seu surgimento e o seu desenvolvimento, bem como as suas diferentes configurações no mundo de hoje. Isso implica compreender inevitavelmente o rural que inspirou – quando não determinou - o seu surgimento.

Nessa perspectiva, o rural e o urbano não podem ser compreendidos de forma isolada um do outro. Não há dúvidas sobre as suas diferentes naturezas, é isso, aliás, que justifica, no campo da sociologia, as especializações destinadas ao estudo de cada uma. Rural e urbano compõem as duas faces de uma mesma realidade. Nelas estão incorporadas e representadas as suas contradições mais profundas, como as que separam a grande e a pequena propriedade, aquelas inseridas no mercado e aquelas que estão excluídas deste, aquelas que detêm tecnologia avançada e utilizam técnicas modernas no processo de produção e aquelas que utilizam meios rudimentares e instrumentos tradicionais na produção. Está se falando da empresa moderna e da organização familiar de produção.

²⁴ Nossa compreensão é que as visões dicotomizadas entre os dois mundos devem ser reconsideradas em benefício de uma nova concepção que reconheça as diferenças existentes entre eles e não os defina como contraditórios, mas como complementares.

O surgimento da cidade não pode ser compreendido como uma consequência típica do esgotamento do campo, mas não há dúvidas de que é fruto das transformações ocorridas nas relações de produção e no desenvolvimento técnico no ambiente rural nesse sentido. A expansão e o desenvolvimento do rural ajudou a brotar os agrupamentos urbanos. No Brasil, dois exemplos disso são as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Elas tiveram os seus desenvolvimentos citadino e depois industrial impulsionados pela cultura do café. No Nordeste, Salvador e Recife são dois exemplos de cidades, entre tantos que poderiam ser citados, que confirmam essa dinâmica.

O próprio modelo de ocupação do solo brasileiro desenvolvido pelos portugueses, vai ser responsável pelo desenvolvimento tardio dos centros citadinos no Brasil, diferentemente do que se deu com a colonização espanhola²⁵. A exigência de ocupar a maior parcela possível do território da colônia levou a Coroa portuguesa a estimular a formação de pequenos povoamentos nos mais diversos lugares, não priorizando a concentração populacional em alguns pontos.

As cidades existiam, num primeiro momento, em função das grandes propriedades que eram não só o centro econômico como também o elemento dinamizador da vida social durante todo o período colonial e, em muitas regiões, durante a maior parte da República. Esse fenômeno vai sofrer o seu primeiro revés com a chegada da família Real ao Brasil em 1808, depois com a Proclamação da República, em seguida, com a crise de 1929-30 e, de forma mais decisiva, com o episódio da segunda guerra mundial, período também em que se consolidou uma perspectiva industrial em centros urbanos como Rio e São Paulo, especialmente.

²⁵ Conferir Queiroz, 1978.

Durante a maior parte da história do Brasil, a parcela maior do seu território, da sua economia e das suas relações sociais foi protagonizada pelo meio rural. Ainda hoje, dependendo do critério que seja adotado para definir o que é rural e urbano, observa-se a presença determinante do rural na vida do país. O urbano e o industrial brasileiro têm sua matriz econômica no campo.

No plano cultural, desde a colonização, muitas são as influências estrangeiras. A transferência da Corte portuguesa, por exemplo, teve uma forte influência na formação dos hábitos urbanos no Brasil e de uma elite social que ao longo dos tempos procurou afirmar a superioridade de um conjunto de costumes urbanos como superiores aos rurais, numa relação de moderno e tradicional, de avançado e atrasado e que, muitas vezes, chegam aos dias atuais, até, como brega e chique. Mas é fato inegável e fartamente demonstrado na literatura brasileira a forte presença dos hábitos, dos costumes rurais, na vida das cidades.

Não é a criação da cidade que gera a divergência rural-privado. Num primeiro momento a cidade aparece como um apêndice ou uma extensão do mundo rural. O campo, durante muito tempo foi o centro econômico e o centro cultural. É o desenvolvimento do campo que vai provocar o seu surgimento. Posteriormente, quando assume as rédeas do seu próprio desenvolvimento é que a cidade vai entrar em conflito com o meio rural. Sua expansão, seja comercial ou industrial, vai afirmá-la como espaço de costumes e de afazeres mais sofisticados; como centro de decisão, como espaço hegemônico político e culturalmente. É assim que campo e cidade se configuram enquanto espaços distintos, mas que “(...) só podem ser compreendidos no interior de sua sociedade global”²⁶, fato que

²⁶ A categoria “sociedade global” desenvolvida por Georghes Gurvitch para expressar os fenômenos sociais totais, mais vastos e mais imponentes, mais ricos de conteúdo e de ascendentes sobre uma realidade social dada, que constituem ‘macrocosmos de macrocosmos sociais’ foi tomada por empréstimo por Maria Izaura Pereira de Queiroz (1978) no seu estudo sobre a relação rural-urbano no Brasil, por exemplo.

indica como falsa “a total divergência que em certo momento pareceu transformar campo e cidade em duas realidades afastadas e contraditórias”²⁷.

Essa explicação que aposta na oposição campo-cidade surge a partir de um dado momento histórico e é

“(…) filha da expansão industrial do século XIX, do orgulho dos industriais que subitamente se viram na posição de grandes produtores de riqueza, no desprezo do campo ao qual até então tinham sido subordinados. A oposição rural-urbano não expressou, pois, propriamente uma realidade; expressou de forma sutil um julgamento de valor”²⁸.

O advento da indústria, apesar das particularidades que cada acontecimento histórico reserva para si, na Europa e no Brasil, está, portanto, intrinsecamente associado ao desenvolvimento do campo²⁹. O fato, porém, é que a indústria consolida uma forma distinta de vida, dá uma nova dinâmica ao urbano.

A relação campo-cidade, nessas circunstâncias, exige uma redefinição, pois este é um fenômeno com muitas configurações. Nos grandes centros, a primeira coisa que a indústria permite é a inversão da hegemonia econômica da sociedade. A cidade passa a ser o centro econômico, sócio-político e cultural. Nos médios e pequenos espaços pouco industrializados, por outro lado, a relação rural-urbano assume uma dinâmica de maior equilíbrio, de maior interdependência. Em todos os casos, porém, a interdependência não desaparece.

É preciso tratar da questão rural-urbano, portanto, considerando cuidadosamente o contexto social mais amplo no qual ela está inserida. Contam e precisam ser considerados nesta relação a dinâmica econômica, sócio-política e cultural, internas e externas a cada realidade particular. Mesmo nos lugares em que a sociedade agrária foi substituída por uma

²⁷ Queiroz, 1978.

²⁸ Queiroz, Op. Cit. p.309.

²⁹ Esse dado vale também para a América espanhola, por exemplo. As grandes civilizações dominadas pelos espanhóis já tinham cidades consolidadas e estas existiam em função do campo.

sociedade de tipo industrializada é um equívoco afirmar que se consolidou um modelo único da transformação das relações campo-cidade, nem que isso se deu de forma definitiva, pois,

“sempre por toda a parte se relacionaram meio rural e meio urbano segundo uma dialética de contrários, em que da tese e da antítese se originasse algo diverso, numa nova síntese a partir de duas raízes. (...) sua forma de relacionamento, embora sempre ativa, nem sempre será a de oposição³⁰”.

O debate sobre o urbano e o rural é dinâmico e tem exigido a produção de conceitos e de critérios de definição de cada universo³¹. Mendras, na França, estudando as sociedades camponesas tradicionais, vai defender a autonomia destas sociedades a partir de cinco características. Conforme Mendras, as sociedades camponesas tradicionais são marcadas por (1) uma importância estrutural dos grupos domésticos, (2) por um sistema de autarquia relativa, (3) pela presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global e (5) por ser uma sociedade de interconhecimento³².

A sociedade camponesa tradicional definida por Mendras se funda na relação propriedade, trabalho e família. O mundo rural da sociedade camponesa corresponde a uma forma particular de organização da produção – a agricultura familiar - e é gerador de relações sociais específicas. A sociedade camponesa tradicional é o lugar em que as relações familiares cumprem um papel estruturante, combinando positivamente o espaço de produção com um modo de vida particular e no qual a objetividade econômica e as experiências de sociabilidade favorecem uma relativa autonomia, o que é fundamental para a sua inserção na sociedade global.

³⁰ Queiroz, Op. Cit. 269/270.

³¹ A ausência de uma tipologia oficial capaz de definir o que é o urbano e o rural dentro de um mesmo país é um indicador de como esse fenômeno é complexo. Portugal é um exemplo de país onde isso ocorre.

³² In. Wanderley, 2000:91.

Não restam dúvidas de que o modelo camponês tradicional não pode ser generalizado para todas as sociedades em todos os momentos históricos. Dessa forma, considerar tais características, definidas como relativas a um tipo específico de sociedade, num estudo de espaço geográfico, de tempo e relações sociais tão diferentes como é o espaço canavieiro no momento, tem o papel de nos ajudar a entender não só as diferenças e até as contradições existentes no universo rural. Esse exercício nos dá a oportunidade também de identificar os traços que insistem em ser comuns às variadas configurações do meio rural. Não existe um rural, existem vários. O urbano também não pode ser caracterizado de uma única forma. E isso se define não apenas pela configuração que assume cada um, em si, mas também pela conformação que toma a relação campo-cidade em cada realidade.

A região canavieira - carregada de relações capitalistas na produção, uso do solo, bem como na sua forma de inserção no mercado – tem-se observado, a força de certas relações propostas por Mendras. Nas áreas de periferia, como os bairros mais populares, é possível identificar a sobrevivência e até a centralidade, se assim podemos dizer, dos hábitos rurais tradicionais, característicos de uma sociedade de interconhecimento na qual cada um conhecia o outro e os principais aspectos da personalidade dos membros do grupo do qual fazia parte. De forma especial, isso pode ser percebido nos moradores de “ponta de rua”. Estes moradores vivem uma experiência profícua de assimilação das novas dinâmicas de convivência do meio urbano e de manutenção das relações tradicionais, típicas de um rural tradicional.

2.1 A HETEROGENEIDADE DO RURAL

No Brasil e no mundo o espaço rural é marcado por grandes heterogeneidades. O *agribusiness*, por exemplo, representa um rural. É o rural da grande empresa³³ agrícola e é marcada por uma outra lógica do rural. A lógica da empresa é a da produção intensiva, definida pelas necessidades do mercado. Nesse modelo, o mundo rural é um espaço produtivo, mas não é necessariamente um espaço de moradia³⁴. Nele, muitas vezes, essas duas funções, tradicionalmente características do mundo rural, se tornam incompatíveis. Um exemplo muito próximo disso são as fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, mas elas e a região nordestina não são as únicas, essa é uma realidade presente nas mais diferentes regiões do país e está associada a outras culturas agrícolas.

Noutro extremo, podemos falar da agricultura familiar. Nos últimos tempos esse segmento se estabeleceu e vem ganhando importância social e política no universo rural brasileiro. A agricultura familiar é uma categoria essencialmente diferente da empresa moderna na medida em que não se caracteriza pela posse de extensas faixas de terra e pelo predomínio do trabalho assalariado. Ela “*é fundamentalmente, o ‘lugar’ da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes*”³⁵.

Dentro dessa heterogeneidade do universo rural brasileiro podemos encontrar várias outras configurações. A grande propriedade pode não eliminar o trabalho familiar e a agricultura familiar pode incorporar, de forma sistemática ou não, o trabalho assalariado em curtos ou longos períodos, por exemplo.

³³ Para nós o que define o modelo empresa não é o nível de renda ou os recursos tecnológicos que utiliza apenas, mas a sua relação com o mercado e as relações de produção que inspira.

³⁴ Wanderley, 2000:4

³⁵ Wanderley, 2000 (b): 2.

Noutra direção, mas como componentes dessa riqueza de formas que vem assumindo o mundo rural, os conceitos tradicionalmente estabelecidos que o definiam como centro de produção essencialmente agrícola perdem espaço na realidade. O rural tem assumido uma multiplicidade de formas e isso não quer dizer urbanização necessariamente³⁶. Segmentos diferenciados da economia e diversos grupos sociais têm transformado o rural num espaço de trabalho, moradia e lazer, dando-lhe uma nova dinâmica. Cada vez mais o rural é um “*espaço diversificado*”, mais dinâmico, alternativo até.

O espaço urbano tem sido fartamente caracterizado como plural e dinamizador da sociedade³⁷. Seus signos, por essa concepção, fornecem os modelos preponderantes na sociedade moderna. O urbano aparece como sinônimo da especialização e do universalismo. Ele concentra mais do que bens e serviços, em geral, precários na zona rural³⁸, concentra poder. É o centro urbano, espaço privilegiado de tomada de decisões. As principais instituições sociais, os representantes da sociedade, as instâncias decisórias estão localizadas no mundo urbano. As cidades, especialmente as mais desenvolvidas, são também centros de lazer, de bens e de serviços mais amplos. Compreendido dessa forma, o urbano exerce um poder de atração quase que fatal sobre o campo, em muitos casos, é

³⁶ Neil Smith (In: Maia, Op. Cit. 35), partindo de uma previsão de Marx, nos diz que na época moderna a urbanização do campo e a não ruralização da cidade, através da industrialização da agricultura, é uma realidade indiscutível. No nosso entender, a urbanização do campo, muitas vezes interpretada como totalizante, não é um fenômeno inexorável. A análise dialética das relações sociais não permite leis deterministas.

³⁷ Mendras (1978:10) diz a esse respeito que a cidade é motor de progresso; que em seu seio, nascem as invenções técnicas, as idéias revolucionárias, os novos modos de vida, difundidos em seguida pelas áreas rústicas circunvizinhas.

³⁸ A precariedade da vida rural não é um fenômeno universal. Na Europa, por exemplo, é crescente a existência de uma paridade nas condições de vida dos habitantes dos dois universos. No Brasil, apesar de alguns avanços ocorridos nos últimos tempos em algumas regiões, isso ainda não ocorreu.

capaz de provocar níveis de concentração populacional insuportáveis, levando à crise da vida urbana e provocando fortes implicações no mundo rural.

Nesse contexto, surgem as buscas de solução para o estrangulamento da vida nas cidades e a revalorização da vida no campo. Muitas vezes, o que se busca é a combinação das melhores condições de vida existentes nos dois ambientes. As casas de campo para fins de semana e feriados, são um bom exemplo disso. Outros mudam para o campo e o definem como lugar mais do que de descanso e lazer, mas como uma opção de vida³⁹. Os aposentados têm se destacado nesse sentido em várias partes do mundo. Há também os que deixam a vida e o trabalho na cidade e mudam para o campo – esse percurso muitas vezes é apenas um regresso -, assumindo-o como espaço de trabalho e de vida.

É verdade que, em muitos casos, o rural tem sido apropriado pelo urbano e transformado em espaço de consumo; noutra perspectiva, quando há a mudança efetiva de um espaço para o outro, o modo de vida dos que lá já estavam, *das gentes do lugar*, acaba afetado, mas também influencia os que chegam. Aliás, os modos de vida e até uma forma específica de produzir são fatores da atração exercida pelo campo⁴⁰. No seu conjunto esse fenômeno é portador de uma grande riqueza sociológica e política. Essa riqueza se afirma na singularidade de cada mundo, mas especialmente nas suas distinções que dialeticamente os separam e os aproximam num movimento que afirma as suas diferenças, mas não os faz antagônicos.

A expressão “*renascimento rural*”, que vem sendo usada para definir esse fenômeno de redimensionamento do rural, não significa, como inadvertidamente pode parecer, que um dia o rural esteve morto, nem que se dá porque há uma crise na vida da

³⁹ Na verdade esse movimento não é simples e tranqüilo, ele envolve muitos conflitos entre os que chegam e os ‘nativos’.

⁴⁰ Esse fenômeno não é específico de nenhuma região do país, ele está presente em todas.

cidade, mesmo que isso seja em muitos casos uma realidade. O que há, acertadamente, é um processo de “*ressignificação*” do rural, que ocorre graças à sua especificidade de espaço, à sua capacidade de estabelecer uma relação mais harmônica com a natureza, de ter uma sociabilidade marcada pelas relações mais diretas, pela força das relações descritas como de interconhecimento e também porque o modelo produtivista passa por um processo de transformação. Se é verdade que o rural se esgotou para uma parcela da população como modelo de vida, é preciso também perceber que ele está na raiz de um *novo rural* que está integrado e guarda a essência do pequeno grupo e do contato com o meio natural.

2.2 EM BUSCA DE UMA TIPOLOGIA

A busca de uma tipologia que defina os dois ambientes é importante, inclusive, como parte desse movimento de *reconceitualização* política do meio rural. No mundo⁴¹, o critério demográfico é o mais utilizado, mas ele não é unânime. São também aplicadas outras variáveis. Na França são rurais as localidades com menos de 2.000 habitantes. Na Grécia, não há definição. Na ausência, é utilizado o critério da densidade populacional de 30 hab./km². Na Dinamarca são consideradas rurais as regiões com menos de 200 habitações ou todo município que tenha uma população entre 4.000 e 10.000 habitantes. A Alemanha, por exemplo, além do contingente e da densidade populacional, aplica na sua definição índices econômicos.

Conforme os critérios da OCDE, há as regiões “*essencialmente rurais*”, são aquelas que têm uma densidade populacional abaixo de 150 hab. /km²; as regiões “*relativamente rurais*” são aquelas em que a população rural varia entre 15 e 50% da população total e,

⁴¹ Conferir Wanderley 2000(a).

por fim, as regiões urbanas são aquelas em que 85% da sua população se encontram em locais com densidade demográfica acima de 150 hab. /km²⁴².

A variedade de critérios indica a riqueza do debate. A adoção de instrumentos objetivos de delimitação como o do número e da proporção de habitantes por região, assim como dos dois juntos, certamente são bastante objetivos, mas não podem ser os únicos considerados. Definir uma região pelo critério demográfico apenas, como faz a OCDE, nos parece absolutamente insuficiente. Além dos outros critérios disponíveis, a relação com o território está carregada de aspectos subjetivos que devem ser investigados e que ajudam a definir a relação dos sujeitos sociais com o seu meio.

No Brasil, tem crescido a exigência por uma nova tipologia dos universos rural e urbano. O país é um dos poucos do mundo a adotar o critério espacial⁴³. Esse critério passou a ser adotado a partir de 1938, conforme o Decreto-Lei 311/38. De acordo com esse decreto, o poder público municipal passou a definir o que é área rural e o que é área urbana. A área urbana, em geral, corresponde à sede do município e a regiões mais próximas. Conforme os critérios em vigor, a taxa de urbanização no Brasil vem crescendo, chegando, segundo o último censo do IBGE a representar 81,23% da população brasileira. Pesquisadores brasileiros vêm questionando a validade do uso do critério espacial e têm afirmado a sua incapacidade de dar conta da realidade do país. Também vêm sendo propostos novos critérios de avaliação dos universos rural e urbano.

⁴² Wanderley 2000(a):112. Noutro momento (2001:9), a partir da categoria “trajetória de desenvolvimento”, a autora afirma que é possível distinguir no Brasil os municípios “preponderantemente rurais” dos “preponderantemente urbanos” e defende a existência de municípios “que correspondem a situações intermediárias”.

⁴³ Conforme José Eli da Veiga (2001 b), além do Brasil, apenas El Salvador, Guatemala, Equador e República Dominicana utilizam o critério espacial para definir rural e urbano no mundo.

Há entre os especialistas brasileiros diferentes correntes de opinião que defendem e trabalham pela redefinição da tipologia usada para demarcar o rural e o urbano no país. A partir da elaboração de uma nova tipologia, defende-se, será possível, entre outras coisas, uma melhor definição de políticas públicas, a elaboração de planos mais apropriados de investimento e um novo planejamento social. Uma combinação do critério demográfico com outros critérios é uma das proposições. José Eli da Veiga (2001), por exemplo, afirma que *“é impossível trabalhar com os dados do IBGE e produzir resultados sem algum nível de distorção”*. Diz também que os atuais números sobre a população rural e urbana no país representam uma ficção e defende um critério que combine a localização do município, a densidade demográfica e o tamanho da população.

A partir dessa combinação de critérios, o autor propõe uma redefinição dos espaços rurais e urbanos do país. A proposta é que existem *“cinco anéis de rarefação populacional”*, definidos como *“regiões metropolitanas”*, *“aglomerações urbanas”*, *“centros urbanos”*, *“centros rurbanos”* e o *“Brasil rural”*. Ainda conforme o autor (2001:1), *“58% dos habitantes se aboletam em três maciços urbanos”* e há nos mundos rurano e rural – que representam 4 490 e que tiveram um crescimento de 5% no período 91-2000 - uma *“coagulação”* que revela uma efervescência impossível de ser percebida pelos atuais critérios utilizados pelo IBGE.

O conceito de *“rurbano”* recebeu de Freyre um tratamento especial⁴⁴. O autor nos diz que *“rurbano”* é *“um processo de desenvolvimento sócio-econômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional (...) valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos”*. Nos diz também que não emprega o conceito para *“definir situações intermediárias entre a puramente urbana e a puramente rural”*, mas para

⁴⁴ Conferir Freyre 1975 e 1982.

caracterizar uma “situação mista, dinâmica e (...) conjugal de valores das duas situações originais e às vezes contrárias e desarmônicas”⁴⁵.

O conceito de “*rurbanização*” foi utilizado pelo autor num momento de forte agitação social e ganhou uma envergadura conceitual quase que capaz de resolver as contradições provocadas por um certo “*imperialismo urbano*”. Para ele, essa questão deveria mobilizar os “*cientistas sociais idôneos*” para “*senão sanar de súbito e por completo, ao menos retificar os atuais desajustes, em grande parte do Brasil – especialmente em Pernambuco – entre os extremos urbano e rural, industrial e agrário*”, além disso, naquele momento histórico, conter a agitação social provocada pela a ação política das Ligas Camponesas - “*ligas de gente do campo semelhante a falanstéricos*”⁴⁶.

Freyre parte da compreensão desenvolvida por William Cole de “*rurbano*” como um todo integrado, e defende que há a cada dia maior número de inter-relações entre cidade e campo. Para ele o conceito de “*rurbano*” dá conta dos “*novos modos integrativos*” existentes na realidade do campo e da cidade, bem como representa o alargamento desse conceito sociológico para uma categoria dinamicamente político-social”⁴⁷.

Muitas críticas têm sido feitas a Freyre pelo sentido dado ao conceito de “*rurbanização*”. Segundo Maia, na configuração espacial rurbana definida por Freyre, há uma certa confusão no uso de conceitos como “*rurbano*” e ecologia, o que define essa concepção mais como uma “*proposta para solucionar problemas de desequilíbrios regionais e menos uma abordagem teórica*”⁴⁸. Apesar de nos parecer procedente a crítica feita por Maia, entende-se que há na abordagem realizada pelo referido autor uma

⁴⁵ Freyre 1982: 57 e 82.

⁴⁶ Freyre, 1975: 152.

⁴⁷ Freyre, 1975: 155-156.

⁴⁸ Maia, Op. Cit. 43-45.

importante contribuição para a compreensão da relação rural-urbano no Brasil. Compreende-se que essa contribuição é mais do que uma análise sócio-política. A análise de caráter histórico e sociológico tem a ambição de definir as relações existentes entre um rural e um urbano histórica e socialmente datado, as décadas de 60 e 70, em Pernambuco, Nordeste brasileiro, que estavam longe de ser *puras* ou de viverem um estágio *integrativo*, como ele o definiu. O conceito de “rurbano” desenvolvido por Freyre, parece-nos, significar, em última instância, a tomada do rural pelo urbano.

Não obstante o caráter politicamente conservador de que se investiu o conceito de “rurbano” em Freyre, o que não é nada idôneo, até porquê não há a neutralidade da ciência, uma questão de fundo é que a situação “*conjugal, puramente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais(...)*”⁴⁹, alardeada pelo autor, é hegemonizada pelo urbano que se destaca como *pólo catalisador*. Esse equívoco tem que ser bem compreendido.

Usualmente, como faz José Eli da Veiga, a expressão “rurbano”⁵⁰ tem sido utilizada como categoria capaz de explicar um tipo particular de vida no qual compõem-se elementos rurais e urbanos, mas de predominância dos signos da cidade.

No estudo *O Campo na Cidade: Necessidade e Desejo: um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB*⁵¹, Maia faz um estudo muito interessante sobre a presença do rural no urbano. Sua pesquisa, se pode considerar, é um olhar invertido sobre a relação campo e cidade. Não parte a autora do lugar-comum que percebe o rural como invadido pelo o urbano, nem da relação dicotômica, também tão comum, que opõe rural e urbano. A

⁴⁹ Freyre, 1982:82

⁵⁰ José Eli da Veiga trata o rurbano como “áreas cinzentas”, “municípios híbridos”, um total de 421, nos quais estão presentes características rurais e urbanas e vivem 18, 5 milhões de brasileiros.

⁵¹ Maia, Op. Cit.

autora vai investigar a presença do rural no perímetro urbano de uma importante cidade da Paraíba, vendo-o nas suas dinâmicas de necessidade e de desejo.

Não se trata, segundo a autora, de negar uma urbanização da cidade e, “*por consequência*” a sua “*absorção*”. Trata-se de reconhecer que há também um processo de “*ruralização da cidade de João Pessoa*”. No estudo, a autora diz que o avanço da cidade sobre o campo, mesmo tendo uma tendência geral e maior, não é totalmente hegemônico e concretiza-se de alguma forma mantendo o rural no urbano. Maia identifica em João Pessoa uma situação mista de vida, caracterizada por “*uma certa imbricação das configurações espaciais do campo e cidade, e de uma vida rural numa vida urbana*”, uma permanência do campo, “*(...) seja através das atividades produtivas, seja por uma tradição rural*”⁵².

Essa vitalidade do campo, o que se manifesta pela presença dos hábitos rurais nos perímetros urbanos, vindo revelar que não é possível estudar as relações campo-cidade sem perceber a força de uma tradição e sem desprezar a matriz cultural da vida rural, especialmente nas cidades que se urbanizaram em função do desenvolvimento do campo, que não alcançaram um desenvolvimento industrial marcante e que têm recebido crescentes levadas de populações rurais. Esses três movimentos, combinados ou em particular, têm uma grande força na vida das cidades. Nas áreas suburbanas essa força é mais fácil de ser notada. O subúrbio não é, conforme Sarmiento⁵³, uma extensão da cidade, apenas. O subúrbio pode ser também uma extensão do campo, não no sentido geográfico estrito, mas no sentido sócio-político e cultural. Nos grandes centros industriais, já discutimos isso, o rural está menos evidente, mas é impossível negar a sua presença, pois muitas vezes se

⁵² Maia, Op. Cit. 57 e 116.

⁵³ In Maia 2000:43.

manifesta na idealização dos seus modos de vida ou na realização de festas que tradicionalmente lhes são típicas.

Para concluir esse debate conceitual – e eminentemente prático - parece oportuno recorrer aos estudos realizados recentemente por Maria Nazareth Baudel Wanderley. Em *A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil* (Wanderley, 2000:5) a autora afirma que

“(…) O meio rural e sua população recebem no Brasil, uma definição oficial muito particular, da qual decorrem conseqüências importantes para o dinamismo interno destas. Aqui, toda sede municipal, independentemente da dimensão da sua população e dos equipamentos coletivos de que dispõe, é considerada cidade e sua população é contada com urbana. O meio rural corresponde ao entorno da cidade, espaço de habitat disperso, onde predominam as paisagens naturais e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente, a produção agrícola ou os espaços improdutivos. Em conseqüência, o ‘rural’ está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária; a vida da sua população depende, direta e indiretamente, no núcleo urbano que a congrega”.

Em outro estudo – *Ruralidade e Urbanização: o Mundo Rural e a Pequena Cidade* – em que pesquisa os pequenos municípios, a autora (2001:6) se refere ao fenômeno em estudo como um “*sistema urbano*” portador de um “*ethos urbano*” que “*organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. Mas, por outro lado, parece evidente que cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência urbana*”.

Essa limitação a uma verdadeira experiência urbana, com se tem visto, tem raízes históricas profundas e pode ser percebido de forma clara nos pequenos municípios brasileiros⁵⁴. É nos pequenos municípios, por outro lado, em que o encontro do urbano e do rural melhor se realiza. Esses municípios estão no limite entre o rural e o urbano e, sem paradoxo algum, são os dois ao mesmo tempo.

⁵⁴ Leal (1975, 56) nos diz que no interior o elemento rural predomina sobre o urbano, mas que este elemento rural é paupérrimo.

2.3 ALAGOAS E ATALAIA, UM ESFORÇO DE COMPREENSÃO

Diéguas Júnior, em trabalho já citado, analisando dois momentos bem distintos da história de Alagoas, o primeiro no começo do século XVII, diz que *“forma-se (...) na vida das Alagoas uma espécie de ruralismo urbano”*. Mais adiante, analisando o cenário político anterior ao golpe de 30, fala que na época existiam na realidade alagoana duas *“mentalidades que se encaravam”* e que estas eram *“diferentes no fundo e na forma”*. Com a expressão *“ruralismo urbano”* Diéguas Júnior procura dizer das influências do mundo rural na vida da cidade, da sua posição hegemônica e da sua importância para o progresso urbano. Em seguida, quando faz o registro da diferença, que é de *“fundo”* e de *“forma”*, afirma a cidade como portadora de um espírito mais livre.

Alagoas é um Estado com características privilegiadas para a análise da relação campo-cidade no Brasil e a região canavieira, de forma particular, ainda mais. Pelos dados produzidos pelo IBGE, de 1940 a 2000, Alagoas passou por uma profunda alteração na sua configuração de ocupação do espaço, alcançando um lugar de destaque em concentração populacional no cenário nordestino, ocupando a quinta posição, apesar de ser o segundo geograficamente menor e menos populoso Estado da região⁵⁵. A região canavieira de Alagoas, *“(...) possui a terceira maior concentração demográfica do país (98.03hab./km²), ficando atrás apenas de concentrações populacionais existentes em São Paulo e no Rio de Janeiro”*⁵⁶. Os municípios da Zona da Mata e a capital do Estado chegam até a alcançar a extraordinária marca de 1.560,29 hab/km².

⁵⁵ Os números de Alagoas estão sintonizados com os dados do Nordeste, mas guarda diferenças em relação à média nacional no período. Em 1991, por exemplo, Alagoas era 16,6% mais rural do que o Brasil.

⁵⁶ Mello: 2002:29.

O Estado tem uma área territorial de 29 106 km² e é considerado como “*uma das unidades mais densamente povoadas no Nordeste brasileiro*”⁵⁷. A análise da tabela 5 revela que a população alagoana cresceu 66% no período de 1940 a 2000. Entre os anos 60 e 90, o crescimento médio foi sempre de 20%.

Tabela 5

População e Densidade Demográfica Estadual

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População	951.300	1.106 454	1.256 159	1.573 637	1.982 591	2.514 100	2.822 621
Hab/km²	32	38	43	54	68	86	97

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Nos anos 80, pela primeira vez, as populações rural e urbana de Alagoas alcançaram um equilíbrio percentual. Nesse período, a expansão da cana sobre as áreas de produção de subsistência localizadas nos tabuleiros, somada ao processo de modernização no campo, foi o principal fator que mais concorreu para com isso.

Tabela 6

População rural e urbana de Alagoas nas últimas seis décadas

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Geral	951. 300	1. 106. 454	1. 256. 159	1. 573. 637	1. 982. 591	2. 514. 100	2. 822. 621
Pop. Rural	722. 174	865. 354	835. 011	947 301	1. 006. 055	1. 032. 067	902. 882
% Rural	75.9	78.2	66.4	60	50.8	41	31.9
Pop. Urb.	229. 120*	241. 100	421. 148	626. 336	976. 536	1. 482 033	1. 919 739
% Urbana	24.1	21.8	33.6	40	49.2	59	68.1

* A população urbana corresponde, neste caso, à soma das populações urbana e suburbana, critério adotado no Censo de 1940 e somadas aqui por decisão nossa.

Fonte: IBGE Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

⁵⁷ IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996.

O alto índice de urbanização apontado pelo IBGE no último censo, 68,1%, não é coerente com um Estado que tem a base da sua economia na agropecuária e cujo desenvolvimento industrial, apesar de pequeno, compõe-se majoritariamente, pelo parque sucro-alcooleiro⁵⁸. O critério utilizado no Brasil para definir o que é urbano e rural, como veremos adiante, é gerador dessas distorções. A atividade sucro-alcooleira é a principal da economia do Estado e está fundamentalmente instalada no campo. Sua expansão, nas últimas décadas, é um fato incontestável e tem repercussões sobre todos os setores da economia e da sociedade alagoana.

A análise dessa realidade vai nos revelar que o modelo de desenvolvimento adotado em Alagoas a partir dos anos 50 está diretamente relacionado com essa realidade, pois expulsou milhares de trabalhadores do campo e concentrou-os nas periferias e nos centros urbanos. Os dados revelam que a população rural do Estado é proporcionalmente cada vez menor nos últimos sessenta anos. A hegemonia das atividades econômicas, seja industrial ou agrícola, ligadas ao universo rural e o grande número de alagoanos que vivem de rendas obtidas nessas atividades, além da importância estratégica dessas atividades para a manutenção da estrutura do Estado e para animação das cidades, é forte elemento para se questionar a centralidade do urbano na realidade alagoana.

Quando se volta o olhar para a realidade de Atalaia um fenômeno muito surpreendente aparece. A Tabela 7 revela dados muito curiosos. Em 1940, apenas 2,9% dos atalaienses residiam na zona urbana do município⁵⁹, enquanto 94,5% moravam na zona rural. Até a década de 60, menos de 10% da população estava na zona urbana. Na década

⁵⁸ O critério utilizado no Brasil para definir o que é rural e urbano, como veremos adiante, tem gerado tais distorções.

⁵⁹ Em 1940, a média nacional era 31,24% e a alagoana 24,1% .

de 70, observa-se um grande salto da população urbana que atinge a marca de 37%, mas na década de 80, o mundo rural recupera fôlego e volta a números superiores aos do ano 70, atingindo o índice de 75,6%. A partir do censo de 1991 foi revelado que a população rural voltou ao patamar dos anos 70. Em 2000, o número de pessoas que vivem no mundo urbano, 44,3%, é o mais próximo da quantidade que vive no rural, 55,7%.

Tabela 7

População Rural e Urbana de Atalaia

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Total	35. 630	33. 405	34. 370	40. 076	41. 762	38. 563	40. 552
Pop. Rural	34. 168	31. 568	30. 973	24. 918	31. 551	24. 298	22. 603
% do Total	95.9	94,5	90,2	62.2	75.6	63	55.7
Pop. Urb.	1. 462 *	1. 837	3. 397	15. 152	10. 211	14. 265	17. 949
% do Total	4.1	5.5	9.8	37.8	24.4	37	44.3

*A população urbana corresponde, neste caso, à soma das populações urbanas e suburbanas, critério adotado no Censo de 1940, e somado aqui por decisão nossa.

Fonte IBGE. Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Se é fato que, comparada aos anos 60, a população urbana atalaiense viveu um aumento de mais de 400%, é fato também que a densidade populacional do município não teve nas últimas seis décadas uma variação que possa ser considerada significativa e nem colabora para o grave quadro existente no conjunto da região canavieira. O aumento da densidade demográfica do município entre 1940 e 2000 foi de 13,2%, passando de 66 hab/km² para 76 hab/km², respectivamente.

Pelos critérios do IBGE, Atalaia tem um quadro hegemonicamente rural. Seguindo a tipologia proposta por José Eli da Veiga não nos parece possível definir o município em nenhuma das categorias propostas. Não dá para dizer, por exemplo, que se trata de um

município “*esvaente*”, “*letárgico*” ou “*atraente*”⁶⁰. Não há dúvidas de que ele é um município com características “*rurbanas*”⁶¹, “*híbrido*”. Mas afinal existe um município no qual não estejam presentes características rurais e urbanas?

Pela a análise dos dados aqui dispostos e do conjunto da realidade do município, não se deve concluir que o município vive simplesmente um processo acelerado de urbanização. Atalaia é um município hegemonicamente rural e isso não ocorre simplesmente porque a maioria da sua população se encontra na zona rural, nem porque a dinâmica do seu desenvolvimento está ligada ao universo rural. Na verdade, ocorre por uma soma desses fatores e de outros, como aqueles que reforçam a busca de relações personalizadas e de interconhecimento dentro de suas malhas sociais.

Outro dado importante, que não aparece nos dados do IBGE, é de que rural se está falando quando se refere ao rural atalaiense e, a partir daí, a qualquer outro rural. Na realidade do caso estudado, deve-se esclarecer que se trata de um rural com sinais marcantes do poder público, seja pela presença, mesmo que precária, da escola, do posto de saúde, da rede de abastecimento de água ou simplesmente pela existência de uma praça ou de qualquer outro equipamento de uso coletivo. São os povoados e vilas. A maioria da população que habita esses perímetros, não vive em propriedade de alguém a quem, por essa condição, preste serviço regular ou temporário. O rural/privado, enquanto universo das fazendas, consubstancia hoje o universo de vida de uma minoria da população da região canavieira de Alagoas, seja porque os proprietários não o tem como espaço de moradia, seja

⁶⁰ O autor (2001a: 10/11), nos diz que “esvaentes” são os municípios “que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas)”, “letárgicos”, os “que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compasso não muitos distantes ao de seus respectivos Estados” e os “atraentes” os “que tiveram crescimentos superiores aos de seus Estados”.

⁶¹ Recentemente José Eli da Veiga abandonou o conceito de rurbano para identificar um tipo específico de conformação social por entender que os diversos significados do qual o termo é portador no meio acadêmico brasileiro gera confusão e não esclarecimento sobre o tema.

porque não querem mais moradores e os expulsou ou porque os trabalhadores o abandonaram por opção.

Essas áreas rurais/públicas formam grandes povoados e bairros que não têm a configuração do que se convencionou chamar de “*ponta de rua*”, nem é um subúrbio, enquanto expansão da cidade⁶². Essas povoações, em geral, representam um passo para fora do rural/privado, dado em direção do urbano/público. O movimento contrário também é verdadeiro. Muita gente deixa a cidade e sua periferia na direção dos povoados e vilas. A cidade não acolhe a todos. Mas esse é um debate que faremos adiante.

⁶² Maia, Op. Cit. 43.

DO SISTEMA DE MORADIA E DA VIDA NA CIDADE

Em pequena escala a figura do morador no universo das fazendas e engenhos já era uma realidade no período da escravidão⁶³, mas junto com outras categorias como o *meeiro*, foi redimensionada com a Lei Eusébio de Queiroz, 1850, que proibia o tráfico e, de sobremaneira, com a Lei Áurea, em 1888, que proibiu oficialmente a escravidão no Brasil. A abolição ampliou ainda mais a demanda por mão-de-obra no universo dos engenhos⁶⁴. Uma importante parcela dos ex-escravos passou a viver da agricultura de subsistência realizada em terras devolutas, outra parte, somada aos mestiços e outros pobres, foi reincorporada ao universo privado sob precárias condições de existência. Esse fato é da maior importância para que se venha a entender as raízes históricas do fenômeno que estamos estudando. Além disso, é importante porque nos dá conta do nascimento da categoria social “*moradores de condição*”⁶⁵.

A instituição das relações de moradia representou uma forma ímpar de relacionamento entre o trabalhador e o proprietário da terra e correspondeu a um estágio particular do processo de acumulação capitalista da economia brasileira, no período colonial e durante toda a primeira república, pois desenvolveu os mecanismos de contenção de despesas e de maximização de lucros na plantação da cana e na produção do açúcar para o mercado nacional e internacional. Nesse sentido, o sistema de moradia se revelou um

⁶³ “Embora a figura do morador já precedesse, nos engenhos de açúcar, à abolição da escravatura (...), sua institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do atual”. (Suarez, 1977:22).

⁶⁴ Andrade, 1997:27/28.

⁶⁵ “A condição, identificada em geral ao trabalho gratuito, remete antes à obrigatoriedade do trabalho para o engenho” (Palmeira, 1977: 107).

importante instrumento para manter um exército de mão-de-obra disponível no interior das fazendas e dos engenhos, evitando um colapso na economia da região.

As relações sociais e as condições de vida no sistema de moradia não foram sempre as mesmas. Inicialmente era dada ao trabalhador a oportunidade de fixar residência no interior das propriedades, o que se efetivava pela construção de uma pequena choupana e pelo plantio de um roçado. O usufruto das terras da propriedade era pago com alguns dias de trabalho para o dono da terra e com a oferta exclusiva de trabalho para a propriedade.

Com o tempo, além da terra para plantar e criar para a subsistência, os proprietários passaram a oferecer casa para morar e proteção social, o que aprofundava ainda mais os laços de dependência. Assim, desde o início, o sistema de “*moradia de condição*” não foi uma caridade, mas parte de uma estratégia de imobilização da mão-de-obra dentro dos limites dos engenhos.

As moradias oferecidas são descritas por diferentes pesquisadores como precárias, constituindo-se de uma construção de poucos cômodos e de um quintal para os serviços domésticos⁶⁶. Muitas vezes, a vida se dava num arruado com um mesmo estilo arquitetônico, ou fora dele, numa residência afastada, em torno da qual se plantava o roçado, fruteiras e se criava alguns animais.

No sistema de moradia, casa e trabalho são categorias geminadas. O equilíbrio do sistema depende da sua capacidade de garantir a coexistência das duas categorias, pois é a

⁶⁶ “Em Alagoas, porém, na zona canavieira, encontramos frequentemente casas cobertas de palha com telhado em quatro águas, que, por sua forma, fazem lembrar as habitações africanas. As casas dos moradores, de melhor tipo, compreendem quase sempre uma sala de frente, um corredor, um ou dois quartos e uma cozinha. A maioria, porém, é formada por três cômodos paralelos que se sucedem da sala da frente à cozinha. Nunca, ou quase nunca, são assoalhadas, sendo o chão de terra batida. Não dispõem de instalações sanitárias, sendo os rios utilizados para o banho e as touceiras de mato mais compactas, para o atendimento das necessidades fisiológicas. Esta ausência de instalações sanitárias contribui consideravelmente para piorar as condições médico-higiênicas regionais. A casa com área para a cultura em torno é chamada geralmente ‘sítio’”. (Andrade 1998: 115)

partir delas que se dão as relações de proteção e sujeição que o caracterizam. As regras, que regularam e regulam as relações existentes entre o dono da terra e o morador, foram ou são informais apenas no sentido de que nunca constaram em um código civil, no sentido de que não tiveram nenhum amparo legal ou de que ignoram a sua existência, mas tiveram e têm a força da tradição e do instituto privado. O seu princípio básico é que trabalhadores e proprietários são partícipes de um jogo de relações em que mutuamente *assistem* e são *assistidos*, dão e recebem favores e favorecimentos, enfim, que compõem uma via de mão dupla.

Para o trabalhador pedir morada numa fazenda, ocupar uma casa da propriedade, sempre teve uma força simbólica muito forte. Mais do que uma oportunidade de trabalho para o sustento de sua família, a moradia significa proteção social,⁶⁷ e exige a interiorização de suas regras. A interiorização das regras da morada implica na adesão e na fidelidade a um território, a fazenda, e ao seu dono, o senhor.

O modelo de ocupação do solo no Brasil fez do senhor de terras mais do que um ser econômico o transformou “*numa entidade social*”⁶⁸ em torno da qual se articulam pessoas e atividades sociais diversas. Na comunicação *Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*, Moacir Palmeira tece com precisão os contornos do universo do sistema de moradia, definindo-o como “*uma forma específica de dominação*”⁶⁹.

⁶⁷Investigando as Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira, Suarez nos diz que “Contraditoriamente, os mesmos senhores rurais que estão na base do incomensurável poder privado que foi a marca incontestada de nossa formação histórica até o advento da República, esses mesmos senhores que controlam os aparelhos de justiça, os delegados de polícia e as corporações municipais, são eles que amparam o homem comum de todos esses controles sob a proteção do clã” (Suarez, 1994:28).

⁶⁸ Oliveira, 1974.

⁶⁹ Palmeira, 1997:113.

No ambiente rural/privado em que se constituiu o sistema de moradia, a sujeição e a subordinação apareceram como características capitais. O trabalhador é considerado pela possibilidade de oferecer a sua força de trabalho, tendo que prestar, mais ou menos, dentro e fora do ambiente de trabalho, satisfação das ações que desenvolve. Ao trabalhador restou sempre uma “*magra faixa de escolha*”,⁷⁰ ou seja, pouca ou nenhuma oportunidade de decidir autonomamente a sua vida.

O sistema de moradia é uma instituição que nasceu sob o signo da hierarquia⁷¹. A primeira hierarquia foi a que justificou a sua existência: a hierarquia que separou os donos da terra e os donos da força de trabalho. Entre os trabalhadores também se deram - e se dão - diferenciações de tal forma que se constituíram os mais e os menos oprimidos, os mais autônomos (os que gozam da confiança do patrão e de privilégios) e os menos autônomos (os que gozam de pouca confiança). Existem também os trabalhadores que gozam apenas do benefício da casa e de outros recursos que são inerentes à vida no campo. Os moradores beneficiados com um sítio compõem uma categoria especial dentro do sistema de moradia. O sítio configurou-se, desde o seu instituto, como fonte de uma vida com oportunidades diferenciadas em relação a outros trabalhadores da fazenda.

Morar com sítio foi o modelo no qual todos os trabalhadores quiseram estar incluídos, mas isso nunca se deu impunemente: “os moradores com sítio (...) moram dispersos pelos corgos e grotões, dispendo de uma autonomia maior, que deve ser compensada por uma interiorização mais completa das regras da morada (...), pré-requisito para que possa vir a ter um sítio”⁷².

⁷⁰ Palmeira, 1977: 110.

⁷¹ Andrade, 1977:22.

⁷² Palmeira, 1977:106.

O sítio foi sempre um instrumento de maior capacidade de *enlace social*⁷³. O morador com sítio tinha mais compromissos e deveres com a propriedade, estava mais ligado ao patrão, era mais partidário de suas causas. Sua mobilidade, uma característica marcante no universo canavieiro, também ficava comprometida. Ele tinha menos liberdade. Por ter mais ligação com o patrão, ao morador de sítio sempre foi feita uma exigência de fidelidade diferenciada.

Sempre foi condição *sine qua non* que, além de ser um bom trabalhador, ele se relacionasse bem com patrão, que demonstrasse estar de acordo com as regras praticadas no interior do universo rural/privado para que fosse ‘presenteado’ com o direito de produzir num sítio em regime familiar. O trabalhador com sítio, por tudo isso, sempre foi especialmente estimulado a promover as regras de sujeição a partir do seu ambiente familiar. Assim, quanto maior o vínculo, maior a interiorização e quanto maior a interiorização mais forte era o *enlace*.

Os trabalhadores com sítio procuraram sempre combinar o ato de servir à fazenda com a produção familiar, realizada dentro de um pedaço de terra cedido como prêmio pela sua fidelidade e condição de bom trabalhador. Quando a relação com a propriedade inclui um sítio, a centralidade da categoria família foi e continua sendo característica fundamental no sistema de moradia. É a partir dela que se dão as relações de trabalho e produção e se desenvolvem os contatos com os outros membros da fazenda, com o patrão e mesmo com o mercado, quando isso é possível.

A vida no sítio influía na sociabilidade do trabalhador no interior da fazenda e na sua relação com os outros moradores. No sítio, se comparada à convivência no arruado, a

⁷³ Compreendemos por *enlace social* o conjunto de mecanismos de comprometimento social desenvolvidos no contexto do sistema de moradia construídos para manter o trabalhador e forçá-lo a incorporar as suas normas.

existência tinha característica de vida erma, no sentido de que lhe era peculiar uma privacidade diferenciada e um sossego maior. A vida retirada, no contexto das relações de moradia, sempre foi buscada e atendida como um prêmio. Um prêmio capaz de provocar um comprometimento profundo e que para ser mantido precisa ser satisfeito, renovado e retribuído permanentemente.

O sistema de moradia foi instituído num momento histórico em que a sociedade civil estava ainda muito aquém, num momento em que predominavam os vínculos particulares, num tempo em que os proprietários de engenho eram quase que senhores absolutos das suas terras e dos seres que nela habitavam. Na década de 60, Celso Furtado, um fino observador da cena brasileira, analisa assim a atitude do trabalhador rural nordestino:

“Sua atitude é de passividade ou de total submissão àqueles que controlam o Poder, de cujo arbítrio, supõe, depende o bem e o mal. (...) Os homens que vivem dentro da grande propriedade, sem relações de trabalho objetivamente definidas, constituem uma comunidade extremamente rudimentar do ponto de vista de sua organização política. O status de morador é quase incompatível com o de cidadão. (...) Na grande plantação o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando em uma parte da propriedade (...). Na grande plantação de açúcar (...) a autoridade pública e privada eram uma coisa só. O trabalhador não tinha idéia do Poder Público senão através da força policial, que ocasionalmente era chamada pelo proprietário para solucionar um problema de maior gravidade. (...) A atividade política interessava a uma pequena minoria da população com consciência dos proveitos que daí podia tirar. (...) A grande massa de trabalhadores constituía, portanto, uma espécie de subcidadania, mais próxima dos antigos escravos do que da população civil, limitada sua participação na vida social quase exclusivamente ao fornecimento de força de trabalho”⁷⁴.

Lygia Sigaud⁷⁵, ao analisar as relações de moradia em Pernambuco no período anterior às lutas de 64, define-as como marcadas por regras de uma relação assimétrica em que o morador era mais um bem do proprietário, estava à sua disposição e não raras vezes era obrigado a engajar-se em suas lutas, com ele votar e a ele entregar parte do que

⁷⁴ Furtado, 1964.

⁷⁵ Sigaud, 1979; 34.

produzia. Em Suarez⁷⁶ podemos identificar semelhante perspectiva. Segundo a autora “no âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas”.

Mais recentemente, mantendo a tradição de uma leitura bastante assimétrica das relações sociais no campo, Chaves⁷⁷ se reporta ao passado dizendo que

“A antiga relação dos moradores com os patrões era marcada por um vínculo que os comprometia como seres totais, e não exclusivamente como força de trabalho. Representava um solo moral de relações ancestrais de dependência. A política parece haver assumido alguns traços dessa relação totalizante e hierárquica”.

Esse conjunto de assertivas tem a sua razão de ser num modelo bem caracterizado de vida no universo rural/privado. Essa compreensão das relações não está restrita ao mundo da academia. Durante nosso trabalho de campo, um entrevistado, gerente de pessoal de uma usina, defendendo a tese de que há da parte do trabalhador rural um “*respeito especial*” aos urbanos se expressou da seguinte forma:

“Porque é natural dele. Veja bem, isso aí a gente pode falar no Nordeste. A gente sabe que a nossa cultura em termos de área rural vem da questão do coronelismo, onde você não só tinha o respeito, você tinha o medo. Então aquilo faz parte da cultura de todo trabalhador rural. Ele já vem com isso na cabeça. Foi o coronel, depois veio o major, hoje é dono da fazenda, é o patrão, então tem que ter respeito por ele. Isso fica introduzido dentro deles e eles transferem isso para qualquer lugar que estejam. Onde for, numa visita que ele faz, numa viagem que ele faz. É um respeito que foi introduzido. Ele aprendeu a respeitar o patrão, a ter o patrão com um senhor dele. Não teve espaço pra ver que ele também é um senhor e também merece respeito. Não teve espaço pra isso, ninguém deu essa oportunidade a ele”.

Relações sociais de assimetria são inerentes a uma sociedade de classes como a nossa. Não há dúvidas de que as relações sociais surgidas no interior do latifúndio foram e são de dominação política e, principalmente, de espoliação econômica. A forma destacada, porém, como tais relações são percebidas por diversos atores dão conta de uma conformação social específica, mesmo que não única. Mas isso não é tudo. Precisa-se

⁷⁶ Suarez, 1994:50.

⁷⁷ Chaves, 1996:133.

identificar os sinais de resistência e de enfrentamento da opressão apresentados pelos trabalhadores, bem como perceber na “*sociedade global*” outros fatores que contribuem para a superação dessa ordem de coisas.

A análise das condições de vida e das relações sociais desenvolvidas no interior do sistema de moradia nos dá conta de um tipo particular de existência no interior do mundo rural, de um modo específico de vida, marcado por uma conformação ímpar das relações entre capital e trabalho no campo⁷⁸. Durante décadas, o sistema de moradia serviu para o patronato assegurar a existência de uma mão-de-obra sem nenhuma ou com baixa expressão monetária. Essas relações nas últimas décadas têm vivido um processo de transformação com fortes impactos sociais.

As mudanças no sistema de moradia tiveram início no momento em que o Estado, por força da mobilização dos trabalhadores ou como uma resposta à agudização das lutas de classe - como foi o caso de Pernambuco nos anos 60 - procurou regular o conjunto das relações sociais, legitimou e estendeu direitos não alcançados a segmentos menos organizados e politizados da sociedade (como pensamos que seja o caso de Alagoas, especialmente a partir da promulgação da Constituição de 1988). Outro fator que contribuiu de forma preponderante nesse sentido foi o desenvolvimento das forças produtivas que impuseram, por exemplo, a redução ou o fim do sistema de moradia nas fazendas e a

⁷⁸ Caio Prado Júnior (1979:17, 18), na década de 60, analisando a realidade do campo brasileiro, escreve que “(...) a grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra própria alguma, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo. Vê-se assim obrigada a buscar emprego em serviço alheio. Ora, a presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar a sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura da mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País. Padrões esses que beiram muitas vezes formas caracteristicamente servis, e que indiretamente e por repercussão vão influir nos próprios padrões urbanos”. Prado Júnior: 1979:17, 18.

informalização das relações capital e trabalho, o que corresponde, indiscutivelmente, a uma nova quadra da luta de classes na sociedade capitalista.

De modo geral, a vida na fazenda exigia do trabalhador uma contra-partida permanente. A condição de morador trazia consigo uma infinidade de exigências, de obrigações sociais que, por vezes, o levava a se sentir um cativo do proprietário. Essa condição de obrigação sistemática e de poucos direitos levou o trabalhador, de diferentes formas, a buscar alternativas à vida no contexto do rural/privado. Um instrumento muito comum, mas de efeito redundante foi sempre o de trocar de fazenda quando as condições de trabalho e as regras impostas não lhes pareciam adequadas. A intinerância do trabalhador das áreas de *plantation* foi notada em diferentes estudos sobre o tema. A mudança para a cidade e a busca de outros meios de sobrevivências são os últimos recursos utilizados pelo trabalhador para deixar o mundo rural.

A vida na fazenda era marcada por uma “*lei seca*”. A expressão “*lei seca*”, utilizada por um trabalhador rural entrevistado, dá conta de um modo de vida no universo rural/privado no qual o dono da terra é detentor de um poder capaz de determinar regras não só em relação às normas de trabalho, como também para o conjunto das relações sociais na propriedade. Um roubo praticado por um dos agregados da fazenda podia, por exemplo, ser exemplarmente punido pelo proprietário. A “*lei seca*” é determinada pelo dono e imposta a todos os membros do universo rural/privado. O uso da força e da violência privada tem tradição no mundo rural/privado. Além de um expediente utilizado para resolver problemas domésticos da vida da fazenda, ele tem servido como um importante instrumento de dominação de classe, de contenção de insatisfações de indivíduos e grupos sociais.

Mas, não só aos riscos de violência estão submetidos os trabalhadores que vivem nas fazendas de “*particulares*”⁷⁹, que contam nas suas avaliações, quando decidem, por exemplo, deixar o universo rural/privado. Durante uma entrevista, um trabalhador rural comparou as condições entre a vida numa fazenda de usina e numa fazenda de “*particular*” assim:

“Com toda coisa que tiver, o camarada é mais liberado, vive mais folgado um pouco. O cabra trabalha de cabo pra esses homens, o cabra é tratorista, o cabra é carreiro, o cabra é motorista, o cabra é cambiteiro, o cabra é tudo. Vai trabalhar pra um fornecedor desse aí pra ver uma coisa”.

As mudanças ocorridas nas relações de produção chegaram em menor escala às pequenas e médias fazendas de “*particulares*”. Na grande propriedade, por outro lado, a divisão do trabalho por atividades de mão-de-obra criou especialistas em determinadas tarefas. A introdução de tais mudanças nas usinas repercutiu e criou um parâmetro de comparação fartamente utilizado pelos próprios trabalhadores. Não raro, eles vêem nessa especialização um ganho, uma forma de liberação da sua força de trabalho e um meio de isenção das tarefas que não lhes agradam. Ser “*tudo*” no universo de trabalho é um atentado à sua condição de *ser* livre.

O esgotamento do sistema de moradia tem um grande significado histórico. Significa a extenuação de um ciclo iniciado ainda no período da escravidão e que como estratégia de dominação de classe se fortaleceu ainda mais com a abolição da escravidão. Significa também a perda de dinâmica de um modo de vida marcado pelas relações de clientela no universo rural/privado e o início de um novo ciclo marcado pela mudança nessas relações. É o colapso de um modelo de *enlace social* construído para envolver o

⁷⁹ Os trabalhadores definem como de “*particulares*” as fazendas que não pertencem à usina. Eles afirmam que nessas áreas a jornada de trabalho é mais dura e as condições de trabalho mais difíceis.

‘homem livre’ que se configurou como um dos grandes pilares para a compreensão das relações sociais no mundo do açúcar.

Mas o sistema de moradia é uma instituição secular. E uma instituição secular não acaba de um momento para o outro. Essa instituição, pela sua força e centralidade, tem raízes profundas e irradiadas por diferentes campos da vida social. O seu esgotamento, que é um fenômeno em curso, encerra em si significados múltiplos, é portador de uma grande riqueza para a análise sociológica. Para além das mudanças mais visíveis na geografia física e humana dos municípios em que ocorre, é preciso realçar que, num ambiente de *formalização*⁸⁰ das relações de trabalho e de conquistas trabalhistas, a exaustão do sistema de moradia representa um golpe num modelo de servidão social instalado nas regiões canavieiras do Nordeste brasileiro. Dois séculos depois da abolição da escravidão, um dos seus últimos mecanismos de controle da mão-de-obra rural dentro da propriedade rural efetivamente se esgota e o trabalhador rural avança na conquista do seu *status libertatis*.

Essa condição está diretamente associada ao rompimento com o universo rural/privado, enquanto espaço de vida, e com o sistema de moradia como mecanismo de obrigação social. Expulso ou abandonando a vida sob o sistema de moradia e migrando para o um espaço em que o poder público está mais presente⁸¹ é certo que o trabalhador ficou mais próximo do poder público e mais senhor das suas vontades.

Por outro lado, é importante que fique claro que estamos falando de um processo e que a história não acontece de forma linear. O *status libertatis* que aqui afirmamos como

⁸⁰ Um dado curioso a esse respeito é que essa formalização ocorre num momento em que no conjunto das relações entre capital e trabalho vem se impondo um processo de flexibilização de direitos secularmente já conquistados por setores mais avançados dos trabalhadores.

⁸¹ O ambiente rural/privado não esteve jamais e nem está imune ao poder público, como também o contrário é verdadeiro. Nas conversas com alguns dos nossos entrevistados percebemos que num passado mais remoto o poder do dono da fazenda era maior e o poder público tinha uma presença restrita no ambiente privado das fazendas. O Golpe de Estado de 1930, por todos os seus significados históricos, parece ter se constituído num divisor de águas nesse sentido.

uma novidade é uma condição que ainda não está consolidada para o conjunto dos trabalhadores rurais e nem significa a superação do sistema de opressão de classe existente no setor canavieiro, muito pelo contrário. As mudanças em curso fazem parte de uma nova etapa do processo acumulação capitalista, realiza-se através de um aprofundamento do processo de expropriação do trabalhador e pelo agravamento ainda maior das suas condições de vida. Corresponde, à chegada do capitalismo moderno no campo.

3.1 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE PRODUÇÃO

O esgotamento do sistema de moradia no universo das fazendas faz parte de um conjunto de transformações ocorridas nas relações de trabalho e de produção em escala mundial. Esse processo que a algumas décadas vem se configurando no mundo canavieiro do Nordeste corresponde a uma nova etapa vivida pelo sistema capitalista e tem promovido profundas alterações nas economias e nas sociedades locais. Na base desse processo, encontram-se as mudanças nas relações entre o capital e o trabalho e o implemento tecnológico na produção.

A perseguição de padrões produtivos cada vez mais elevados na atividade agrícola e industrial – no setor sucro-alcooleiro, estas são atividades afins e compõem um movimento conjugado – impuseram a exigência de uma racionalização ainda maior do processo produtivo e de mudanças profundas nas relações de trabalho, fato que ainda não está inteiramente consolidado, mas que se encontra em curso bastante avançado.

No caso de Alagoas, o fenômeno da destruição de casas não começa como uma resposta à luta e à mobilização por direitos desenvolvidas pelos trabalhadores. A derrubada das casas, e todo um conjunto de ações que se vai procurar indicar adiante, dá-se, em

primeiro lugar, como parte de um esforço desenvolvido pela burguesia canavieira para aumentar as áreas plantadas e alcançar novos padrões produtivos. A modernização das técnicas produtivas e a ampliação dos canaviais impulsionam o fim do sistema de moradia em Alagoas. Motivados por fenômenos de mercado como o aumento de preços do açúcar e por uma forte política de incentivos desenvolvida pelos governos militares e pressionados por uma crescente competitividade no plano nacional e internacional, os produtores de açúcar vão comandar as mudanças que ora se apresentam como um processo quase irreversível⁸².

O sistema de moradia entrou em crise a partir da década de 50. Nesse período, acontece pioneiramente em Alagoas a expansão dos canaviais pelas regiões de tabuleiro, áreas antes ocupadas pela pecuária extensiva e por sítios de pequenos proprietários dedicados a culturas de subsistência.

⁸² A irreversibilidade no esgotamento do sistema de moradia algumas vezes é atestada e negada na fala dos mesmos atores sociais. O juiz do trabalho que entrevistamos nos disse que “ocorre que de 70 a 80% dos contratos de trabalho das usinas são de safra, ou seja, de no máximo duração de seis meses. E fora disso, eles não tinham emprego. Passaram os moradores a trabalhar para outras usinas. Então as usinas não tinham proveito algum deles morarem lá”. Um sindicalista nos afirmou que “pro patrão hoje foi maravilha esse sistema. Porque ele vai gastar apenas com o transporte para ir buscar o cara na cidade, trazer da cidade pro trabalho, leva e trás e acabou, não tem nenhum compromisso, só os encargos sociais durante o período que ele trabalha”. Um empreiteiro que entrevistamos nos afirmou o seguinte: “Eu acredito que se voltar o tempo hoje dos fazendeiros fazer casa pro povo voltar à fazenda é perdido, porque o povo não vai. O povo quer viver assim na cidade, sai bem cedo, chega de noite, embora quando pára a moagem as usinas bota tudo pra fora e fica passando fome”. Como podemos perceber, esse processo não é compreendido como favorável aos trabalhadores, mas nem por isso, acredita-se, eles querem voltar a morar no universo nas fazendas. Por outro lado, durante nossas entrevistas colhemos na fala dos sindicalistas entrevistados que parece haver entre os usineiros quem já considere o fim do sistema de moradia um fenômeno negativo. Dois sindicalistas nos falaram disso. O primeiro nos disse que teve “um dia desses num encontro aí com um usineiro, ele ainda tem duas mil e quinhentas pessoas morando na fazenda, e ele disse que não se desfaz do morador de maneira nenhuma”. A justificativa está nas vantagens que o sistema de moradia sempre teve para os patrões. É isso que demonstra a fala de um outro sindicalista quando nos diz que “mesmo na safra, o trabalhador termina o serviço, vai tudo embora. Se eles precisarem fazer um serviço fora de hora, eles não têm o trabalhador. Na época que tinha na fazenda, eles tinham qualquer hora... Encher o caminhão, semente, desatolar o carro. Vou dar um exemplo, acontece uma queima, quero ver eles encontrar ninguém pra fazer *asseiro* pra evitar o incêndio”. Mello (2002:1039) se reporta a esse fenômeno e acrescenta-lhe um novo significado quando nos diz que é “a partir da atual reestruturação produtiva, a atual condição de morador, mais do que uma questão semântica designa hoje um grupo mais enxuto de trabalhadores fichados, rigorosamente selecionados e contratados pelas usinas. Gradativamente, vão sendo mais qualificados, contratados por suas aptidões, avaliados por desempenho e estabelecidos novos padrões de lealdade”.

Para compreender as preocupações e a análise de realidade que as elites produtoras de açúcar faziam nesse período é importante conhecer a obra Açúcar – notas e comentários, de Osman Loureiro. A obra é resultado de um conjunto de textos que o autor publicou em jornais locais e produziu para palestras que proferiu em eventos de classe na década de 60. A coletânea nos dá conta de fatos e números importantes, bem como nos ajuda a entender a dinâmica e as discussões da época. O centro do debate é a análise do processo produtivo, a afirmação da necessidade de aprimorá-lo e a defesa de instrumentos que ajudassem a alcançar tal fim.

Nos anos 60, a atividade sucro-alcooleira, embalada que vinha dos anos 50, tem um crescente permanente de produção. O setor esmera-se para aprimorar a produção cada vez mais. Osman Loureiro vai tratar deste fenômeno como um *“aspiral ascendente, que, partindo de cotas baixas, já anda pela casa de alguns milhões de sacas⁸³”*. Era preciso produzir mais e melhor. Para que isso se desse, era necessário corrigir vários problemas e superar deficiências na cadeia produtiva.

No campo, encontrava-se o primeiro desafio a ser superado. O diagnóstico era preciso: *“(...) o que distancia a indústria açucareira do Sul para com a do Nordeste, não é a fábrica mas o campo⁸⁴”*. As dificuldades enfrentadas no campo se prolongavam na indústria. O próprio autor tratou dessa questão. Abordando a necessidade de reduzir o tempo médio das moagens, Osman diz o seguinte:

“(...) Duzentos e trinta, quarenta, cinquenta e até mais de duzentos e setenta dias, é o quantum estorrecedor do funcionamento de dezenas de nossas indústrias. Interessante é notar que uma delas é recordista desses períodos: 272 num ano e 273 no outro. Isso significa a existência de alguma distorção muito grave na sua organização, ou, o que é

⁸³ Nessa passagem o autor (Osman: 1970:51) faz referência às safras de 62/63 “em que os produtores alagoanos ensacavam apenas 3.831.134 volumes (...)” e fazia um confronto com a safra de 1967/68 na qual a produção de já representava o dobro, ou seja, 7.116.000 sacos.

⁸⁴ Osman, Op. Cit. Pp. 31

mais difícil remediar, do seu equipamento. Porque a verdade é que contraria a verdadeira índole do sistema esse prolongamento, por cerca de nove meses, de uma atividade que, no certo, não deve exceder dos 150 dias úteis ou 180, considerando as paradas inevitáveis, como para limpeza e pequenos consertos durante a moagem”⁸⁵.

As elites açucareiras, nessa época, já demonstravam preocupação em aprimorar a produção açucareira. Maximizar a exploração do solo, a utilização da mão-de-obra e dos equipamentos instalados já eram considerados procedimentos padrões. Racionalizar a produção e investir em novas tecnologias se tornaram imperativos nas últimas décadas. Os largos financiamentos do Estado e o aumento da concorrência no mercado interno foram fatores determinantes nesse sentido. Mas esses movimentos estavam articulados a um conjunto de mudanças nas práticas produtivas e nas relações de produção em escala mundial.

É nesse momento que a redução da mão-de-obra no interior das fazendas começa a ser posta em prática. Era preciso se desvencilhar do trabalhador que além de ocupar com roças as terras que poderiam ser destinadas ao plantio da cana, dos riscos de conflitos com trabalhadores como os existentes nos estados vizinhos e evitar

“(…) as táticas oficiais, que, manhosamente, vão transferindo para a alçada das empresas, certas obrigações de caráter marcadamente sociais, escusando-se o poder público de exercer a sua função tutelar, para exigí-la de entidades de finalidade econômica, impróprias, portanto, para essa atuação”⁸⁶.

A abordagem das mudanças do setor canavieiro realizada pelo autor do estudo citado é parcial. Ele reconhece a incorporação dos tabuleiros como áreas produtivas e afirma que o “*aspiral ascendente*” resulta de inovações promovidas na “*maquinaria e da intensificação da matéria prima*”⁸⁷, mas não trata dos avanços dos canaviais sobre os

⁸⁵ Osman, Op. Cit. 48.

⁸⁶ Ibidem, 34.

⁸⁷ Ibidem, 52.

roçados no interior das fazendas e nem da incorporação das terras dos pequenos sítios. O crescimento da produção açucareira se deu vertiginosamente. A produção dobrou em meia década e o aumento de rendimento por hectare, no período, salta de 35 para 51 toneladas de cana, mais do que Pernambuco que tinha na época um rendimento por hectare de 40 toneladas⁸⁸.

Mas esse processo não deixou de receber a atenção de outros estudiosos. Manuel Correia de Andrade, em *A terra e o Homem no Nordeste* (117/18) diz que:

“Nas zonas de grandes e de muitas usinas, no sul de Pernambuco e no norte de Alagoas, a proletarização dos trabalhadores já chegou ao auge. A maioria deles reside em casas localizadas nas sedes dos engenhos – lembrando antigas senzalas – e não tem direito de fazer lavouras. Mesmo aquelas usinas que, teoricamente, dão terras para esse fim na prática impedem o cultivo das mesmas, pois exigem dos trabalhadores seis dias de trabalho por semana. Dá-se, assim, a proletarização crescente do trabalhador do campo”.

Alagoas entra nos anos 70 assistindo ao coroamento da criação de um conjunto de medidas para racionalizar a produção e o agravamento das relações de trabalho. A redução das áreas de plantio, quando não a sua extinção, no interior das fazendas é o primeiro grande movimento do fenômeno que ora estudamos. A proletarização do trabalhador rural se dá com ele vivendo no interior da fazenda. A perda da oportunidade de plantar desfaz a dimensão camponesa do trabalhador rural da área canavieira e representa o fim da principal vantagem da vida no interior do rural/privado. Nessa década, esse fenômeno vai se consolidar. É um momento áureo da indústria canavieira. Esse período foi tão favorável que *“(...) a indústria açucareira alagoana cresceu duas vezes e meia, mais precisamente 145,7%, entre 1970 e 1980”*⁸⁹.

A criação do PROÁLCOOL, programa instituído pelo governo federal para incentivar a produção do álcool como combustível alternativo à gasolina, que estava em

⁸⁸ Ibidem, 54.

⁸⁹ Andrade, 1997:99.

alta no mercado externo, somado ao desenvolvimento técnico e à modernização do setor sucro-alcooleiro, é a maior responsável pela grande expansão das áreas plantadas, fazendo crescer a pobreza⁹⁰, a proletarização do trabalhador rural e a concentração de riquezas.

Nós anos 80, período definido pelos economistas como uma “*década perdida*” para a economia brasileira, o Estado de Alagoas experimentou taxas de crescimento acima da média da região Nordeste e do País⁹¹. Mas isso não representou melhorias na vida do conjunto da população alagoana. A concentração de riquezas, coerentemente com o período da ditadura militar, impediu a melhoria das condições de vida da maioria do povo alagoano⁹².

⁹⁰ Segundo Caio Prado Junior (1979:31), é “opinião generalizada nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive h

oje em piores condições que há anos passados. E o fator diretamente responsável por isso, foi precisamente o progresso e desenvolvimento econômico daquelas áreas”.

⁹¹ Carvalho, 2000.

⁹² Noutro estudo (Carvalho, 1993) vamos encontrar um rápido painel de como o milagre econômico promovido pelos militares foi restrito: “Em Alagoas, em quase todos os setores políticos, entra-se na década de 80 com a consciência plena do fracasso dos vários governos que se sucederam na vigência do regime militar (Luiz Cavalcante, Lamenha Filho, Afrânio Lages, Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira) no seu enfrentamento contra o subdesenvolvimento regional. O balanço realizado pelo próprio Governo do Estado em 1983 é um verdadeiro libelo acusatório aos governantes estaduais do período em que o Brasil viveu sob a ditadura militar. Depois de duas décadas de “revolução” e de “milagres”, 42% da População Economicamente Ativa encontrava-se desempregada ou subempregada; e entre a parcela que estava ocupada, 68% recebia até um salário mínimo; 55% da população acima de 15 anos era analfabeta e 38% das crianças entre 7 e 14 anos não frequentavam escolas; (...) Somente 2% da população era atendida por serviço de esgoto sanitário e apenas 30% era servida por água potável (...). Drama parecido é descrito no documento governamental sobre as condições de habitação, transportes públicos, alimentação, etc”.

Tabela 8**Crescimento da produção açucareira de Alagoas – 1933/2000**

Ano/Safra	Produção (sacos)	%
1933/34	752.915	-
1938/39	1.585.209	110,54
1943/44	1.706.789	7,67
1948/49	2.286.446	33,96
1953/54	2.433.842	6,45
1958/59	3.629.546	49,13
1963/64	4.579.470	26,17
1968/69	7.839.076	71,18
1973/74	22.011.169	180,79
1978/79	18.749.535	-14,82
1983/84	27.453.193	46,42
1987/88	24.879.165	-9,38
1989/90	25.629.147	3,01
1991/92	24.866.677	-2,98
1992/93	27.551.290	10,80
1993/94	20.923.574	-24,06
1994/95	30.895.571	47,66
1997/98	36.757.766	18,97
1998/99	30.186.749	- 17,88
1999/00	25.406.965	-15,83
2000/01	41.209.605	62,20

Fontes: IAA e Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas

A longa tabela acima nos serve para acompanhar com precisão a dinâmica produtiva do setor sucro-alcooleiro de Alagoas nos últimos 70 anos. Alguns dados chamam a atenção. Por exemplo, entre as safras de 1933/34 e 1948/9 a produção canavieira de Alagoas cresceu 142,17%. O aumento da produção nessa década foi de 55,58 %. Nas décadas de 60 e 70, vamos assistir a um crescimento ainda mais substancial da produção canavieira do Estado: 263,32%. Um aumento extraordinário de produção, conforme os dados referentes à safra de 1968/69 e à safra de 1973/74, no final dos anos 60 e início dos anos 70, 180,79%. Nos anos 80 o crescimento já não é tão extraordinário, mas é positivo em 40,5%. Na década de 90, o setor canavieiro vive a sua menor ascensão dos últimos setenta anos. Razões conjunturais como a desvalorização do açúcar no mercado internacional, articuladas com a crise na economia do país e a fenômenos climáticos desfavoráveis à produção impuseram um crescimento de apenas 14,63% da produção canavieira. O curioso desse dado é que o pior dado do setor canavieiro continua sendo positivo. Poucos são certamente os setores da economia nacional que cresceram tanto numa década. Por fim, no início do novo milênio, o setor vive um novo impulso. O aumento da produção no início do novo milênio é extraordinário: 62,20%.

A realidade de Atalaia guarda as suas particularidades, mas o movimento geral se coaduna com a realidade da Alagoas, inclusive quando se trata de concentração industrial⁹³. A primeira particularidade, conforme a tabela 9, é quando se observa que apesar de grande, o aumento de produção de cerca de 37,44% entre os anos 30 e 40 fica aquém da média estadual. Esse dado demonstra que na década citada o parque canavieiro já estava bastante avançado. No período 1940/1 e 1950/1 há um crescimento de produção na ordem de

⁹³ Com o fechamento da usina Ouricuri, no final dos anos 80, só restou a usina Uruba como unidade de produção de açúcar no município.

89,10%. No período seguinte (1955/61) ocorre uma queda de cerca de 25%. No período que vai de 1956/71 a produção cresceu 127%. Entre os anos de 1975 e 1981 a produção de açúcar de Atalaia cresceu a impressionante cifra de 136% em relação ao período anterior, que já era de alta. Entre os anos de 1982 e 1986 há uma queda de 37% na produção. Essa redução corresponde muito mais a um movimento de estabilização do que a uma crise. A década de 90, considerada uma época de crise para a indústria da cana, confirma esse movimento de estabilidade. A primeira safra do ano 2000, a julgar pelos números alcançados na 2000/1 significa um período ainda mais áureo para a indústria do açúcar, o aumento em relação à última safra dos anos 90 é de 42,1%.

Para se ter um parâmetro do crescimento da cana-de-açúcar nas últimas sete décadas é importante que se diga que a safra de 2000/1 é 1.267% maior do que a safra colhida em 1930/1. Se a referência, por exemplo, for a safra 1950/51, década a partir da qual os tabuleiros passam a ser ocupados com a cana, a safra de 2000/1 é 426% maior. Se a referência for a safra de 1987/8, que corresponde período inicial delimitado para o nosso estudo, a última safra é maior 40.3%.

Tabela 9**Produção das usinas de Atalaia – 1930/2000/1**
(Sacos de 60Kg)

Safra	Brasileiro	Uruba	Ouricuri	Total	%
1930/1	90.000	44.000	22.000	156.000	-
1940/1	198.040	82.370	34.000	214.410	37,44
1950/1	200.922	132.391	61.456	405.450*	+52,8
1955/6	124.589	201.000	67.246	387.835	-4,34
1960/1	-	204.300	100.224	304.524	-21,48
1965/6	-	231.372	216.902	448.274	47,20
1970/1	-	307.486	502.496	809.496	80,58
1975/6	-	353.812	394.590	784.402	-3,10
1980/1	-	843.477	1.014.261	1.857.783	136,84
1982/3	-	789.693	1.018.350	1.818.043	-2,14
1985/6	-	686.816	483.680	1.170.496	-35,62
1987/8	-	788.188	732.639	1.520.827	29,93
1990/1	-	989.806	534.788	1.542.554	1,42
1998/9	-	1.249.788	-	1.249.785	-18,9
1999/0	-	1.501.690	-	1.501.690	20,1
2000/1	-	2.133.680	-	2.133.680	42,1

*A diferença observada (7.681) é resultado da produção realizada pela usina Vitória na sua única safra.

Fontes: Instituto do Açúcar e do Alcool e Anuário Estatístico de Alagoas

A safra de 1985/86 já revela a crise da usina Ouricuri, que tem a sua produção reduzida em mais da metade e provoca uma queda da produção do município em relação aos anos do começo da década. A breve recuperação da safra de 1987/88 é no que toca à usina Ouricuri de muita estranheza, haja vista que no ano seguinte ela suspende sua produção pela dificuldade de pagar os seus compromissos financeiros com o Banco do

Estado de Alagoas e outros financiadores como o Banco do Brasil, além de ter irregularidades junto ao então Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A forma de ocupação do solo é um outro indicador importante de como se comporta o setor sucro-alcooleiro de Atalaia nesse período. Os dados revelam como a produção de cana é uma atividade monocultora e como as principais culturas depois da cana preenchem espaços ínfimos, se comparados à área por ela ocupada.

Tabela 10

Área da Produção Agrícola Municipal

Ano	Cana (ha)	Milho (ha)	Banana (ha)
1949	7 446	197	34
1970	16 854	469	43
1995/6	43.820	40	8

Fonte IBGE. Censo Agropecuário de 1949, 1970, 1998 e 2000.

A variação da área ocupada pela cana também é bastante esclarecedora da dinâmica do avanço do canavial e dos novos parâmetros produtivos. A tabela 10 revela o aumento substancial da área ocupada por cana no município e o pequeno espaço das culturas de subsistência. Em 1995 a área plantada com cana em Atalaia é 488% maior do que a de 1949 e 156% maior do que a de 1970.

Entre 1975 e 1985 a área plantada em Alagoas saltou de 230 para 460 mil hectares⁹⁴, ou seja, aumentou cem por cento. A mecanização também avançou com grande força. O parque industrial canavieiro alagoano, incluindo usinas e destilarias, ampliou-se enormemente. A ofensiva do capital era absoluta, enquanto as relações de trabalho no

⁹⁴ Mello, Op. Cit. p. 65.

campo e, muitas vezes, na indústria, estava assentado em padrões bastante atrasados, se comparadas com outros Estados do Nordeste e com outras regiões do país.

O aumento das áreas de plantio e a expulsão ou abandono da fazenda são processos concomitantes e vêm ocorrendo, nas últimas cinco décadas, mas, é nos últimos vinte anos que se consolidam as condições objetivas necessárias pelo capital que impuseram, para além da proletarização, a mais completa expropriação do trabalhador rural. A expropriação do trabalhador que começa com a redução ou o fim do uso do solo para o plantio e a criação, completa-se com a crise do sistema de moradia na fazenda, ou seja, com o rompimento da associação casa-trabalho⁹⁵, como categorias germinadas no processo produtivo. Esse fenômeno é tão evidente que

“Estimativas dos próprios empresários, coincidindo com dados oficiais do governo do Estado de Alagoas realizada em 1995, informam que foram demolidas cerca de quarenta mil casas localizadas em terras de usinas e fazendas de cana a partir do PROÁLCOOL. As demolições, contribuindo para elevar o déficit habitacional de Alagoas, aumentaram a magnitude dos problemas urbanos na capital e nas cidades canavieiras” ⁹⁶.

Nesse contexto, o êxodo rural, em grande parte, é consequência de uma fase mais agressiva do capital e traz consigo a exigência de novas relações de trabalho. Novas formas de garantir a sobrevivência precisam ser criadas. Não importa se os meios para a sobrevivência serão buscados no ambiente urbano ou se continuarão vinculados ao campo, o fato é que uma nova modalidade de relação se impõe. Essa relação, analisando a ação dos trabalhadores que continuam vinculados ao campo, vai se tornar impessoal, especialmente no que diz respeito ao trabalho realizado para as usinas; mais formal, uma vez que as

⁹⁵ Um fato não comum, mas que pode acontecer é o de o patrão arrendar a terra ou dispensar o trabalhador dos serviços da fazenda e ele continuar morando durante um período na propriedade. Isso ocorre como meio de indenização ‘informal’ pelo tempo de serviço e outros direitos não cumpridos ou simplesmente porque há entre eles vínculos de gratidão, o que não é predominante.

⁹⁶ Ibidem, 68/69.

relações formais de trabalho estão cada vez mais consolidadas e, por fim, menos duradoura, pois os contratos de trabalho nas atividades de corte de cana, na sua grande maioria, são temporários.

As relações de informalidade, apesar das incursões de fiscalização da Justiça do Trabalho ocorrerem, continuam sendo uma prática no setor canavieiro, mas não são mais predominantes, conforme nos revelam as entrevistas com trabalhadores rurais, sindicalistas e demais atores diretamente envolvidos com a questão. Um fenômeno paradoxal nesse processo acontece, é a busca da informalidade pelo trabalhador. Sigaud (1979:234), identificou que “*o trabalhador geralmente afirma que prefere ser clandestino do que fichado e justifica isso em termos de que ‘a ficha é o cativoiro’*”. Durante nosso estudo de campo a expressão cativoiro não apareceu relacionada a essa problemática. Quando o tema era esse, definiu-se o fenômeno como uma expressão positiva de liberdade⁹⁷.

Quando o trabalhador evita um vínculo empregatício, ele está afirmando a sua liberdade no sentido de não se ligar a uma propriedade ou a uma “*empresa*” em particular. Ele quer estar à vontade para realizar escolhas, para buscar o que lhe parece melhor para si.

Essa atitude pode ser compreendida como um momento de afirmação do trabalhador diante do capital, mas também pode ser investigada pela perspectiva de que há uma despolitização da categoria ao não valorizar a efetivação de uma conquista tão fundamental para a classe trabalhadora como é a formalização da relação capital trabalho nos termos definidos por lei. Essa postura, porém, se apresenta como um comportamento que privilegia o ganho imediato de um valor a mais no salário e procura compensar os baixos salários percebidos pela a atividade do corte da cana.

⁹⁷ Por opção ou por imposição da realidade o trabalhador passa a maior parte do seu tempo trabalhando “*à rôla voou*”. Essa expressão é muito empregada para definir um tipo de relação na qual não existe vínculo formal de trabalho e em que há uma grande rotatividade. Em geral, essa relação é mediada por empreiteiros.

A atitude de evitar uma relação de trabalho formalizada, seja qual for a justificativa para isso, vai criar uma celeuma para alguns setores da sociedade. Os empreiteiros de usinas, por exemplo, responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores, queixam-se dessa postura:

“Tem trabalhador comigo fichado que ganha dez reais hoje. Amanhã ele sobe num carro e vai trabalhar clandestino ganhando R\$ 30,00. Ele não pensa que pode sofrer um acidente. Que direito ele tem trabalhando clandestino? Não é melhor ele ganhar dez e ficar fichado, ter o direito? Ele não olha isso”.

A queixa do empreiteiro tem a sua razão de ser. As usinas têm optado cada vez mais pela relação formal de trabalho. No fragmento abaixo, o funcionário de usina entrevistado mostra o tamanho da inversão da situação de informalidade para a de formalidade⁹⁸ e explica o retorno à condição de informalidade como uma atitude *teimosa* dos trabalhadores:

“Há 10, 15 anos atrás você tinha numa usina, num número de um a cem, você tinha vinte trabalhadores registrados, oitenta na informalidade. Hoje, você tem, no mínimo, 90 a 95% registrados, na informalidade alguns que ainda teimam em continuar na informalidade porque tem a sua liberdade pra trabalhar hoje numa usina, amanhã numa outra usina, numa outra propriedade, mas é um número muito pequeno”.

O juiz do trabalho, por outra perspectiva, mas com um argumento que realça a definição de que há uma atitude de busca de formalidade por parte das usinas, nos diz que:

“Agora é minha opinião que a Vara de Atalaia tanto trouxe benefícios para as usinas como para os empregados das usinas. Para os empregados porque facilitou o acesso à justiça e as usinas porque passaram a ter segurança nas suas relações. Tanto que o relacionamento das usinas com a justiça era ótimo, sem problemas”.

Não há dúvida de que uma das mudanças mais importantes nas relações de trabalho no setor canavieiro é o de que estas estão cada vez acobertadas pelas leis trabalhistas. É certo que a burla à lei continua existindo e que ela se dá tanto nos ambientes das fazendas

⁹⁸ A condição de empregado de uma empresa sucro-alcooleira, no que diz respeito aos números que ele apresenta, não compromete a sua fala do entrevistado. Em várias oportunidades os sindicalistas entrevistados confirmam que a maioria dos trabalhadores rurais das usinas é contratada dentro dos padrões legais. A queixa era a de que tais contratos são temporários, mas essa já é uma outra questão.

de “*particulares*” quanto nos ambientes de usinas, mas esse não é quadro predominante. O que tem predominado é o trabalho temporário regido pela legislação trabalhista. Os contratos, em geral, são firmados no início de setembro, quando a safra começa, e encerrados com o fim da safra que tem um tempo médio de cinco meses, chegando no máximo a seis. Os contratos temporários são, nesses termos, muitos mais favoráveis às usinas que se garante de futuras ações na justiça e não são obrigadas a pagar aviso prévio aos trabalhadores. Do lado dos trabalhadores são comuns as reclamações, especialmente porque o trabalhador dispensado não tem direito ao seguro desemprego, uma vez que o contrato safrista não o beneficia com esse direito.

Segundo estimativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia, o município tem hoje cerca de cinco mil trabalhadores rurais. Durante a safra, a maior parte deles é empregada pela a usina Uruba. Com o fim da safra, são desligados cerca de 60%⁹⁹. Isso significa dizer que durante seis meses do ano, a maior parte dos trabalhadores do município fica formalmente sem renda e se destina aos pequenos serviços, seja no campo ou na cidade.

A exigência de novos padrões produtivos chegou ao campo e é o critério principal utilizado pelas usinas para definir quem contratar no período safrista e quem continua empregado no pós-safra. As usinas estabeleceram padrões médios de produtividade. Há cadastros de trabalhadores nos quais a sua produção é acompanhada com rigor. A grande reserva de mão-de-obra na região permite impor padrões de excelência de tal forma que *“depois que veio essa mudança aí de pegar só o homem que corta 7, 8, 10 toneladas de*

⁹⁹ Esse dado consta de um documento da Secretaria de Assalariados da Fetag e é referente a safra de 2001/2002.

cana, aquele que corta 4,5 está dispensado. Trabalhador de 5,6 toneladas de cana hoje tá desempregado”¹⁰⁰

As usinas que têm cana plantada em terras mais acidentadas podem até adotar padrões de produtividade menos exigentes, mas o fato é que todas elas adotam instrumentos de controle de produção e definem suas contratações por esses padrões. Há, porém, outros critérios utilizados para definir a contratação ou não de um trabalhador. A idade é o principal deles:

“Tem uma tabela de 18 até 50. E tem muitas que não quer. Tem muitas que é de 18 até 45, 48, até 50. Eu mesmo fichei uns cinco ou seis com até 55, 56. Tem muitos cabra véio, eu falei até com os homens, sadio, que não é operado, não é doente, que é trabalhador. Carteira em branco pega de 18 a 23 anos. Carteira em branca só pega até 23 anos”¹⁰¹.

As mudanças implementadas no setor sucro-alcooleiro colocaram o trabalhador rural numa situação de grave desigualdade frente aos donos do capital. Os donos dos meios de produção se dão ao luxo de dispensar mão-de-obra com plena capacidade produtiva. Na interpretação de um sindicalista, o empresariado do campo *“pegou o trabalhador e fez como copinho descartável de tomar cafezinho, com 42 anos ele não trabalha mais”*. Um outro sindicalista fez uma analogia também dura e que colabora com a primeira para entender como os trabalhadores interpretam esse processo: *“Trabalhador tá como roupa veia, quando ela tá meia (sic) estragada. Eles pegam ele com 18 anos, quando chega com 40, 42 por diante ele já está estragado, joga pra lá que daí pra frente ele não faz mais nada”*.

¹⁰⁰ Depoimento de um sindicalista.

¹⁰¹ Depoimento de um empreiteiro entrevistado.

Essa realidade é ainda mais grave quando o centro da observação é a mulher trabalhadora rural. Impossibilitada de atender aos exigentes padrões de produtividade impostos pelo setor canavieiro, ela nem chega a ingressar no mundo do trabalho canavieiro¹⁰². “*Qual a usina que tem 100 mulheres cortando cana?*”. Feita em tom de provocação recentemente durante uma assembléia de dirigentes sindicais da Fetag/Al, essa pergunta ficou sem resposta. Esse é um problema que preocupa a direção da entidade e as mulheres que perdem os seus espaços de trabalho no campo numa realidade de poucas oportunidades de trabalho

No setor canavieiro, durante muito tempo, o trabalho feminino, como o das crianças, foi visto como um trabalho auxiliar, seja ao do pai ou ao do marido. Quando se constituía como trabalho principal, concentrou-se em atividades como adubar, semear, colher sobras de cana no canavial, mas também, em quantidade menor, ela também trabalhou no corte da cana. Recentemente, devido à crescente mecanização e às exigências de produção média, diminuiu o número de postos de trabalho ou as mulheres foram substituídas por homens.

O momento atual é desfavorável aos trabalhadores, eles estão na defensiva e não obstante à redução do número de postos de trabalho, eles já se preparam para lutar pela manutenção dos atuais níveis de empregabilidade no setor canavieiro. Os dirigentes sindicais apontam uma queda brutal do número de empregos. Estima-se que nos anos 90 de cada 100 empregos no campo em Alagoas tenha havido uma redução para 36 e que esta redução na atividade sucro-alcooleira seja ainda maior, de 100 para apenas 22 vagas de trabalho. Estima-se também que Alagoas tem hoje 300 mil hectares de cana em áreas de tabuleiro, sendo que 200 mil hectares no setor canavieiro já estão irrigados. Cerca de quinze

. Esse é um tema que pelo significado novo que tem merece estudos mais aprofundados.

máquinas colhedeiras já estão já foram adquiridas por grupos empresarias do Estado. A introdução dessas máquinas em larga escala no mundo canavieiro é uma grande ameaça para o emprego no campo, haja vista que cada uma dessas máquinas desemprega aproximadamente cem pessoas.

Estamos assistindo a uma crise existencial da categoria de trabalhadores rurais do setor canavieiro. Outro segmento que passa por isso é a classe média do mundo da cana: os fornecedores. Os fornecedores de cana perdem espaço enquanto categoria produtiva. A prática de arrendamento de terras às usinas se espalhou e hoje poucos são os fornecedores que diretamente utilizam as suas terras¹⁰³. Um conjunto de fatores explica essa nova realidade. Falta uma política oficial de incentivo à aquisição de máquinas e equipamentos, como houve nos anos 70 e 80, os custos da produção aumentaram, há uma fuga do compromisso com os trabalhadores e, num primeiro momento, os ganhos obtidos com os arrendamentos e com a aplicação de parte desses recursos em poupanças se revelaram compensadores. Só com o tempo os fornecedores descobriram que perderam o controle de suas propriedades e a capacidade de recuperar autonomamente a produção – o que nem sempre querem.

A reestruturação produtiva, como se apresenta hoje, é um fenômeno recente e data, nos seus mais fortes sinais, dos anos 90, mas as suas conseqüências já se fazem sentir com bastante intensidade e são muito graves para os trabalhadores. Conforme indicam os dados, há um crescimento contínuo da produção e uma redução do número de postos de trabalho no setor nos últimos anos.

¹⁰³ Analisando esse fenômeno, Andrade (1998:111) diz que “graças à sua capacidade de luta, os fornecedores conseguiram sobreviver até o início dos anos oitenta quando eram produtores de grande porcentagem das canas moídas em todo o Nordeste. (...) em Alagoas, na safra de 1958-59, a porcentagem da cana dos fornecedores foi de quase 58%. Hoje, em 1998, sua importância é mínima, se constituindo uma classe em extinção”.

Tabela 11
Quadro do Pessoal Ocupado em Atividades Agrícolas em Alagoas

Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Nº	217.021	247.947	274.985	326.979	430.279	493.661	547.823	624.600	421.100

Fonte: IBGE Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1980

A tabela sobre a ocupação em atividades agrícolas em Alagoas nos dá a dimensão da importância da atividade sucro-alcooleira para a economia e para a sociedade alagoana. Em 1940, quando o Estado e o país eram hegemonicamente rurais, a maior parte, 71,3%, da população alagoana tinha nas atividades agrícolas sua principal ocupação. Em 1960, o número de ocupados com essas atividades havia diminuído para 26% da população alagoana. Em 1980, eram 28% e em 1995, aproximadamente, 16% dos alagoanos se ocupavam de atividades agrícolas, conforme os dados do IBGE. Essa redução no número de empregados nas atividades agrícolas está diretamente relacionada às mudanças que temos estudado no setor canavieiro, que continua sendo o mais importante do Estado.

Desde o início o final do século XIX a cana ganhou o status de principal produto agrícola e de fonte de maior geradora de empregos do município de Atalaia. O quadro de pessoal ocupado em atividades agrícolas comprova sua importância econômica.

Tabela 12
Quadro do Pessoal Ocupado em Atividades Agrícolas em Atalaia

Ano	1975	1980	1985	1996
Nº	9.637	12.384	13.071	4.047

Fonte: IBGE Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1996.

Uma análise inicial do quadro acima vai nos indicar que na década de 80, cerca de 30% da população do município de Atalaia estava ocupada com atividades agrícolas. Os

números do censo de 1996, por outro lado, revelam que o percentual da população local ocupada com o mesmo tipo de atividade cai¹⁰⁴ para 10%.

A redução das ocupações em atividades agrícolas cria um clima de colapso social nos pequenos municípios da região canavieira e se expande na direção das capitais da região Nordeste como um todo, haja vista que gera desemprego e provoca o êxodo rural. Mas a redução no número de ocupações não indica necessariamente que o setor sucroalcooleiro está em crise, em épocas de expansão tecnológica o desemprego é uma realidade inevitável. Habilmente, as elites têm se aproveitado desses momentos para afirmar a importância do setor para a vitalidade econômica de regiões e para o equilíbrio social. A crise do emprego e do trabalhador é utilizada para justificar a existência de dificuldades do setor da cana.

Esse discurso é falso e tem como objetivo principal reivindicar incentivos governamentais para o setor. A alegação é sempre a mesma: o setor precisa do apoio oficial para continuar dinâmico e competitivo e para garantir que as milhares de famílias que estão direta e indiretamente ligadas ao trabalho na produção da cana e do açúcar possam manter os seus empregos.

Um dos fenômenos que vai chamar atenção, ao contrário do que dizem os dados, é que as elites açucareiras de Alagoas implementaram uma verdadeira operação de desmonte da estrutura produtiva que construíram durante os anos dourados da ditadura militar, transferiram capital para outros setores da economia e para outras regiões do país e ainda

¹⁰⁴ Esse dado chama a atenção pela brutal queda de pessoal ocupado em atividades agrícolas em uma década. Comparando os dados do município de Atalaia com os dados do Estado no mesmo período é possível verificar que eles não estão sintonizados. Não há dúvidas que houve um processo acelerado de mecanização e de redução na mão-de-obra no campo, os próprios números do Estado indicam isso, o questionamento é se tal ordem de alteração é coerente. Uma hipótese que não pode ser descartada é que haja um desvio nos dados do IBGE. Os próprios técnicos do órgão em Alagoas não descartaram tal hipótese.

foram capazes de vender a imagem de que o setor sucro-alcooleiro como um todo vive uma crise existencial nos últimos 15 anos aproximadamente¹⁰⁵.

3.2- DA LUTA PELA A TERRA E POR DIREITOS

Não há em Alagoas uma tradição de luta no campo e de forte organização dos trabalhadores rurais. Aliás, a sociedade alagoana não tem em seus registros importantes lutas sociais no campo ou na cidade. O evento mais importante da nossa história é o Quilombo dos Palmares, mas os seus significados parecem não constituir um patrimônio acessível ao conjunto da população do Estado. Não fosse de um maniqueísmo acentuado poderíamos até dizer que durante muito tempo as elites econômicas e políticas do Estado procuraram reduzir a importância histórica desse evento, evitando que as novas gerações pudessem buscar inspirações na luta dos negros quilombolas. Só recentemente, a revolta dos negros que colocou em risco a dominação de uma elite branca e a hegemonia do modelo monocultor representado pela cana vem merecendo uma maior atenção por parte dos órgãos oficiais – quase sempre motivado pelo mercado do turismo –, por estudiosos e até mesmo por segmentos do movimento popular.

Parte da nossa literatura afirma existir na sociedade alagoana um certo caráter refratário às mudanças e indica como matriz explicativa para esse fenômeno não só o modelo de ocupação do solo – que é similar ao conjunto da região Nordeste e porque não dizer país -, mas também a uma conformação específica que ao longo dos tempos foi se construindo na sociedade alagoana. Cavalcanti (1979:65) é quem de forma mais grave dá forma a essa concepção quando diz que:

¹⁰⁵ Um estudo muito interessante sobre esse tema foi desenvolvido pelo professor Cícero Pérciles de Carvalho. Conferir bibliografia.

“Alagoas, enfim, pode representar um quadro peculiar de cristalização de um comportamento conservador e de uma ideologia autoritária e de resistência às mudanças, decorrentes, em parte do tipo de base econômica e das relações sócias; em parte pelo isolamento espacial e cultural, pela pouca exposição às correntes reformistas ou revolucionárias de pensamento contemporâneo. Seus senhores-de-engenho e seus barões do Império, os seus coronéis e seus marechais da República, são símbolos de um modelo ou de um ‘modus vivendi’, ou ‘modus operandi’, político que nos chega como subsídios para uma melhor compreensão do fenômeno brasileiro”.

Nessa análise, a sociedade alagoana é tomada como conservadora pelas atitudes das suas elites. Essa concepção incorre no erro de não dar o relevo que merece a resistência indígena, negra e popular. O evento do Quilombo dos Palmares não foi um acontecimento isolado, uma vez que em diversas regiões do território alagoano existiram redutos escravos, um exemplo disso pode ser encontrado no próprio município de Atalaia antes de ser dominado pelo poderio militar de Domingos Jorge Velho. Outro erro é atribuir tal postura conservadora a um *“isolamento espacial”* de Alagoas. O Estado faz fronteira com vários outros do Nordeste e sempre esteve geograficamente de alguma forma ligado a importantes movimentos rebeldes ocorridos especialmente no vizinho Estado de Pernambuco como o movimento do *“Quebra-Quilos”*¹⁰⁶, a Revolução Praieira e outros.

Mas o autor acerta quando chama a atenção para o fato de que nas terras alagoanas a resistência ao novo e às mudanças parece assumir um contorno mais rígido do que em outras partes do país e mesmo do Nordeste. Não é possível compreender esse fenômeno sem reconhecer as formas concretas de produção da vida e sem analisar as relações sociais que delas decorre¹⁰⁷. O *“modus vivendi”* e o *“modus operandi”* conservador realçado por Cavalcanti na sociedade alagoana encontra em Tenório (1997: 132) uma definição similar quando diz:

¹⁰⁶ Guilherme Palácios é autor de um importante estudo sobre esse acontecimento e sobre a luta camponesa no período colonial no Nordeste oriental do Brasil, região que envolve terras de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

¹⁰⁷ Marx, 1986:36.

“Os resquícios escravagistas são fortes e é ainda nítida na mente das pessoas a simbologia da casa grande e da senzala. Há uma inusitada aversão às mudanças, uma autêntica vanguarda contra qualquer tentativa de modernização trabalhista, diversificação econômica, democratização política”.

A organização da classe trabalhadora em sindicatos e a existência de partidos de esquerda em Alagoas sempre foram fatos de influência quase que restrita à capital do Estado¹⁰⁸. No campo, particularmente, o poder de mobilização das classes subalternas em momento algum chegou a ameaçar significativamente a hegemonia das elites locais.

Um exemplo do forte controle exercido pela classe dominante alagoana é o fato de que, nos anos 60, enquanto ocorriam mobilizações significativas nas fazendas dos vizinhos estados de Pernambuco e Paraíba em torno das Ligas Camponesas, nas fazendas do Estado quase não ocorreu contestação à elite oligárquica. Em *A Terra e o Homem no Nordeste*, Andrade (1998:263), afirma: “*Em Alagoas, os seus primeiros núcleos estão sendo fundados em Viçosa e em Atalaia*”, o que não chegou a se realizar. Nossas investigações indicam que há um total desconhecimento por parte dos historiadores locais sobre o referido fato nos municípios citados. Moradores e trabalhadores de Atalaia citam apenas uma incipiente ação sindical, concentrada nas terras da Usina Uruba, o que, ainda conforme informações dos trabalhadores da referida indústria, fora favorecida por um filho do proprietário da usina na época, definido como “*comunista*” pelos próprios empregados.

Documentos dos serviços de inteligência do exército brasileiro, datados de um período imediatamente anterior ao golpe militar sobre as atividades das Ligas Camponesas no Nordeste, informam da existência de cinco núcleos em Alagoas¹⁰⁹. A veracidade dessa

108 Dois estudos são fundamentais para compreender melhor a história de Alagoas: o estudo do historiador Douglas Apratto Tenório, *A tragédia do populismo alagoano (o Impeachment de Muniz Falcão)*. Maceió, AL, EDUFAL, 1995 e o texto do professor Sávio Almeida, *Raízes do Comunismo em Alagoas*. Maceió. Debates da História Regional, nº 1. Revista do Departamento de História da UFAL, P. 117-137, 1992.

¹⁰⁹ Aued, 2002: 82.

informação é discutível. Além da falta de outros registros que comprovem tal evento é sabido que havia por parte das forças golpistas um empenho em forjar informações e criar um clima de terror que justificasse, como se fez, o rompimento da legalidade na vida política do país. Informar a existência de muitas ligas fazia parte dessa estratégia.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia foi fundado em julho de 1963 e reconhecido apenas em agosto de 1967 e da sua fundação participaram lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como é possível perceber, a organização ficou na clandestinidade durante quatro anos já sendo reconhecido em plena vigência da ditadura militar. Apesar de nunca ter sido muito conseqüente no período em que esteve na clandestinidade alguns dos seus líderes foram presos e torturados pelo regime de exceção imposto em 1964¹¹⁰.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, um fato raro ocorreu na região canavieira de Alagoas e encontrou eco em Atalaia. Embalados pelas campanhas salariais realizadas pela Fetag, os trabalhadores rurais fizeram manifestações na cidade e paralisaram durante alguns dias alternados as suas atividades. As manifestações eram sempre realizadas nos dias de domingos à tarde, horário que não comprometia o funcionamento das atividades dos trabalhadores, que, apesar de serem instigados à mobilização, na maioria das vezes, participavam da passeata no domingo e na segunda-feira tinham que trabalhar, caso

¹¹⁰ O estudo dessa quadra da história da luta dos trabalhadores é muito difícil. Não há qualquer documento sobre esses acontecimentos e os seus atores e familiares estão mortos ou deixaram o município. O que estamos afirmando aqui corresponde a algumas narrativas colhidas no trabalho de campo que além de serem raras, sofrem com a falha de memória dos seus poucos agentes. Um fato que parece não deixar dúvida é que tais acontecimentos contaram com o apoio do professor universitário e engenheiro Maurício Pedrosa Gondin, filho do dono da usina Uruba. Com o golpe militar a usina sofreu várias incursões do exército em perseguição ao intelectual e foi, nos anos seguintes, duramente perseguida pelo regime militar. Esse episódio nos revela a complexidade do movimento de 64 e se situa no contexto de um fato paradoxal ocorrido em Alagoas. Faz parte do folclore político alagoano a existência nos anos 60 um grupo de usineiros simpatizantes das idéias socialistas e que contribuíam, inclusive materialmente, com as atividades do PCB no Estado. Esse grupo é jocosamente conhecido no campo da esquerda mais ortodoxa como o PUS – Partido dos Usineiros Socialistas.

contrário, não teriam como garantir a subsistência de sua família na semana seguinte. Outro dado que inibia as greves, por exemplo, era o forte poder de pressão que os patrões, numa realidade de pouca organização, tinham sobre os trabalhadores descontentes, especialmente os que residiam no universo rural/privado. Numa dessas manifestações os trabalhadores foram recebidos à bala por um fazendeiro. O episódio nunca foi apurado e nem mesmo a arma foi apreendida pelas autoridades policiais.

Só no final da década de 80, quando a expropriação do trabalhador rural com o esgotamento do sistema de moradia nas fazendas atinge um grau ainda mais avançado e o êxodo alcança patamares, muitos até então inéditos, é que dão-se as condições objetivas para um maior enfrentamento entre trabalhadores e patrões. A partir daí, apesar dos riscos que tal afirmação representa, é possível dizer que acontece na região canavieira do Estado uma atualização das relações de trabalho a patamares atingidos pelos trabalhadores pernambucanos na década de 60, haja vista que o Estatuto do Trabalhador Rural, (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963), regulamentando as relações de trabalho no campo, à época, não tomou corpo em Alagoas. A luta por direitos e por mudanças na estrutura fundiária, principais plataformas políticas das Ligas Camponesas, chegou em Alagoas três décadas depois¹¹¹.

A luta por direitos na região canavieira de Alagoas tem especificidades que precisam ser conhecidas. Ela não é articulada, pelo contrário, é fortemente marcada pela ação individual do trabalhador que, via sindicato ou através de um advogado particular,

¹¹¹ Só na década de 90, com o fechamento de diversas usinas e destilarias, o fenômeno da luta pela terra, especialmente na zona canavieira, cresceu, fazendo de Alagoas, em 1999, proporcionalmente, o primeiro Estado brasileiro em número de ocupações de terra.

ingressa na Justiça do Trabalho para reclamar que sua carteira não foi assinada pelo patrão, que horas-extras, o décimo terceiro salário e ou férias não foram pagas, etc.¹¹².

O movimento sindical rural no Estado é controlado, em grande parte, por líderes comprometidos com as elites políticas conservadoras e, em certos casos, até com o sindicato do crime¹¹³. Quando surgem lideranças que escapam à tutela patronal, logo são duramente perseguidas, quando não assassinadas. Qualquer ousadia representa um grave risco¹¹⁴.

Mesmo a antiga estrutura de dominação política, de perseguição ou de violência física tradicionalmente praticada contra trabalhadores e algumas lideranças sindicais que ousaram desafiar o poder de vida e de morte concentrado nas mãos dos produtores canavieiros e usineiros de Alagoas, não conseguiram impedir que trabalhadores demitidos e despejados das fazendas¹¹⁵ ingressassem massivamente na Justiça do Trabalho reclamando direitos adquiridos, porém não cumpridos pelos patrões. Em Atalaia, como veremos adiante, é impressionante o número de ações trabalhistas nos últimos anos.

No contexto de Alagoas, os patrões têm reagido, muitas vezes violentamente, ao que chamam de “*máfia das ações*”, segundo eles, promovida por trabalhadores e advogados,

¹¹² Os conflitos na região canavieira de Alagoas têm uma dinâmica bem particular. Além da crise no sistema de moradia não ter sido embalada por mobilizações sociais de massa e ter tido um significado maior a partir do final da década de 80 e de terem um caráter individual muito forte, num período mais recente, eles vão se dar no âmbito da Justiça do Trabalho, ou seja, foram institucionalizados sem que tivessem assumido feições de movimento social.

¹¹³ A expressão sindicato do crime é de uso comum em Alagoas e é utilizada para designar o crime organizado, quer atue na execução de crimes políticos ou para a solução de desavenças entre famílias e indivíduos.

¹¹⁴ Em março de 1997, Francisco de Souza Silva (o Chico do Sindicato), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia e secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas, foi assassinado por pistoleiros. O sindicalista havia apoiado a ocupação de terras da usina Ouricuri por trabalhadores rurais e denunciado o envolvimento de diversas autoridades do Estado com a grilagem de terra na referida usina. Ninguém foi preso ou punido pelo crime.

¹¹⁵ O argumento tradicional para a derrubada das casas é o “excesso de obrigações trabalhistas impostas pelo Estado” (Sygaud, 1979:139).

que sob falso testemunho inventam ou aumentam tempos de serviços nas propriedades, obrigando-lhes a dispêndios financeiros altos. Porém, se é verdade que se formou uma “*máfia*”, conforme dizem os patrões, também é verdadeiro que ela não representa o maior número de processos exigindo direitos durante muito tempo não respeitados e que, se há, é decorrência de um procedimento ilegal dos patrões que não respeitavam as leis e portanto se tornavam vulneráveis a esse tipo de ação ilegal.

No âmbito da Justiça do Trabalho não é comum ouvir uma autoridade dizer que há uma “*máfia das ações trabalhistas*”, mas há procedimentos padrões estabelecidos para identificar contradições em depoimentos de trabalhadores sob suspeita de falsa denúncia e testemunhas cúmplices em tais expedientes. Há também a confirmação de que trabalhadores, orientados, algumas vezes, aumentam o tempo de trabalho. Diante dessa questão, um juiz do trabalho nos disse que o problema das fraudes “*foi sanado porque as usinas passaram a fazer um cadastro e o juiz do trabalho apura a verdade*”.

Mello (Op. Cit. pp. 102 e 103) fala de um “*cartel de demissão*” organizado por uma empresa terceirizada criada para cadastrar os trabalhadores que tenham ação na justiça e impedir que eles sejam contratados para futuros trabalhos. O autor não esclarece que essa empresa – criada com o sugestivo nome de EMPATE - é uma iniciativa da Cooperativa dos Usineiros de Alagoas.

3.3- DA VIOLÊNCIA COMO PRÁTICA DE CONTROLE COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO SOCIAL

O uso da força e da violência nunca foi o único instrumento utilizado pelas classes dominantes para construir e manter o poder. As elites sociais e políticas, em todos os tempos, criaram também mecanismos sutis de dominação e de legitimação da ordem

instituída por cima. Toda ordem social, mesmo as mais desiguais e injustas, precisam construir recursos ideológicos e aparelhos legais para se justificar e se manter. A eleição direta de deputados, senadores e governadores das Províncias, assim como dos dirigentes do legislativo e do executivo municipal, desde o período colonial, por exemplo, apesar de restritas a uma parcela pequena da população – “os homens bons” -, se constituíram como um importante instrumento para impor a dominação de classe. Em tese, é quando os instrumentos legais e legítimos se mostram ineficazes que a violência é praticada.

No Brasil, porém, nem sempre é assim. A terra brasileira, desde o período da colonização até os dias de hoje, está imensamente manchada de sangue. Investigando por qual motivo a violência é um instrumento tão marcante nas classes e grupos dominantes no campo, Regina Bruno (1997:73) responde que “(...) *o patronato rural no Brasil é portador de determinados valores e vai construindo uma determinada maneira de pensar e agir sobre o mundo que referenda e reafirma, continuamente, a violência*”. Quando a violência deixa de ser um fato extraordinário e excepcional, pois incomum no cotidiano e de utilização ocasional, e passa a ser utilizada como um expediente que tem o objetivo de negar a existência do outro e das razões que ameaçam a manutenção do status quo, ela passa a ser uma arma política e como tal deve ser denunciada.

As perseguições e os crimes cometidos contra trabalhadores que ingressam na justiça para exigir direitos, nunca foram devidamente estudados em Alagoas. A atuação na década de 90 do Fórum Permanente Contra a Violência, formado a partir de uma articulação de movimentos sociais com intervenção no campo e na cidade, deu vazão a algumas denúncias, mas não foi capaz de conter as ações violentas contra trabalhadores. Os esquemas de dominação, somados ao uso da violência, têm se revelado instrumentos poderosos para manter o poder e a dominação. A violência tem sido um recurso fartamente

utilizado pelas elites alagoanas quando o seu domínio está sob risco. São inúmeros os fatos relatados por trabalhadores e noticiados pelos veículos de comunicação, quase todos encobertos sob o mais escandaloso manto da impunidade e da cumplicidade dos poderes constituídos. O uso sistemático da violência explica, em parte, porque não há em Alagoas uma tradição de luta no Estado e nem de forte organização dos trabalhadores rurais ou urbanos.

A violência, conforme os depoimentos, é um instrumento utilizado mais comumente pelos fazendeiros. Como dizia um trabalhador *“fornecedor pra matar o cabra, mata brincando”*¹¹⁶ O fato é que na fazenda as relações são diretas, trabalhador e fornecedor convivem, conhecem-se. Além do mais, o fornecedor é quase sempre um elo frágil da cadeia produtiva e sente na própria pele as transformações ocorridas no mundo do açúcar.

No município de Atalaia há o predomínio da pequena e da média propriedade. Um pequeno ou um médio proprietário sente fortemente o resultado de uma ação trabalhista. Dependendo do valor a ser pago como indenização, o proprietário pode ver suas finanças desestabilizadas ou até ser forçado a vender um bem para pagá-la. Por isso, numa realidade de muita impunidade, parece mais fácil o emprego da violência como meio para a solução de uma dívida trabalhista. Mas a violência contra trabalhadores não é praticada apenas por pequenos e médios produtores rurais. São muitos os casos em que as usinas estão

¹¹⁶ A violência no campo envolvendo conflitos de terra tem sido evidenciada nos últimos tempos pelas entidades que lutam por reforma agrária e pela própria imprensa devido a visibilidade que ganhou a luta por reforma agrária na sociedade. Mas a violência da qual o trabalhador fala não teve e não tem o mesmo espaço. A violência praticada contra trabalhadores que ingressaram com ações na Justiça do Trabalho reclamando direitos não teve em Alagoas a repercussão devida. Muitos foram os trabalhadores vítimas de ameaças, de agressões físicas e até de assassinatos. Os autores materiais são, em geral, pistoleiros e policiais contratados por fazendeiros e usinas. Nas nossas entrevistas pudemos ver como é recorrente o tema da violência contra trabalhadores que ingressaram na Justiça com ações indenizatórias. Um juiz do trabalho, por exemplo, nos relatou um fato no qual um trabalhador após uma audiência na qual foi indenizado pelo patrão, após sair do prédio da Junta de Conciliação, foi morto na primeira esquina por pistoleiros. Um trabalhador também relatou que viu um trabalhador ser barbaramente assassinado por desconhecidos ao voltar para casa depois de uma audiência de uma ação que movia contra um ex-patrão, segundo o trabalhador *“acostumado a fazer isso”,* ou seja, a matar.

envolvidas. Além do mais, a impunidade é diretamente proporcional ao poder aquisitivo do mandante do delito, ou seja, quanto maior o poder econômico do criminoso ou do mandante do crime, mais chances tem um crime de ficar impune.

As relações de opressão no interior da propriedade de um “*particular*”, expressão com a qual os trabalhadores se referem ao proprietário pessoa física, são consideradas maiores do que a opressão numa fazenda de usina, pessoa jurídica e acabam repercutindo nos foros de negociação promovidos pela Justiça do Trabalho. O acerto das contas, o que envolve o pagamento de hora-extras, de férias ou de décimos terceiro salário não pagos, por vezes, transforma-se num *acerto de contas* mais amplo.

Conforme a interpretação de um ex-juiz do trabalho de Atalaia, que durante quase uma década mediu as negociações entre patrões e empregados, há da parte dos trabalhadores comportamentos diferentes nos momentos de negociação e de acertos das contas:

“Olha tem dois tipos de posturas. Quando a reclamação é contra o empregador pessoa física, o empregado é boçal, não faz acordo de jeito nenhum. Diz: ‘com ele eu não negocio’. Ele tinha raiva do fazendeiro. Da usina não. Porque essa relação é impessoal. Pra usina o trabalhador é um número. Pra usineiro empregado é número. O trabalhador não o conhece também, por isso não tem raiva dele. A usina é uma coisa o usineiro é outra. Ninguém conhece o usineiro”.

Esse fenômeno exige um esforço maior de compreensão. No que toca a prática da violência não é a maior ou menor relação pessoal entre trabalhador e patrão que vai determinar o seu uso. São os interesses financeiros envolvidos que vão definir a sua operacionalização ou não e nesse sentido são as usinas que dispõem de maior estrutura para implementá-la. A verdade é que o maior número de trabalhadores informais nesse momento está ligado a propriedades “*particulares*”, fato que alimenta e explica tais conflitos.

Os conflitos trabalhistas são de natureza diferente dos conflitos que envolvem o uso e a posse da terra. Esses conflitos foram menos visíveis em Atalaia até o ano de 1992 quando se deu a primeira tentativa de ocupação de terras no município. Em 1996 se deu a primeira ocupação, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas foi a partir do ano seguinte, com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que as ocupações e os conflitos tomaram impulso. No Estado, os conflitos, antes facilmente controlados pelas classes dominantes, seja por meio dos dispositivos legais ou pelo uso aberto da violência, tomaram um novo vulto a partir da criação do MST em 1987. A partir daí, uma nova modalidade de violência avançou no Estado. É a violência contra trabalhadores, na sua maioria ex-trabalhadores da cana, que passam a ocupar terras consideradas improdutivas ou áreas em processo de litígio judicial por dívidas com instituições financeiras como o Banco do Brasil. Em Alagoas foram assassinados 38 trabalhadores nos últimos vinte anos, conforme levantamentos dos movimentos sociais. Em Atalaia os conflitos com mortes no campo, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra/Al, somam três casos. Foram assassinados: José Edson de Lima, em 1993, o Chico do Sindicato, em 1997 e José Elenilson da Silva, em 2000¹¹⁷.

¹¹⁷ A Comissão Pastoral da Terra registra os mortos no campo desde 1985. De lá para cá, aproximadamente 1500 trabalhadores rurais foram assassinados por policiais, pistoleiros ou fazendeiros no Brasil. Em Alagoas, conforme dados de 1988 a 2001 foram assassinados 38 trabalhadores rurais, o que significa que quase três trabalhadores são mortos por ano em Alagoas. Os crimes, em geral, são motivados por conflitos trabalhistas e por conflitos por terra. Não é prática dos trabalhadores matar fazendeiros ou policiais. Esses registros, caso existam, são ínfimos.

3.4- O PAPEL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Nas últimas três décadas, um conjunto de razões tem levado o Estado brasileiro a avançar na construção de instrumentos de mediação dos conflitos e no aprimoramento das instituições sociais, o avanço das mobilizações e das reivindicações sociais é a mais significativa razão.

O progresso do poder público se dá, inevitavelmente, sobre o espaço do poder privado. Aliás, é esse adiantamento do poder público que vai garantir que os conflitos sociais recebam um caráter de legalidade, fato tão necessário para a manutenção da ordem social vigente.

A Promulgação da Constituição de 1988 promoveu a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos e representou um marco na luta dos trabalhadores rurais por direitos na região canavieira, não porque incorporasse conquistas específicas para a categoria, mas porque aconteceu num contexto de luta por mudanças mais amplas e, portanto, propício para o seu desenvolvimento.

Mas o fator considerado preponderante para o crescimento da luta por direitos no Estado por diferentes atores sociais é a criação do Tribunal Regional da Justiça do Trabalho em Alagoas, o TRT da 19ª Região. Numa de nossas entrevistas, referindo-se a importância deste fato, um dirigente sindical e diretor da Fetag/Al diz o seguinte:

“Quando foi criada a Justiça do Trabalho em Alagoas, aí os trabalhadores começaram a exercer os seus direitos e começaram a correr atrás, de 89 pra cá. O que acontece com isso? Com esse enxame de trabalhadores na Justiça do Trabalho, aí pesou no bolso patronal, pesou e pesou muito. Eles começaram a soltar mais a rédea do trabalhador, aí o trabalhador ficou mais livre, aí começou a destruir tudo, destruir as casas”.

A história da Justiça do Trabalho em Alagoas começa em 1º de maio de 1941 com a instalação e funcionamento da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió¹¹⁸. Como as ações de segunda instância eram julgadas em Recife os processos acabavam exigindo um esforço especial de acompanhamento, fato que desestimulava o ingresso na Justiça. Em 1971 foi criada a Junta de Conciliação de Penedo para atender à demanda da região do Baixo do São Francisco alagoano.

Apesar disso, com o fim da ditadura militar, a reestruturação produtiva no setor sucro-alcooleiro e o aprofundamento das mudanças nas relações entre capital e trabalho se deu um aumento considerável no número de ações JCJ de Maceió no período de 86 a 88, fez o então presidente da Assembléia Estadual Constituinte de Alagoas, deputado Francisco Roberto Holanda de Mello enviar ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ofício no qual pedia que fossem adotadas medidas para o encaminhamento, por aquela presidência, ao Congresso Nacional, de um projeto de lei criando um Tribunal Regional do Trabalho em Alagoas. Conforme o procedimento de praxe nesses processos, foi consultado o Serviço de Estatística daquele Tribunal *“que informou os números (elevados) dos recursos oriundos das Juntas de Conciliação e Julgamento de Alagoas, nos anos de 1986 a 1988”*¹¹⁹. A lei de criação da TRT/AL é de agosto de 1991 e a instalação de 1992.

Como se vê, o que parece causa, na verdade é consequência. Não foi a instalação da TRT/AL que provocou o crescimento do número de ações trabalhistas, foi a demanda gerada pela grande quantidade de processos que justificou a ampliação dos serviços da

¹¹⁸ Nessa época, “O Estado não possuía autonomia, fazendo parte de uma das oito regiões instituídas no decreto-lei de 1939 durante o governo de Getúlio Vargas; ficavam, desta forma, a primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió e as decisões de segunda instância subordinadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que englobava os seguintes estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com sede no Recife”. Conferir site da 19ª TRT/AL.

¹¹⁹ Ibidem.

Justiça do Trabalho em Alagoas. Esse fato, justificando, aí sim, a fala do dirigente da FETAG, vai facilitar o acompanhamento dos processos e, principalmente, a diminuição do tempo que um processo levava para o julgamento em segunda instância. Aliás, conforme publicação da própria Justiça do Trabalho em Alagoas

“A Justiça do Trabalho, tal qual os demais ramos da atividade profissional, salvo raras exceções, durante muito tempo, quedou-se à mercê do seu maior inimigo, a morosidade na tramitação dos processos. Uma ação trabalhista levava em média seis anos para percorrer seus trâmites, da reclamação interposta, à ordem executória de final sentença”¹²⁰.

A partir daí, apesar dos riscos que tal afirmação representa, é possível dizer que acontece na região canavieira do Estado uma atualização das relações de trabalho a patamares atingidos pelos trabalhadores pernambucanos na década de 60. Esta atualização não pode ser entendida como resultado da vontade e da ação política dos trabalhadores, apenas. Em grande parte, ela é consequência do processo de reestruturação produtiva implementado pelas indústrias do açúcar e representa uma nova etapa no processo de relação capital e trabalho.

A JCJ de Atalaia foi criada em 1992 e instalada em 1993. Em 1999, no Diário Oficial da União, foi publicada uma Emenda Constitucional informando a mudança de JCJ para VARA com jurisdição, além de Atalaia, sobre os municípios de Capela, Cajueiro, Pindoba, Pilar e Boca da Mata. Com maior facilidade de acesso à Justiça do Trabalho e com o fim da morosidade na tramitação dos processos¹²¹ houve um desaguamento da demanda reprimida, a maior demonstração disso é que no ano seguinte à instalação da Junta

¹²⁰ Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. A Justiça em Alagoas: quatro anos que mudaram o curso da história. 1996.

¹²¹ Conforme o Relatório de Gestão 2000-2002 do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região o menor prazo envolvendo processos de empresas privadas foi alcançado pela JCJ de Atalaia. O prazo médio para a realização de execução no período foi de 273 dias.

foram recebidos cerca de quatro mil processos. Hoje a média é de cerca de 1500 processos por ano¹²², conforme quadro abaixo:

Tabela 12
Mapa Estatístico da Vara do Trabalho de Atalaia no período de 1994 a 2000

Ano	Procs. Recebs.	Saldo Ant.	Procs. Concs.	%	Procs. Julgs.	%	Procs. Solucs.	%
1994	2.338	192	1.519	60	593	23.4	593	23.4
1995	1.170	330	883	58.8	155	10.3	1.332	88.8
1996	2.906	178	1.314	42.6	400	12.9	2.145	69.5
1997	2.149	138	1.325	45.8	370	12.8	2.037	70.5
1998	1.715	250	983	50	298	15	1.562	79.5
1999	1.402	405	876	48.4	397	21.9	1.624	89.8
2000	1.000	196	643	53.7	249	20.8	1.132	94.6
Total	12.680	1.689	7.543	52.4	2.462	17.1	10.425	72.5

FONTE: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

A análise dos dados disponíveis nos permite inferir que tem havido uma redução no número de ações e que isso é um indicativo de que vem sendo esvaziados os motivos que têm levado os trabalhadores a ingressarem na Justiça. Alguns fatores concorrem para esta redução do número de processos alguns fatores. O primeiro deles é o fato de que as empresas rurais, especialmente a usina Uruba, maior empregadora da região, passaram a assinar as carteiras dos trabalhadores rurais. Conforme levantamentos da FETAG, o dado de que entre 70 e 80% dos contratos de trabalho de campo das usinas são de safra, sendo os trabalhadores desligados em seguida à colheita da cana.

¹²² Não há dados estatísticos disponíveis que nos permita inferir com exatidão, mas, conforme informações de serventuários da justiça, cerca de 90% a 95% das ações são movidas por trabalhadores rurais.

Outro dado que chama a atenção é o número de processos conciliados. A média, no período, segundo os dados acima, sempre superior a 50% é explicada de diferentes formas. A primeira coisa a ser dita é que, em casos de conflito, o papel principal da Justiça do Trabalho é promover a conciliação, de tal forma que nos encontros iniciais entre as partes, a ação da Justiça visa, fundamentalmente, a realização de um acordo. Caso este procedimento não seja adotado, o processo pode ser anulado. Em seguida, é preciso compreender que a negociação é feita em condições concretas de desigualdade. O trabalhador, em geral, tem carência e precisa do valor a receber com a maior brevidade possível. Os empregadores trabalham com essa carência imediata, propondo acordos sempre lesivos aos trabalhadores.

O trabalhador quase nunca aciona a justiça sem antes ter procurado fazer um acordo com o patrão. É só diante da negativa do patrão ou de uma proposta de acordo considerada muito injusta que se vai à justiça.

“Quando eu cheguei lá me disseram: ‘você tem R\$ 412,00’. Eu disse: é mesmo? Eu tenho um décimo, uma fêria e um aviso prévio, não é? Fora das hora-extras e fora das contas, não é? ‘Não meu amigo, você quer demais!’ Eu disse: pronto, arredonda tudo em R\$ 1.000,00 porque eu sei que eu tenho muito mais. Eu disse, me dá isso aí mesmo. Peguei aquilo ali, botei no pau. Ai passou uns cinco mês, eu recebi R\$ 2.500,00”.

Por mais diverso que seja o motivo, especialmente quando a expulsão e o sentimento de injustiça existem, o fato é que fora da fazenda e livre do jugo direto dos patrões, os trabalhadores se sentem mais autônomos e com poderes que antes desconheciam. Um importante exemplo de exercício de poder acontece quando, após reclamar os seus direitos na Justiça, impõe ao patrão a condição de réu, submete-o ao constrangimento de comparecer diante de um juiz, de ser “*sujeitado*”¹²³, muitas vezes, a negociar diretamente com um ex-empregado em pé de igualdade e, quase sempre fazer um acordo, reconhecendo os seus direitos. No universo urbano/público, as contradições de

¹²³ Foucault (1985:82), tratando da homogeneidade formal do poder nos diz que “em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito – que é sujeitoado – é aquele que obedece”.

classe têm mais oportunidades de se exporem, mesmo que o conflito esteja aparentemente reduzido a um conflito de interesses entre indivíduos, como aparente se apresenta na realidade em estudo. O trabalhador se descobre senhor de direitos, vivencia uma indiscutível ampliação de poderes e de autonomia, dado que estará ainda mais evidente nas relações de negociação de voto ocorridas, especialmente, durante as eleições.

4. DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS

O universo vivenciado nas fazendas – o que é extensivo às pequenas cidades do interior - é pequeno, reduzido, marcado pelas relações de pessoa a pessoa, próprias de uma dimensão de sociabilidade primária. As relações pessoais definem os *enlaces* e as obrigações mútuas¹²⁴, mesmo que o morador seja um ser quase só de deveres e de obrigações, não se deve esquecer de que ter muitas casas e muitos moradores nas fazendas impõe aos patrões não só prestígio social e político¹²⁵, mas deveres e responsabilidades.

As influências do urbano/público para os que se sentem oprimidos no rural/privado despertam sonhos, como, por exemplo, o de possuir o seu próprio local de moradia. Ter uma casa própria, o que nem sempre é possível, é uma das principais motivações para sair da fazenda, haja vista que nela não tem como acontecer. Durham (1984), analisando a emigração rural-urbana, escreve:

“A casa própria é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental. (...) Mas, a casa própria é não só um instrumento, mas um fim, uma forma de afirmação, de independência. (...) O indivíduo que tem uma casa, ‘está no que é seu, faz o que quer’”.

A vida no rural/privado e as relações de trabalho nele desenvolvidas ainda são fortemente marcadas pelas regras da casa grande e da senzala. Sair da fazenda, mesmo que

¹²⁴ Queiroz (1976), analisando o mandonismo local na vida política brasileira destaca as relações de dom e contra-dom nas relações de clientela.

¹²⁵ “(...) o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim”. Furtado, 1998:121.

perdendo as vantagens que ela oferece, em muitos casos, corresponde à conquista da liberdade, ao *desenlace* das ditas relações de cativeiro.

Lygia Sigaud (1979:211) diz que embora o fundamento do cativeiro se encontre na morada e que, apesar de aparecer como a libertação, “(...) a cidade nunca é objeto de uma idealização por parte do trabalhador, embora seja nela que se dê a libertação do cativeiro”. Observações feitas na atualidade indicam a cidade como espaço de liberdade e a afirmam idealizado pelo trabalhador rural. Como poderia o trabalhador querer a liberdade, associá-la à cidade, sem idealizá-la? A mudança para a cidade, mesmo quando imposta, não acontece sem a reflexão das vantagens e desvantagens que o meio urbano oferece. Em qualquer caso, a cidade representa, especialmente para os mais jovens, um novo horizonte de vida. Antônio Torres, dirigente sindical e diretor da Fetag/Al, refletindo sobre o tema nos diz o seguinte:

“Se você for hoje perguntar a um trabalhador se ele tá melhor morando na cidade, ele vai dizer que tá. Ele vai dizer que deixou de ser escravo do patrão, que lá tem água, tem energia, certo? Só que se agente botar no papel e analisar, na cidade ele tá pagando água, tá pagando luz, tá pagando pra sobreviver na cidade. Paga tudo, como qualquer um outro”.

A conquista da liberdade e o rompimento com um tipo de vida no qual não se sentia senhor das suas atitudes são fatores preponderantes para que o trabalhador recorra ao urbano/público como lugar para viver¹²⁶.

Levantamentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Atalaia dão conta de que nos últimos quinze anos cerca de três mil casas foram destruídas no interior das fazendas do

¹²⁶ Não há dúvidas de que muitas vezes quando o trabalhador afirma que deixou a fazenda “por que quis” ele esconde o constrangimento de ter sido pressionado a deixar a moradia de diferentes maneiras. Sygaud, no estudo já citado já identificou e refletiu esse processo. A busca da cidade, de suas periferias e dos seus povoados e vilas no horizonte do trabalhador é, muitas vezes, a única alternativa que resta, mesmo assim é busca.

município¹²⁷. Esse dado, apesar de não ser legitimado por informações oficiais, não nos parece exagerado, haja vista que o governo alagoano estima que nas usinas e fazendas foram demolidas quarenta mil casas em todo o Estado nas últimas décadas.

Considerando que na década de 80 a média de membros por família era de 4,9, deve-se concluir que quase 15 mil pessoas foram expulsas das fazendas e, quando não passaram a fazer parte do contingente urbano, acabaram aumentando o número de moradores de povoados e vilas que “incharam” nos últimos anos. Na década de 90 e nos primeiros anos da década atual esse movimento só se consolidou. Isso explica o fato da população rural ter mantido um índice, comparado com a média nacional, surpreendentemente alto nas últimas décadas, fazendo de Atalaia uma cidade com maioria da sua população na zona rural, conforme dados do IBGE. Por outro lado, parte desses povoados tem sido integrada ao universo urbano por força de ações do governo municipal que visa com tal medida aumentar a arrecadação do Imposto Territorial Urbano (IPTU)¹²⁸.

A transferência do campo para a cidade não ocorre apenas porque os padrões demitem e derrubam as casas. Muitos trabalhadores migram¹²⁹ porque não estão satisfeitos com a vida no campo, porque idealizam a vida na cidade, sonham com um futuro melhor para si e para os seus filhos, o que consiste em ter maior acesso aos bens e serviços

¹²⁷ Outro dado importante nesse sentido nos é oferecido por Mello. Segundo o autor, “só a Usina Uruba, depois de adquirida pelo grupo João Lyra, derrubou cerca de 90% das casas então existentes no interior de suas propriedades” (Op. Cit. 101).

¹²⁸ Em 1980, a zona urbana de Atalaia era compreendida da sede do município e de duas outras povoações. A zona rural era composta por 16 povoados, quatro deles com mais de dois mil habitantes, e cento e noventa e duas propriedades rurais, entre fazendas e sítios.

¹²⁹ Migração e expulsão não são fenômenos necessariamente correlatos, apesar de terem forte correspondência no contexto que estamos estudando. “O fenômeno migratório, nesta perspectiva, é entendido como um dos elementos do processo de mudança social, sendo desta maneira o resultado de transformações estruturais da sociedade, bem como um dos fatores destas mesmas transformações” (Suarez, 1977: 9).

disponíveis no universo urbano¹³⁰. Por outro lado, deixar a vida no campo para uma parcela dos imigrantes é um ato indesejado, pois representa um rompimento com um estilo de vida e com uma relação de pertencimento com local em que vive. Esse sentimento é mais forte entre os habitantes mais adultos.

Às vésperas de deixar a fazenda na qual já havia morado por nove vezes em seus sessenta anos de vida, uma trabalhadora rural entrevistada, na eminência de deixar a fazenda para ir morar num povoado próximo da cidade, disse o seguinte:

“A vantagem é porque um lugar sossegado, sabe? Eu não gosto muito de zoadá. Me incomoda muito com zoadá. Eu vou a pulso pra lá. O rio aqui muito pertinho. A água ali na bica, uma água linda. Na rua é um sacrifício pra tomar uma água, pra lavar um pano, pra tomar um banho, pra tudo. A desvantagem de morar aqui é por causa que eu não tenho um serviço para trabalhar. Porque se tivesse serviço tava tudo bom”.

A mudança do trabalhador rural para a cidade ocorre de forma acentuada a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80¹³¹. Quando ouvimos os trabalhadores sobre a migração neste período, suas falas, em geral, indicam que deixavam as fazendas simplesmente porque queriam, que *“naquela época, de 80 até 85, o povo veio porque quis. O tempo era bom, ninguém botava ninguém pra fora”*, conforme nos disse um trabalhador. Um exame mais cuidadoso dos fatos nos mostra que não foi bem assim. É preciso entender que o parque sucro-alcooleiro recebeu fortes incentivos governamentais, ampliou as suas áreas plantadas, enfim, expandiu-se durante os anos setenta e oitenta. Esse movimento, entre outras coisas, implicou na ocupação pela cana de áreas antes destinadas às roças dos moradores, por exemplo.

¹³⁰ “É preciso não esquecer que a concentração crescente da população nas zonas urbanas é, em grande parte, o resultado de um movimento consciente e voluntário de pessoas que encontram, na cidade, condições mais satisfatórias de vida”. (Durham, 1984: 222).

¹³¹ “Nos anos setenta e oitenta, a taxa média de crescimento populacional urbano em Alagoas foi da ordem de cerca de 5% contra 0.5% da rural”. Mello, 2002:68.

As razões que explicam o movimento do êxodo campo-cidade são diversas. O trabalhador também sai do campo em busca de uma vida e de um mundo novo, com outras perspectivas. Almeja atrativos que o rural não lhe oferece, ele muda de espaço de vida também “*em busca das belezas naturais, pra ver a praça, pra ver a banda tocar realmente, como diz a música, então ele vem também em busca disso*”¹³².

Nesses termos, a mudança para o urbano não pode ser definida apenas resultado da expulsão promovida por outrem ou como uma fuga. Ela é redimensionada e ganha a expressão de uma busca¹³³. A cidade atrai também pelas oportunidades lúdicas - um lúdico que no passado só era possível nas festas de final de ano, as quais freqüentava quase que como um corpo estranho.

O fato novo desse processo, não porque seja inédito, mas pelo relevo que recebe na fala dos entrevistados, é que na cidade o trabalhador busca a liberdade de escolher ou de mudar de trabalho sem maiores traumas. A vinda para a cidade lhe permite uma margem de manobra maior na hora de definir o seu espaço de trabalho, mesmo que isso implique trabalhar “*dentro das usinas*”.

O universo da fazenda se revelou fechado, restrito de possibilidades. As condições de vida no campo ficaram parcas nos últimos anos. Nele, conforme uma expressão de uso

¹³² Dessa forma um ex-vereador de Atalaia que na década de 80 foi o responsável pela doação de um grande número de lotes residenciais na periferia da cidade e que se constituiu no maior bairro periférico do município, hoje incorporado à zona urbana da cidade, procurou explicar o êxodo espontâneo do campo para a cidade. A beleza natural a qual o entrevistado se refere, naturalmente, não é a mesma a que o trabalhador está acostumado no ambiente rural. Os próprios exemplos que ele dá indicam que elas são de outra natureza. Por outro lado, muitas vezes essa mudança não significa deixar o rural, a mudança ocorre dentro do próprio universo rural, ou seja, o trabalhador que deixa uma fazenda e vai residir num povoado, deixou o rural/privado, mas não o universo rural.

¹³³ Mendras, (1978:11), nos alerta para “O fato de os habitantes do campo buscarem, nas cidades, grande número de seus modelos sociais – o fato de procurarem, de certo modo, copiar os cidadãos – não significa que imitem e admirem estes sob todos os aspectos. Todos os camponeses do mundo têm a convicção de que certas qualidades essenciais são muito mais o apanágio do homem do campo, que as possui em mais alto grau do que os cidadãos: resistência física, amor ao trabalho, honestidade, moral sexual”

corrente entre os trabalhadores, *”o futuro do trabalhador rural era uma cuia na esquina pedindo esmola”*. O direito de plantar e de criar foi reduzido, quando não deixou de existir. O direito à carteira assinada, às férias, ao décimo terceiro e outros são evitados ou negados pelos patrões. Diante do desaparecimento das vantagens de vida no campo e de um alargamento dos conflitos de interesses entre os sujeitos envolvidos, a saída para a cidade se tornou quase um fator imperativo. A limitação ou o fim das possibilidades de complemento de renda com o roçado, com a criação, somado à falta de escola, de saúde pública, por exemplo, tornam a vida na fazenda pouco vantajosa.

No ambiente rural/privado o trabalhador não vislumbra a possibilidade de dias melhores. Ele se percebe como um ser condenado a uma existência sem expectativas de melhorias, e essa é uma condição vital para o ser humano. Por outro lado, a guarda que ainda se tem na fazenda, a proteção do favor, de imediato, quando ainda se tem, não é suficiente, não corresponde ao que se busca. A proteção que se busca se encontra no campo do direito público.

Nesse contexto, diferentes perspectivas de análise vão se revelar e compor um novo quadro sobre o significado da vida na cidade. Numa perspectiva, associa-se e define-se a vida no universo urbano conforme aquela que permite a realização do trabalhador rural como ser livre, tanto no que diz respeito ao direito de escolher quanto, quando e com quem trabalhar. Em outras palavras: *“Eu aqui (na cidade) não, faço o serviço que eu quero, sei fazer. Tenho a liberdade de trabalhar aqui, trabalhar lá, trabalhar acolá, por todo canto mesmo, onde eu achar melhor”*¹³⁴.

A mudança para a cidade representa a busca de novas perspectivas de vida nos seus mais diferentes níveis. Essa posição nos diz que *“a liberdade chegou”* para o trabalhador,

¹³⁴ Depoimento de um trabalhador colhido por Lygia Sigaud, Op. Cit. 98.

quando ele mudou para o ambiente urbano/público e que com a vida fora do ambiente rural/privado “*ele não deve a cabeça a ninguém*”. Essa liberdade, vai se materializar também no que diz respeito à liberdade de definição do voto, de escolha dos representantes¹³⁵.

A expressão “*a liberdade chegou*” é carregada de significados. Ela é a liberdade de deixar a fazenda – episódio que registra um *desenlace* fundamental no que diz respeito às relações de dominação efetivadas no âmbito das relações de moradia, dando, em tese, ao trabalhador a oportunidade de dispor livremente da sua própria força de trabalho:

“E aí ele começou a diversificar a sua área de trabalho. Então se o ano passado ele trabalhou numa propriedade da Uruba, um exemplo, esse ano que vem ele já tá numa propriedade da terra Nova. Aí ele começou a conhecer mais gente, foi viajando, mais colegas, e aí vêm as trocas de informações. O pessoal troca idéias. O centro urbano, a cidade pra onde ele veio, também modificou ele um pouco” ¹³⁶.

Na cidade, a liberdade é, acima de tudo, a possibilidade de tomar decisões que no universo rural/privado não poderia fazer. No sistema de moradia, a ocupação de uma casa comprometia a força de trabalho dos moradores com a propriedade, só em caso excepcionais, como o de não haver serviço para todos durante toda a semana, era que o trabalhador ficava livre para dar alguns dias de serviços em propriedades vizinhas.

A outra perspectiva de análise vai nos dizer que com a mudança para a cidade o trabalhador se tornou mais “*vulnerável*”. Ele vem para a periferia “*pra viver aí à toa*”, “*ele só fez se endividar mais*”, “*aumentou mais a carência, mais o débito*”, além disso, “*não tem a quem pedir socorro*”. “*Ele se endividou mais, ele não conquistou liberdade nem espaço*”¹³⁷.

¹³⁵ Voltaremos a essa questão no capítulo IV.

¹³⁶ Depoimento de um gerente de escritório de usina.

¹³⁷ Essas expressões foram utilizadas por diferentes entrevistados para definirem a situação do trabalhador rural no universo da fazenda.

O fim do sistema de moradia fragilizou ainda mais o trabalhador rural. Além de obrigá-lo muitas vezes, em condições ainda mais graves, a trabalhar para o ex-patrão. Fora do rural/privado, o trabalhador passa a arcar com o ônus de pagar aluguel, gás de cozinha, luz e outros, o que não fazia no universo da fazenda. Em geral, na cidade, o trabalhador fica mais pobre.

Essa realidade de carência aguda é um contra-ponto à apologia da liberdade que em geral o próprio trabalhador faz para definir a sua nova condição. Uma observação atenta vai revelar que se dá uma recriação dos *enlaces* existentes no universo rural/privado. Num universo urbano/público de precariedades como a falta de emprego, de moradia digna, de serviços de água, esgoto e outros, as relações de clientela se reproduzem.

Nos pequenos municípios, o instituto do poder público ainda não se consolidou. Público e privado coexistem no aparelho estatal de tal forma que a lógica predominante é quase sempre a lógica do privado. Nesse contexto, o que é direito toma forma de favor¹³⁸. Nada disso é estranho ao trabalhador. Ele logo descobre que a saída para grande parte de suas necessidades depende da sua capacidade de construir vínculos pessoais, de se apadrinhar em alguém. A busca de saídas para as suas dificuldades por vias de favores se realiza sob o signo dos interesses particulares e também dos interesses coletivos e é uma prática instituída. Mesmo as organizações sociais como as associações de moradores, poucas e frágeis, muitas vezes, acabam enveredando por esse caminho. É a força desses vínculos que explica a dureza da expressão de um servidor público aposentado quando diz que os trabalhadores

“Passaram a precisar mais do político. Quem vem para a cidade em busca de liberdade, chega na cidade se torna escravo dos políticos. Convivendo mais perto dele e desocupados,

¹³⁸ . Suarez, 1994. Martins, 1995. Queiroz, 1997.

os problemas eles procuraram transferir e se endividar com os políticos. Quando chega no dia da eleição eles devem a vários. Fica difícil”.

Essa concepção atesta a compreensão de que a condição de trabalhador “livre” dos tradicionais laços de clientela e de dádiva do universo rural/privado acaba contribuindo para que estes se refaçam no universo urbano/público. Isso ocorre por diferentes razões. A existência de uma “cultura da dádiva”¹³⁹ e o agravamento das condições de pobreza existentes nas cidades são fatores que favorecem a redefinição destes vínculos.

Nessas condições, o trabalhador que migra para a cidade logo descobre que a vida nela exige novos códigos de convivência e de sobrevivência. Entre estes códigos inclui-se, além de procurar as melhores condições de venda da sua força de trabalho, tomar uma liderança política como *padrinho*, buscar um *protetor*. O seu voto e o da sua família passa a ser uma moeda de barganha e isso fica mais forte no “tempo da política”¹⁴⁰ ou “no dia da eleição”. Alguns dos nossos entrevistados refletiram essa mudança de comportamento do trabalhador dizendo que ao mudar para a cidade ele “fica mais desenrolado”, torna-se “malandro”, ou ainda, que um comportamento que já existia na fazenda “na cidade ainda é mais banalizado, ele (o eleitor) é de extorquir”.

Esse novo comportamento atribuído ao trabalhador morador do universo urbano/público precisa ser analisado com mais cuidado. Uma coisa que pode ser dita é que isso não é comum a todos os trabalhadores, nenhum fenômeno social é total. Outra é que esse comportamento não é exclusivo dos trabalhadores que moram na cidade. No universo rural, o voto nunca foi tão cativo que não precisasse ser compensado de alguma forma. Mais recentemente, devido a um intercâmbio maior dos dois ambientes e a um controle

¹³⁹ Suarez, 1994.

¹⁴⁰ Em Palmeira (1996:50). “O tempo da política é o tempo em que são possíveis os rearranjos ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos que foram se dando entre duas eleições, que, de outra forma, continuariam sendo lidos como ingratidões ou traições”.

menor do voto no rural/privado, as similaridades têm crescido nesse sentido. Os trabalhadores rurais que muitas vezes foram apontados como objeto da ação política dos seus patrões, têm ganhado autonomia para negociar os seus interesses.

O urbano/público é uma arena na qual o trabalhador não se torna mais carente apenas. Paradoxalmente, apesar da carência, ele se torna mais ativo. Essa altivez se manifesta na possibilidade de escolha ou de mudança de trabalho, no ingresso na Justiça do Trabalho para reclamar direitos contra o patrão, na negociação de ganhos individuais e coletivos realizada dentro ou fora do período eleitoral, a ser feita com os efetivos ou pretensos ocupantes de cargos públicos.

Anteriormente, os laços de fidelidade eram mais fortes, porém não representavam o conjunto das relações sociais. Barbosa Lima Sobrinho no prefácio à segunda edição da obra clássica de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*, identifica a existência desse fenômeno quando observa que nas eleições de 45 e 47, “no seio do próprio eleitorado rural verificam-se ‘traições’ dos empregados aos fazendeiros” e conclui dizendo que “o fato merece um estudo atento” e que (...) *observadores locais costumam atribuí-lo em grande parte à propaganda radiofônica*¹⁴¹.

Outra característica presente nesse novo momento é que as relações de dádiva que se realizam no universo urbano/público não só se dão em torno de interesses individuais ou de grupos familiares, dão-se também em torno dos coletivos e até dos públicos. Nesse âmbito, dádiva e direito se confundem e as relações de dominação se reorganizam a partir da ação de um sujeito particular ou mesmo do aparelho do Estado. Observa-se que por caminhos nem sempre retos, pois assim não o são os caminhos da realidade, de forma paralela ou para além das relações de dádiva e de “*cidadania concedida*”, a autonomia do

¹⁴¹ Sobrinho In. Leal, 1997:57.

trabalhador avança e instituem-se novas relações políticas no universo rural/privado ou urbano/público habitado por trabalhadores rurais.

Uma análise mais cuidadosa do processo eleitoral e da participação do trabalhador nesse contexto vai revelar que essa demonstração de poder e de autonomia é aparente, pois está circunscrita às relações instituídas de poder e se realiza num campo de atuação delimitado por ou favorável à elite política local¹⁴², que é, em sua maioria, composta por proprietários rurais¹⁴³. Nesse processo, redesenha-se um “*habitus*”¹⁴⁴, gerado no universo das fazendas e apenas marcado por outros contornos de alienação da capacidade do trabalhador de decidir autonomamente a sua participação política.

Como Bourdieu, entende-se que nas relações sociais se constroem “*habitus*” e estes estão propensos a se repetirem, mas também podem ser rompidos, dando espaços a novos “*habitus*” que dialeticamente se fazem e se refazem nas relações sociais. É nesse sentido que se compreende que ocorre no atual momento uma mudança na participação política do eleitorado com origem no ambiente rural/privado. Essas observações indicam que os padrões perdem capacidade ou deixam simplesmente de querer influenciar o voto dos seus

¹⁴² Esse fenômeno precisa ser bem compreendido. É a falta de uma boa compreensão da força dessas relações e da forte cultura do favor que faz com que, equivocadamente, alguns partidos e lideranças do campo democrático e popular até recomendem aos eleitores: “pegue o dinheiro deles e vote conscientemente”. Contrariamente ao que se propugna, essa lógica de campanha e de participação atenta contra a possibilidade de novas práticas se instituírem, pois reforça uma cultura política não identificada com a mudança das injustas estruturas sociais. Essa prática, forjada no campo do clientelismo e da dádiva, quase sempre, é regida por um princípio da sabedoria popular que diz que “*favor com favor se paga*”. É muito comum ouvir o eleitor dizer que já tem *compromisso* com um candidato porque ele o ajudou “na hora da precisão”. Assim, conforme nos bem disse Demócrito, “*pequenos favores prestados no momento oportuno são os maiores para quem os recebe*”. Incentivar o clientelismo, mesmo que seja quando se quer destruí-lo, é uma atitude de risco. O risco é o de fortalecê-lo.

¹⁴³ Em Atalaia esse dado é tão forte que até hoje só proprietários de terra se elegeram prefeitos do município.

¹⁴⁴ Para Bourdieu (1999), os “*habitus*” “funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais”. Não faz o autor e nem advogamos aqui que haja uma repetição mecânica do voto do patrão pelo trabalhador.

moradores¹⁴⁵, ganhando estes, mesmo dentro do universo rural/privado um *status* que ainda hoje, apesar do alerta de Sobrinho, precisa ser mais bem compreendido pelas ciências sociais. É preciso compreender as novas relações de poder e o novo lugar do trabalhador rural, esteja ele no universo rural/privado ou no urbano/público.

Weber¹⁴⁶ define o poder como a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua vontade própria, mesmo contra a resistência e independente da base na qual esta oportunidade se fundamenta. Afirmar que um indivíduo tem poder por induzir um outro a agir de determinada forma, não quer dizer que esta indução seja necessariamente arbitrária, marcada pelo conflito ou que tenha significado unilateral.

As relações de poder, assim como suas definições, são diversas e acolhem diferentes significados e formas. Foucault¹⁴⁷ faz uma interpretação do poder para além dos interditos de lei ou de um esquema unitário de dominação. Para o autor

“(...) se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; (...) O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (...) o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada”.

Reconhecer que os trabalhadores rurais, residindo dentro ou fora da fazenda, são detentores de mais poder e de mais autonomia, significa dar um passo adiante para a

¹⁴⁵ O ato de influenciar votos, mesmo dentro do universo da fazenda, tem um preço que o patrão muitas vezes não quer ou não pode pagar. O preço pode ser dar um ‘agrado’ ao trabalhador fazendo algumas concessões que em condições normais não seriam pedidas ou mesmo recompensar o trabalhador com algum bem, o que representa uma despesa nem sempre suportada pelo patrão. O ato de influenciar o voto pode também criar alguns *vínculos* que muitas vezes são evitados pelos patrões. Queiroz (1978:226) nos diz que com o fim do sistema de moradia “os empresários rurais estão, pois se amputando também da base eleitoral de que ainda pudessem dispor, reforçando-se o poder político urbano”.

¹⁴⁶ Weber, 1989:107.

¹⁴⁷ Foucault. Op. Cit.p 88/89.

compreensão do mundo rural, das novas conformações históricas e das novas relações políticas que estão se desenvolvendo nas regiões sucro-alcooleiras. Coerente com a concepção de Foucault significa compreender que o poder está disposto entre os diferentes atores sociais, que ele circula e se correlaciona. Ele corresponde a uma situação dada e é dinâmico.

Nossas observações indicam que houve uma mudança substancial na natureza da relação patrão e trabalhador rural e na relação entre os postulantes de cargos eletivos e eleitores nas últimas duas décadas na realidade de Alagoas. Uma mudança na natureza da relação não quer dizer que ela também é acompanhada por uma mudança na correlação de forças. Entretanto, há mais do que uma mudança na relação, há uma mudança na correlação de forças.

Os trabalhadores têm mais poder e autonomia hoje do que tinham no passado. Essa mudança é explicitada no momento da definição do voto. Os trabalhadores negociam e barganham o voto como nunca o fizeram antes, mas não têm a mesma força fora dos períodos eleitorais. Além do mais, o fato de estarem mais fortes não tem contribuído para uma alteração nas tradicionais elites políticas locais. Os votados continuam sendo os de sempre: as classes dominantes locais. Isso não é mecânico, mas favorece um redesenho do poder dominante e das velhas práticas políticas e a manutenção do controle do poder local pelas famílias tradicionais. Em Atalaia, três famílias dominam a cena política: os Lopes de Medeiros, os Lopes de Albuquerque e os Albuquerque Pontes. Quando apuramos os fatos, todos vêm de um mesmo tronco genético: a terra. Pertencem a uma mesma família: a cana.

Analisando a categoria autonomia, Castoriadis faz uma distinção entre autonomia individual e coletiva. Deve-se compreender que a autonomia se realiza na superação da alienação e da dominação, que pode ser física, política, ideológica e, num nível mais

profundo, psíquico. A autonomia, ainda conforme o autor, começa na práxis, considerada como o fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia. Conforme essa concepção, a autonomia não é pura, pois não tem como ser a expressão do discurso de um único sujeito apenas. Ela é “*a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. Um sujeito autônomo é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e: isso é bem meu desejo*”¹⁴⁸.

Assim sendo, o discurso do outro estará sempre presente no sujeito, quer tenha ele conquistado a sua autonomia ou não. A autonomia não só não é absoluta, como não se realiza no indivíduo apenas, realiza-se como uma obra coletiva. A superação da alienação e a construção da autonomia têm que ser desejadas para todos. A alienação é imposta pelas instituições sociais que operam sobre o imaginário individual. Por outro lado, a autonomia não se realiza por um ato de saber e de querer, apenas. Para Castoriadis, a construção da autonomia exige a revolução da sociedade instituída, que apresenta-se como uma “*empreitada coletiva*”.

Edgar Morin (1990:98) apresenta a autonomia humana como uma categoria complexa, uma vez que depende de condições culturais e sociais, chegando a afirmar que “*somos uma mistura de autonomia, de liberdade e heteronomia*”. Num outro momento e em outra obra, mas na mesma direção, o autor (1999:36) define a autonomia como um fenômeno paradoxal, haja vista que “*um sistema só pode ser autônomo se depender de condições externas*”.

¹⁴⁸ Castoriadis, op. cit., 1999.

Finalmente, em Sader (1998:114) encontramos, que “sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como vontade”.

A oportunidade de dizer ‘*não*’ é um forte indicador da afirmação da liberdade e da autonomia do trabalhador da região canavieira. Muitas vezes, depois de uma existência inteira na qual a sujeição e a obrigação da casa impediam o livre exercício de sua força de trabalho ou a simples escolha de um candidato num momento eleitoral, por exemplo, a mudança para a cidade representa muito, ainda que isso esteja circunstanciado pela tradição da dádiva e pelo instituto da “*cidadania concedida*”.

Nos pequenos e médios municípios nordestinos, áreas, em geral, mantidas sob égide da grande propriedade da terra e concentradoras de grande pobreza, a lógica privada contingencia o caráter público das instituições sociais, busca nestas os instrumentos de sua legitimação e de sua perpetuação¹⁴⁹. A relação de clientelismo praticada na política local teve (e em certa medida ainda tem) origem nas fazendas e, ao contrário do que quem a realiza pronuncia, não é apenas benevolência, nem é gratuita, ela tem uma dimensão de crueldade, “*doce e quase sempre invisível*”, e inscreve-se corretamente no conceito de “*violência simbólica*”, desenvolvido por Bourdieu:

*“A violência simbólica se constitui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação faz esta relação ser vista como natural”.*¹⁵⁰

¹⁴⁹ Martins (1999:21-22), analisando as raízes do clientelismo e da corrupção na história política brasileira nos diz que “(...) no Brasil a distinção entre o público e o privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao privado. Portanto, *uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa*. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos”. (Grifos do autor).

¹⁵⁰ Bourdieu, 1999:47.

O modelo de dominação inaugurado com o sistema de moradia não teria existido e nem teria como sobreviver se estivesse pautado por uma relação de assimetria absoluta ou por práticas sociais unilateralmente impostas. Ele precisa da adesão às suas regras, necessita da assimilação de suas dinâmicas pelo trabalhador. É nesse momento que o conceito de “*violência simbólica*”, desenvolvido por Bourdieu, demonstra a sua força. É à luz desse conceito que se vai compreender como a dominação social se institui e, principalmente como ela sobrevive em nossa sociedade¹⁵¹.

Nesse contexto, os sistemas de proteção montados no rural tradicional¹⁵² se revigoram e tomam novas feições no ambiente urbano. A liberdade e a autonomia conquistadas com o rompimento do sistema de moradia dão ao trabalhador mais capacidade de negociação dos seus interesses e mais poder de barganha. Por outro lado, isso as impede ou compromete a formulação de um projeto político de classe e a formulação de uma prática política alternativa ao clientelismo. Mas nada disso é capaz de impedir que vejamos na realidade e que registremos um estado de mais liberdade e de mais autonomia.

4.1 ENTRE “O TEMPO DA POLÍTICA” E “O DIA DA ELEIÇÃO”

Há nas ciências políticas no Brasil uma larga experiência de análise do país, em particular do Nordeste, como um espaço privilegiado de relações de clientela e de personalismo. Algumas dessas análises são consagradas e tornaram-se referências

¹⁵¹ Graças a essas relações Freyre (In. Diegues Junior:2002:14) nos diz que se “(...) criou entre senhor e escravo, nos dias normais e não apenas nos de guerra, sentimentos de solidariedade mais de uma vez superiores aos da classe ou da raça de cada um daqueles elementos. Donde poderemos concluir que tais elementos nem sempre foram antagônicos mas, ao contrário, sob mais de um aspecto, simbióticos”.

¹⁵² O rural tradicional foi analisado por Furtado, Sigaud e Chaves.

obrigatórias¹⁵³ para os novos pesquisadores e para o entendimento da realidade. De forma geral esta tradição prima por uma concepção negativa de dádiva, haja vista que “*o fenômeno da dádiva aparece assim associado a um tipo específico de cultura política, arraigado numa tradição autoritário-paternalista*”¹⁵⁴. O estudo das relações de moradia no universo rural/privado e dos vínculos sociais construídos a partir delas, em muito, serviram de inspiração para essas análises.

Ocorre que a realidade vem adquirindo novos significados. Já não são as mesmas as relações de clientela ocorridas nas regiões canavieiras do Nordeste. O sistema de moradia nas fazendas, a partir do final dos anos 60, tem vivido um processo de esgotamento com a destruição de casas, com o abandono voluntário ou com a expulsão de trabalhadores rurais. As relações de clientela tradicionais perdem espaço à medida que se modernizam as relações de trabalho e redefine-se a ocupação dos espaços rurais e urbanos.

A expressão “*o dia*” não representa apenas uma mudança nas dimensões de tempo que definem as relações e os interesses envolvidos numa eleição ou a simples afirmação da dimensão de mercado. Ela é uma expressão consolidada e representa o interesse das elites políticas em que a cooptação de voto se concentrem “*no dia*” da eleição. A manutenção de uma política clientelística, comum ao “*tempo da política*”, custa mais caro, dá mais trabalho, exige mais pessoal e também uma certa organicidade de quem a patrocina.

Nossas investigações nos dão motivos para afirmar que há nas relações de clientela desenvolvidas nos universos rural/privado e urbano/público componentes de dádiva e de mercado. Afirmar que as relações de clientela portam significados de dádiva e de mercado, significa, em princípio reconhecer que dom e mercado têm significados diferentes, como

¹⁵³ Nunes (1975), Holanda (1976), Queiroz (1976), Freyre (2000), Suarez (1994).

¹⁵⁴ França Filho. In Martins, 2002.

também significa, em outro sentido, partilhar do princípio de que “*dom e mercado podem coexistir, compenetrarem-se, corrigirem-se no âmbito de sociedades complexas*”¹⁵⁵. Dessa forma, não nos parece correta qualquer perspectiva que defenda a égide do mercado absoluto, da racionalidade pura como instrumento de análise, mas também não parece adequada qualquer concepção em que as relações sociais aparecem como de pura dádiva, mesmo que a dádiva também possa conter elementos de interesse.

Os pequenos municípios, dominados pelos proprietários de terra e produtores de cana, configuraram-se como uma extensão das fazendas. Os patriarcas¹⁵⁶ de algumas famílias tradicionais, articulados, formaram seus grupos políticos com o objetivo de controlar o poder local e perpetuar uma cultura política marcada pelo personalismo e pelas relações de dom. Uma ilustração curiosa dessas relações encontra-se no artigo *Recordações: saudades das eleições de Atalaia*, publicado no jornal *Folha Atalaiense* (setembro e outubro de 1994), cujo articulista Getúlio Pereira Leite, recordando com um certo saudosismo as eleições das quais participara como observador atento, pinta com primor a cena política e retrata para as novas gerações com toque de naturalidade o que chama de “*feira cívica*”, assim como dá conta das forças e dos atores da política local no meio do século passado:

“Por volta dos meados dos anos cinquenta (50), havia em Atalaia, Estado de Alagoas, uma acirrada disputa eleitoral entre as facções políticas dominantes à época. De um lado, o grupo liderado pelo major José Tenório de Albuquerque Lins, Abraão Fidélis de Moura e Dr. Luís Augusto da Rocha Tenório, do outro, o grupo liderado por José Lopes Duarte (Zeca Lopes) e Aloísio Nonô, bem como o grupo do Dr. João Carlos de Albuquerque (pai/médico) e Dr. João Carlos de Albuquerque Filho (advogado). (...) O Major José Tenório era um próspero fazendeiro de cana-de-açúcar. (...) Zeca Lopes era tabelião público. (...) Naquela época as eleições ocorriam, invariavelmente, no dia 03 de outubro e era uma festa: a movimentação dos cabos eleitorais, dos chefes políticos e dos candidatos. Havia os chamados ‘currais eleitorais’ tanto na cidade quanto no município. (...) Havia alternância de poder: ora o grupo de major José Tenório ganhava as eleições; ora o grupo do Sr. Zeca Lopes. (...) No dia das eleições, algumas casas

¹⁵⁵ Conferir Guy Nicolas. In: Martins 2002.

¹⁵⁶ Segundo Holanda (1976), a família patriarcal forneceu o grande modelo no qual foi calcado as relações entre governantes e governados no Brasil.

davam almoço aos eleitores. A casa do Sr. Zeca Lopes, do Dr. João Carlos, do seu Manu, do seu Arnóbio, do seu Agamenon, do Professor Genário e a casa do Zí (Milton da Costa e Silva)”.

Como se não bastassem as pérolas sobre as relações de dominação e clientela instituídas na política municipal, Leite encerra o artigo com as seguintes palavras: “*Tudo passou mas ficou registrado nos anais de Atalaia aquelas eleições que eram, inegavelmente, uma festa cívica*”. A curiosidade é que no mesmo número do referido jornal, num texto não assinado, lê-se um informe sobre as eleições daquele ano – 1994 – no qual se diz: “*Salvo alguns incidentes em que uns candidatos desrespeitaram a lei e distribuíram feiras, refeições e dinheiro no dia da eleição, (...) a eleição em Atalaia foi bastante tranquila*”. Ou seja, além do tempo, nem tudo passou, conforme acredita Leite.

No relato das eleições atalaienses, realizado por Leite, é possível identificar uma marca bastante comum à tradição das análises das relações de dom e que, na nossa concepção, empobrece a compreensão desse fenômeno: a que coloca o eleitor na condição de *não-ser*, ou seja, na condição de mero beneficiário de um processo verticalizado de dom.

Engana-se quem não enxerga que o eleitor tem o *domínio* de uma parcela da cena política. As relações, sejam de dom ou de mercado, obrigatoriamente, reservam um espaço de atuação para o eleitor, seja porque já existem sinais de vontade política própria, seja porque, mesmo jogando o *jogo* das elites, ele tem uma margem de manobra, do contrário não seria um *jogo*. Ou seria um *jogo* de soma zero.

As negociações de voto se dão num campo aberto. No universo do rural/privado as condições sempre estiveram ou estão, em tese, mais pró-patrão. No universo urbano/público, observa-se uma relação de maior equilíbrio. A transferência para a cidade,

mesmo que represente apenas a saída “*de um ambiente privado/fechado para um publico/limitado*”¹⁵⁷, serve para redimensionar as relações de políticas instituídas.

4.2 OS NOVOS CONTORNOS DA DÁDIVA E DO CLIENTELISMO

Residindo fora do ambiente rural/privado o trabalhador conquista mais autonomia. Essa autonomia refaz as relações verticalizadas vivenciadas no interior das fazendas que comprometiam as relações de dom, pois as relações de dom se dão entre sujeitos. Conforme Simmel “(...) *a dádiva não é, de modo algum, uma simples ação de uma pessoa sobre a outra (...) toda dádiva é uma ação mútua*”¹⁵⁸. O diálogo abaixo, estabelecido com uma trabalhadora rural de 60 anos, todos vividos no universo rural/privado, confirma uma lógica de dádiva inscrita nas práticas cotidianas e coerentes com a teoria que buscamos para validar a experiência empírica:

¹⁵⁷ Conforme a expressão de um entrevistado.

¹⁵⁸ Haesler, 2002:155.

Entrevistador - Tempo de eleição os patrões pediam voto a vocês ou não pediam?
 Entrevistada – Depende de se eles tinham gente que pertencesse a eles, eles pediam.
 Entrevistador - E vocês?
 Entrevistada – Eu não tenho voto, eu nunca votei pra ninguém.
 Entrevistador - E o pessoal?
 Entrevistada – Votava pra todo mundo aí. Os eleitores escolhiam o melhor e votava.
 Entrevistador - Mas não votava em quem o patrão pedia, não?
 Entrevistada – Às vezes votava, né? Eles votavam.
 Entrevistador - Mas o pessoal pedia alguma coisa pra votar nos candidatos do patrão ou votavam de graça?
 Entrevistada – Votavam assim mesmo.
 Entrevistador - Sem pedir?
 Entrevistada – Sim. Eles votavam com ele (o patrão).
 Entrevistador - Sem pedir nada?
 Entrevistada – Sim. Porque a gente fazer um favor a outro pago, não adianta nada.
 Entrevistador - Fazer favor como?
 Entrevistada – A gente fazer um favor, recebendo dinheiro, um favor desse não valeu de nada.
 Entrevistador - Não vale por quê?
 Entrevistada – Porque não vale. Porque se você me pede um favor, eu digo, “eu só faço pago”, quer dizer que eu não fiz aquele favor, eu lhe vendi o favor.
 Entrevistador - Esse favor não vale?
 Entrevistada – Vale não.
 Entrevistador - Favor tem que ser de graça?
 Entrevistada – É. Porque um favor, a gente faz um favor, obrigado a receber outro. Pra mim, na minha opinião é assim.
 Entrevistador - Quem faz um favor tem o direito de receber outro?
 Entrevistada – É isso mesmo.
 Entrevistador - E o voto é um favor?
 Entrevistada – Rapaz, eu não sei, porque eu não entendo de voto. Eu nunca votei e nem entendo de voto.
 Entrevistador- Quando a gente faz um favor, a gente faz esperando alguma coisa de volta ou a gente faz sem esperar nada?
 Entrevistada – Pronto, se eu faço um favor a uma pessoa, aí eu fico ali. Eu espero um tempo, se eu precisar daquela pessoa, se eu pedir um favor, ele me faz aquele favor que eu pedi.
 Entrevistador - E se não fizer?
 Entrevistada – Se não fizer, Jesus agradece.

A análise da participação política das populações essencialmente rurais, estejam elas vivendo no campo ou na cidade, especialmente quando centrada em processos eleitorais, não pode prescindir da compreensão de que as relações de clientela, tradição do universo rural, são, em grande medida reinventadas no universo urbano, bem como de que não

ocorrem apenas em períodos eleitorais. E não é uma simples reinvenção das relações sociais de favor e de clientela. A cidade exige uma *reinvenção da vida*, das estratégias de sobrevivência. Nos pequenos municípios, por exemplo, as relações primárias, comuns no universo das fazendas, mesmo sofrendo alterações, não são substituídas por completo.

Numa realidade com poucas e frágeis organizações sociais, o voto é um instrumento de força e o trabalhador tem cada vez mais consciência disso. O voto configura-se como a principal – quando não a única - forma de participação política¹⁵⁹. Nesse contexto, as eleições se tornam acontecimentos sociais de grande importância social.

As negociações de voto podem ser de caráter particular ou coletivo. Quando coletivas, as negociações, por exemplo, buscam responder a necessidades geradas pela falta de estrutura dos povoados, vilas e da própria cidade ou à satisfação de pleitos realizados por equipes de futebol, grupos folclóricos e outros. As barganhas individuais, por sua vez, são determinadas pela exigência de um valor em dinheiro ou por outro bem que satisfaça a uma necessidade do eleitor¹⁶⁰. A barganha, que se destaque, seja individual ou coletiva, é portadora de uma relação de dom que não cabe dentro de uma lógica puramente racional de explicação da ação humana. Dar, receber e retribuir são características marcantes nesse contexto.

A vinda para a cidade ou para suas periferias e povoados, entre outras coisas, aproxima o eleitor do centro das decisões e de quem tem poder de decisão sobre aspectos importantes da sua vida. Nas relações de voto isso fica muito claro. Respondendo à

¹⁵⁹ Conferir Durham.

¹⁶⁰ A distinção que fazemos aqui entre um bem coletivo e um público pode ser bem compreendida através de dois exemplos. Vejamos. Um grupo de atletas quando reivindica a doação de um conjunto de material esportivo faz uma reivindicação coletiva, mas não de interesse público necessariamente. Já os moradores de um bairro que se organizam e condicionam o apoio ou o voto simplesmente à execução de uma obra como uma praça, a instalação de água ou luz elétrica, hipoteticamente, faz uma reivindicação de interesse coletivo e público.

pergunta sobre o comportamento do eleitor que deixa a cidade, uma liderança política entrevistada nos disse o seguinte:

“Ele começa a viver com o eleitor da cidade e se torna mais, numa linguagem bem popular, mais malandra. E ‘o hábito faz o monge’. Ele começa a se habituar com aqueles malandras, começa a viver também com a mentira dos políticos e começa a aprender com os próprios políticos também a mentir e a enganar porque de tanto ser enganado, ele começa a enganar e na cidade ele tem mais facilidade porque a ‘escola’ é mais ampla, no campo ele está restrito a um pequeno grupo, ao fazendeiro que orienta ele”.

O “*tempo da política*”, mesmo que seja uma oportunidade privilegiada de negociação e de barganha, representa, acima de tudo, a oportunidade que o eleitor tem de saldar ou amortizar sua dívida, de retribuir a ajuda recebida¹⁶¹. E “*a dívida é o que estabelece a distinção fundamental entre dom e mercado*”¹⁶².

Diferente da expressão “*tempo da política*”, percebe-se consagrado no universo vocabular dos cabos eleitorais, candidatos e parlamentares do contexto estudado a expressão “*dia da eleição*”. Investigando o significado da expressão “*dia da eleição*,” nota-se que ela não é apenas a representação de uma medida de *tempo* diferente, se comparada à expressão “*tempo da política*”. Além de visar reduzir o processo de *negociação do voto* ao dia do pleito, ele procura definir essa relação como uma relação dominada pelo mercado.

Diz-se que “é no dia da eleição que se decide tudo”, que “não adianta mais fazer ‘trabalho’ antes, no dia o povo vota em quem dá mais”, “é no dia que tem que ser o

¹⁶¹ Em Martins (1999:29) o fenômeno do clientelismo político ganha uma análise que põe novos elementos históricos no debate sobre o tema na sociedade brasileira. Para o autor “(...) o *clientelismo político* sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente *uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos*, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente *uma relação entre os poderosos e os ricos e não uma relação entre os ricos e os pobres*. Muito antes de que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o preço do voto, já o Estado tinha com os ricos, isto é, os senhores de terras e escravos uma relação de troca de favores (...)”.

¹⁶² Goubout. In Martins:2002: 90.

investimento”. Comentando a diferença entre as eleições do passado e as eleições atuais, um parlamentar atalaiense com quase duas décadas de mandato disse o seguinte:

“Eleição, por incrível que pareça, se decide no dia. Vereador por mais que trabalhe, que ajeite o eleitor... O trabalho que a gente faz são coisas corriqueiras, que a gente não tá fazendo mais do que um favor que eles fizeram pra nós. É uma troca, uma troca permanente. É uma corrente que a gente faz. Independente de dizer que tá comprando o voto. Porque eu não acredito que haja a compra do voto verdadeira. Existe a do dia da eleição, não é? No dia é compra e quem tem dinheiro ganha. O dinheiro venceu a fidelidade”.

Dito dessa forma parece que vivenciamos a mais absoluta emergência das leis de mercado nas relações de voto. Parece o império da *compra* de votos. Mas na verdade não é assim que as coisas estão acontecendo, mesmo que seja verdade que, no “*dia da eleição*”, a *troca* do voto por um bem qualquer – especialmente dinheiro - avance enquanto prática política.

Nas relações de clientela estabelecidas “*no dia*”, observa-se com maior vigor as relações de mercado. Mas esse mercado não está livre de conflitos, muito pelo contrário. A relação do cabo eleitoral ou do candidato com o eleitor, em vários aspectos, é similar à relação consumidor e fornecedor, ou vice-versa. Na barganha é predominante o comércio. A confiança não é a moeda corrente. É uma relação na qual ‘se confia desconfiando’. É uma relação marcada pela suspeita e por atitudes permanentes de prevenção. Há muitos interesses em jogo. E os interesses são diferentes.

O eleitor sabe que só é importante até o momento do voto, sabe que o *significativo* da relação não é a sua pessoa, mas o seu voto, daí o uso de expressões como “*depois que vota o eleitor é como um rolete de cana chupado, não vale nada*”. Os cabos eleitorais que “*investem no dia*” tem dificuldade para cobrar fidelidade, pois o eleitor não é alguém com quem tem relações estabelecidas anteriormente, não lhe fez favores no passado e por uma

questão de praticidade não pretendem manter vínculos mais sólidos¹⁶³. Eles *significam* o que podem dar. Se surgir alguém que ofereça mais, dificilmente, sabem, o *compromisso*¹⁶⁴ será mantido.

O mercado de votos tem muitos paradoxos. A expressão *troca*, por exemplo, quase não é utilizada, mesmo quando as relações assim se configuram. Outro paradoxo é o de que ninguém costuma dizer que comprou ou que vendeu o voto. Comprar, além de deselegante é crime perante a lei. A venda, por sua vez, não é assumida porque, como bem se diz: “*voto não tem preço*”. Acredita-se em que o voto tem valor sempre acima de qualquer estimativa ou ‘agrado’ recebido.

As relações praticadas “*no dia*” não têm apenas significados de mercado. As dimensões de dádiva, ao contrário do que as falas dos seus atores parecem indicar, estão presentes como um pano de fundo de um grande cenário no qual se refaz uma cena história, que não se repete, é verdade, mas assume novos contornos.

Como dizia Lévi-Strauss¹⁶⁵ “*há na troca mais que as coisas trocadas*”. A razão utilitária e calculadora não domina tudo¹⁶⁶. Um exemplo disso é que a ‘troca’ e a ‘venda’ não se revestem de impessoalidade, princípio magno das relações de mercado. Mesmo nas eleições de cargos eletivos estaduais e nacionais em que o contato direto com o candidato é praticamente impossível ou simplesmente não se coloca como uma realidade, a

¹⁶³ Essas relações não são de clientelismo ou de mercado puros, elas têm uma dimensão de dádiva, ainda que de um tipo instantâneo, efêmero e interessado, o que é diferente de quando tais relações são cultivadas por mais tempo, pois formam vínculos duradouros.

¹⁶⁴ Em Palmeira (1996; 51) “Nas últimas décadas, contingentes crescentes de trabalhadores rurais transferiram-se de fazendas, sítios e povoados para as chamadas ‘periferias’, ‘bairros’ ou ‘favelas’ das cidades do interior. (...) geraram uma demanda individualizada crescente de assistência às prefeituras ou aos políticos dos municípios; por outro lado, esse mesmo fato e mais a mobilidade dessas populações tornaram-se mais difíceis as possibilidades de compromissos. Os compromissos tornaram-se, então, mais estritamente eleitorais”.

¹⁶⁵ Bevilaqua, 2001:14.

¹⁶⁶ “(...) os princípios do dom não foram totalmente suplantados pela dinâmica do mercado nas sociedades contemporâneas”. (Bavilaqua, 2001:1).

personalização do contato se dá com o cabo eleitoral ou com o militante partidário, uma espécie pouco comum na realidade estudada. Os partidos políticos, exceto o Partido dos Trabalhadores (PT), que é pequeno e pouco significativo, não existem organicamente. Existem os candidatos, as personalidades. É nelas que o eleitor vota, sendo comum a seguinte frase: “*eu voto no candidato e não no partido, partido é tudo igual*”. Há também nas relações de negociação de voto uma dimensão de busca de vínculos, de amizade e de obrigações.

“*No dia*”, o que se busca é uma *troca*. *Troca*, destaque-se, que se propõe como uma relação completa, com fins bens definidos, ausentes de dívida. Se assim o fosse, esta prática anularia por completo as relações de dom, pois a dádiva é dívida que fica em ‘suspense’, que não precisa ser paga, mas que é dívida. Visto por outro lado, interessa às elites políticas que a cooptação de voto se concentre “*no dia*” da eleição. A manutenção de uma política clientelística custa mais caro, dá mais trabalho, exige um pessoal profissionalizado e uma certa *organicidade* de quem as pratica.

Não se compreende a dinâmica de um processo eleitoral investigando apenas as relações de negociação e barganha do voto estabelecidas “*no dia*” do pleito ou nas vésperas deste, simplesmente. Além do mais, nem mesmo aqueles que utilizam com mais ênfase *trabalham* apenas no dia. Em geral, há pessoas *profissionalizadas* que atuam permanentemente no agenciamento de eleitores.

É um erro tomar a expressão “*no dia da eleição*” como sendo portadora de um sentido absoluto. O mapeamento ou o “*cadastro*” dos eleitores é construído nos meses que o antecedem. Ninguém se elege apenas com votos conseguidos no “*dia da eleição*”. Nem todos votam conforme as regras do “*toma lá dá cá*” que parecem reger o momento do pleito.

As barganhas do “*dia da eleição*” ou do período que o antecede não anulam a força da “*cultura da dádiva*” inscritas no imaginário e nas práticas dos atores que fazem a cena política. Nesse sentido é preciso investigar os significados da expressão “*dar o voto*”, “*dei meu voto*” utilizada tanto para designar o voto enquanto dádiva desinteressada, gratuita ou como ato de cálculo e de interesse. Dar o voto é uma dimensão de dádiva. Receber algo em ‘troca’ do voto não anula necessariamente a dimensão de dádiva presente nas relações de negociação e barganha.

A inequivalência, característica da dádiva, está preservada quando a ação de troca é mais simbólica do que real. E o voto é uma instituição que se inscreve no mundo do simbólico. Ele representa muito para quem o dá e mais ainda para quem o recebe.

O poder de dar e o poder de retribuir são condições que fazem do trabalhador um sujeito de identidade. O voto é um instrumento de poder. Poder de votar, poder de negociar, de barganhar, de dar e de, por isso, receber. Poder de conceder poder inscrito na faculdade de votar em alguém para um cargo eletivo. O dom é sinônimo de poder. No universo urbano/público, ainda mais sobre o seu controle, votar é uma decisão tomada com maior autonomia. Nesse sentido as relações de ‘troca’, de bilateralidade, imediata ou não, e, muitas vezes, até de uma pretensa equivalência, ao contrário do que propõe Karsenti¹⁶⁷, são dados afirmativos de uma relação de dádiva. Mesmo que a dádiva, feita visando um ganho imediato, seja fruto de desprezo acentuado, como destaca França Filho¹⁶⁸, ela não deixa de ser dádiva. As relações de negociação de voto estão circunscritas numa relação de dádiva de interesse imediato e de mercado, por isso é paradoxal. O desafio que está posto é descobrir – se é que isso é possível – onde, como começa e quando termina cada um. Não

¹⁶⁷ In Godbout, 2002.

¹⁶⁸ In França Filho; 2001:9.

nos propomos a isso neste trabalho, nem achamos esta tarefa possível de ser cumprida satisfatoriamente. Além do mais, a razão de fundo para explicar esse suposto novo comportamento do eleitor encontra mais força explicativa quando se define que não é a simples mudança do campo para a cidade que o justifica. A razão de fundo, apresentada por um vereador entrevistado, é que houve um deterioramento no comportamento dos políticos e uma descrença com o sentido das instituições. Segundo o vereador, *“o eleitor hoje é desconfiado, é revoltado. Descaracterizou o sentimento, a dignidade das pessoas. Hoje o próprio político paga um preço por isso tudo, ele trouxe pra ele a descrença, a descredibilidade com sistema político”*. Em função disso, acredita-se, mudou também o comportamento do eleitor. Essa explicação, certamente, não diz tudo, mas é um elemento, entre tantos outros, que nos permite entender essa realidade.

5 CONCLUSÕES

As profundas mudanças por que passa o setor canavieiro não têm origem no seu interior apenas, elas revelam que o setor precisou incorporar as transformações vividas por outros segmentos da economia capitalista para sobreviver e ganhar poder de competitividade no mercado externo e interno. Não lidamos mais com um setor da economia que pode ser definido como exemplar de um capitalismo tardio.

Em grande parte da região canavieira instalou-se uma linha de produção muito similar às implementadas nas modernas indústrias. Essas regiões vêm utilizando tecnologia de ponta e técnicas de produção cada vez mais aprimoradas. A tradição das relações pessoais envolvendo patrões e empregados vem sendo jogada fora e no seu lugar surgem relações empresarias marcadas por uma objetividade produtiva que fazem como que o trabalhador deixe de ser uma pessoa e passe a significar um “*número*” produtivo.

O fim do sistema de moradia que começou em Alagoas com a expansão dos canaviais nos anos 50 e fechou os anos 90 como um processo irreversível representa não só a mais completa expropriação do trabalhador dos seus meios de vida característicos desse modelo de organização social, mas também afirma o fim de um modelo de vida que, sob o signo do rural/privado, consolidou na sociedade nordestina uma cultura do protetorado, da dádiva e de um patrimonialismo que desconhece ou confunde as fronteiras entre bem público e o bem privado.

Fica claro que não é apenas um modelo de organização econômica e de relação de trabalho iniciado no período escravocrata que perde espaço com o esgotamento do sistema de moradia nas fazendas. Esgota-se um modo de vida específico. E esse não é um processo

posto apenas para os trabalhadores rurais, de forma desigual, ele é válido para as classes dominantes da região. Não só os trabalhadores têm que rever os seus signos de convivência, as suas relações com mundo do trabalho e com o mercado, os patrões também precisam fazer isso, e talvez de forma mais intensa. A sociedade global e suas exigências chegam para as classes dominantes de forma mais cristalizada. O mundo do produtor de açúcar, por sua exigência de estar sintonizado com os movimentos do mercado externo, sempre precisou ser mais amplo.

A articulação entre o local que ele procurava dominar e o global também é uma necessidade antiga, mas o quadro que se formou nas últimas três décadas é mais impertinente nesse sentido. Essa realidade também se tornou mais difícil de se contentar. Além disso, no plano local, o seu poder precisou se recompor sob novas condições e a partir de novas estratégias. Com a ampliação dos espaços públicos, o que ocorreu em detrimento do poder privado, a disputa do poder local, algumas vezes, deixou de se dar exclusivamente entre os potentados grupos familiares ligados à tradição dos engenhos e das grandes propriedades de terra e incorporou setores de classe média que tinham suas raízes no comércio, por exemplo.

Os trabalhadores ingressam nessa realidade em condições de precariedade econômica, muitas vezes, ainda maiores do que aquelas vivenciadas nas fazendas, mas sob condições inéditas de liberdade. O fim da moradia que depõe contra as suas condições de vida, mas não é uma imposição ou um castigo imposto a todos. Muitas vezes, a mudança para a cidade, alcançada apenas por meio de suas periferias ou dos povoados mais próximos desta - portanto, não alcançada -, é buscada, é idealizada. É no ambiente urbano/público, que não é necessariamente urbano, que o trabalhador vai encontrar as oportunidades de se realizar enquanto sujeito portador de vontade e vai descobrir e

satisfazer necessidades que no universo rural/privado não podia realizá-las não existiam. Esse processo exige do trabalhador habilidades e talentos que o universo da fazenda não pedia e não lhe dava oportunidade de ter.

E não estamos falando de um mundo rural que se desintegra ou de um modo de vida que se esfacela no meio urbano. O rural toma novas formas, transforma-se. Também não reconhecemos o imperialismo do urbano. Ele tem força e ele avança, mas não só invade, ele também é invadido. Os hábitos rurais em perímetros urbanos, como diz Maia, estão presentes no interior das cidades, nos seus limites e nos seus centros. Nesse sentido, nos parece adequado o entendimento que rompe com a visão dicotomizada entre urbano e rural e que os compreende como partes de uma mesma sociedade global.

O esgotamento da moradia é um movimento paradoxal. Ao mesmo tempo em que representa o esfacelamento de um modelo de concentração de mão-de-obra em condições de semi-servidão, o que nos anima a dizer que um dos seus maiores significativos é o de inscrever as relações de trabalho no contexto das relações modernas entre capital e trabalho e, portanto, se comparada com a situação anterior da moradia, digna de ser declarada como afirmativa de um *status libertatis*, apresenta-se também como um mecanismo aperfeiçoado de uma etapa mais agressiva da relação capital e trabalho e implica na expropriação do trabalhador rural. Tal paradoxo não diminui a importância desse processo, pelo contrário, enriquece-o de significados e torna-o um tema mais atraente para novos estudos no campo das ciências sociais.

O conjunto de mudanças que vem se verificando no universo canavieiro ratifica o modelo de propriedade e de ocupação do solo construído no Brasil colonial. O fato é que a estrutura fundiária não mudou, a dinâmica de produção e concentração de riquezas se manteve inalterada, continua servindo como fonte de poder e definindo as relações políticas

da região. À parte isso, para contrariar as mais tradicionais concepções de assimetria absoluta nas relações do universo canavieiro, estamos assistindo nos últimos tempos a um fortalecimento da identidade do trabalhador, fenômeno que não pode simplesmente ser considerado novo, porque isto seria desconsiderar os estudos realizados especialmente na zona da mata pernambucana a partir da década de 60 por um conjunto de pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas que precisa ser revisitado no plano da experiência empírica e revisto na sua tradição conceitual.

Uma das conclusões fundamentais a que chegamos é o de que o esgotamento do sistema de moradia no contexto de Alagoas é fruto de uma combinação de fatores que se inicia ainda na década de 50 com a expansão dos canaviais, é influenciada pelo aprofundamento das contradições de classe no campo dos anos 60, experimentados especialmente no Estado de Pernambuco, prossegue nas décadas seguintes com o recrudescimento das relações capital/trabalho que tem na proletarização do trabalhador sua face mais dramática e, nas últimas décadas, se consolida com a crise ou esgotamento do sistema de moradia nas fazendas. Os fenômenos legais da criação da delegacia da Justiça do Trabalho em Alagoas e da instalação da Junta de Conciliação de Atalaia, são fundamentais para a consolidação do processo que registramos aqui como iniciado com a ocupação dos tabuleiros pelos canaviais há cinco décadas.

Mesmo que as raízes mais profundas da cultura social do universo canavieiro estejam plantadas no terreno, que ontem abrigou um engenho e hoje acolhe uma usina, o fato é que elas se espalharam e assumem novas feições que, se não as modificam na matriz, as ressignificam e compõem uma nova identidade. É preciso atualizar os estudos realizados na região canavieira e identificar as suas mudanças e permanências.

A relação do esgotamento do sistema de moradia com o aumento da liberdade, da autonomia e do poder do trabalhador, mesmo que não o consideremos uma relação de causa e efeito, é de uma relação inevitável. Morando fora do universo rural/privado o trabalhador próprio se define como um ser de maior liberdade e mais espaço de ação individual. A participação política faz parte das mudanças que vivem os trabalhadores e quase sempre a sua participação se reduz ao voto. E o voto, que quase sempre, é visto como um instrumento de poder, uma moeda de barganha de bens e serviços imediatos, ganha importância. Nesse terreno as relações de clientelismo e de dádiva ganham mais força e assumem novas formas.

Eis que vamos perceber um novo paradoxo social. As relações de dádiva e de clientelismo que muitas vezes foram vistas de forma apenas negativa, pois fortalecem uma cultura de dependência e de dominação de classe, vai também revelar fragilidade da ordem constituída e injustamente mantida a partir de um sistema político que finge ser democrático e legítimo, quando abre para a maioria da população adulta o direito de votar e ser votado, mas que faz vistas grossas para o uso do poder econômico e de instrumentos aliciadores no processo eleitoral. As classes dominantes têm se revelado incapazes de convencer os membros da sociedade que ela tem legitimidade para dar direção política ao conjunto da sociedade, que os seus interesses são universais, por isso ela precisa ‘agradar’ ao eleitor para obter a sua aprovação, quando consegue.

Além de tudo isso, as relações de dádiva que sempre foram utilizadas para explicar grande parte das conformações sociais da região não são capazes de impedir os conflitos de classe que perpassam a vida em sociedade e se explicitam num momento eleitoral. Em circunstância comum num processo eleitoral, certas vezes, se inscrevem numa estratégia de dominação, podem se constituir num mecanismo fundamental de amortização das tensões

sociais e para manter laços de opressão. Mas as relações de clientela e de dádiva não obedecem necessariamente a nenhum esquema de racionalidade pura ou de interesse direto. A dádiva resulta de um acordo e contém uma dimensão de gratuidade que não se esgota no ato de retribuir.

Por outro lado, a barganha e o dom, da forma como têm ocorrido não contribuem para inverter o jogo das elites, pois acontecem no seu campo preferido de ação e encontram eco numa cultura bastante arraigada em amplos setores da sociedade. Além disso, prejudicam a criação de condições para o surgimento e para a afirmação de um projeto político alternativo ao modelo em curso, na medida em que ajuda afirmar uma regra na qual só quem possui riquezas ou uma rede de favorecimentos construída pode aspirar existir politicamente numa realidade com tais características.

Nesse contexto, a apologia que acontece do tema liberdade precisa ser refletida. Mesmo que o fundamento essencial da liberdade seja o direito de escolha, esse direito sofre os limites que a realidade impõe e que a posição de cada sujeito numa sociedade injusta e desigual revela. Os trabalhadores, certamente, conquistaram mais espaço para exercer a sua liberdade de fazer opção. A liberdade é uma categoria recorrente, um tema transversal que não tem categoria de absoluto, pois está delimitado por um conjunto de condicionantes estruturais, mas que perpassa os setores fundamentais da vida do trabalhador.

Não é servidão ou a escravidão o tema que recorre com mais força no universo vocabular e nem simbólico do discurso do trabalhador que deixa o universo rural/privado e ingressa no urbano/público, é a liberdade. Servidão e escravidão são expressões usadas para falar de um passado antigo ou recente. A liberdade é a expressão do presente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro. Notas sobre a história de Alagoas. Maceió, SERGASA, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió, EDUFAL, 1997.
- _____. Modernização e Pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- _____. A Terra e o Homem no Nordeste – contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed.-Recife:Editora Universitária da UFPE,1998.
- BEVILAQUA, Ciméa. Notas sobre a Forma e a Razão dos Conflitos no Mercado de Consumo. XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2001.
- BOUDON, Raymond, BOURRICAUD, François. Dicionário Crítico de Sociologia; tradução Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo; Editora Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico; tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.
- _____. A Dominação Masculina. Tradução Maria Helena Kuhner- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, CPDA (5):1995.

- _____. Senhores da Terra, Senhores da Guerra; a nova face política das elites agroindústrias no Brasil. Pref. de José de Souza Martins. R. de Janeiro, Forense Universitária/UFRJ, 1997.
- CAILLÉ, Alan. A Demissão dos Intelectuais. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.
- _____. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, n.38, 1998.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. Alagoas 1980-1992: a Esquerda em Crise. Maceió, EDUFAL/LUMEN/ENGENHO, 1993.
- _____. Análise da reestruturação Produtiva da Agroindústria Sucro-alcooleira Alagoana. Maceió: EDUFAL, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Sociologia do Açúcar, pesquisa e dedução. Coleção canavieira, nº 5, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 1971.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade; tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- CAVALCANTE, Vandete Pacheco. Atalaia, Último Reduto dos Palmarinos. Ed. Sergasa. 1ª Ed. Atalaia. 1980.
- CAVALCANTI, Edward Robinson de Barros. Alagoas – A Guarda Nacional e as Origens do Coronelismo. Rio de Janeiro, 1979, 176 p. (Tese de mestrado –IUPERJ- Pós-Graduação em Ciências Políticas).
- CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, 127-164.
- CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez

- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O Bangüê nas Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 2. ed. Maceió, EDUFAL, 2002.
- DURHAM, Eunice R. A Caminho da Cidade. Coleção Debates. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1984.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Força Crítica de uma Concepção Mausiana da Dádiva. XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Rurbanização: o que é? Recife, Editora Massangana, 1982.
- _____. A Presença do Açúcar na Formação Brasileira. Coleção Canavieira, nº 16. Instituto do Açúcar e do Alcool. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 1975.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. Rio de Janeiro: Graal. 1995.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 27ª. Ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- _____. Dialética do Desenvolvimento. 2ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A. 1964.
- GODBOUT, Jacques T. Caillé, Alain. O Espírito da Dádiva. Tradução Pierre Charles F. X. Wuillaume. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- _____. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). A Dívida entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola.1997.
- HAESLER, Aldo. A Demonstração pela Dívida, abordagens filosóficas e sociológicas. In: A Dívida entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Org. .MARTINS, Paulo Henrique Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. Formas de Dominação e Espaço Social. A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas. São Paulo, MCT/CNPq/Marco Zero, 1988.
- _____. A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Livraria José Olympio Ed. 10º Ed. Rio de Janeiro.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. 3ª Rio de Janeiro. Ed. Editora Nova Fronteira 1997.
- LEITE, Getúlio Pereira. Recordações: saudades das eleições de Atalaia. Folha Atalaiense, Atalaia, setembro e outubro. 1994, p.2.

- LIMA, Rusinete Dantas de. O trabalho Rural no Brasil. São Paulo: LTr. 1992.
- LOUREIRO, Osman. Açúcar – notas e comentários. Maceió, Gráfica São Pedro, 1969.
- MAIA, Doralice Sátyro. O Campo na Cidade: Necessidade e Desejo (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB). Florianópolis,1994, 200 p. (Tese de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geociências – UFSC).
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes. 3ª Edição, Petropolis. 1986.
- _____. O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINS, Paulo Henrique (Org.). A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. A Cultura Política do Patriacarlismo. Estudos de Sociologia, Ver. do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Vol I (1), pp 35-51, 1995.
- _____. O Paradigma da Dádiva e as Ciências Sociais no Brasil. XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. A Ideologia Alemã. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora Hucitec. 1986.

- MASTROPAOLO, Alfio. Clientelismo.. In: Dicionário de Política / Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmem C. Varriale- 6ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.
- MENDRAS, Henri. A Cidade e o Campo. In. Sarmiento, Walney Souza M., Sociologia Rural; seleção de textos. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1978, 2ª edição.
- MELLO, Paulo Décio de Arruda. Cana-de-Açúcar e Reestruturação Produtiva: Ação Sindical e dos Movimentos Sociais Rurais em Alagoas a partir de 1985. Recife, 2002, 256 p. (Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa. Hucitec-Abrasco. São Paulo, 1998.
- MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo; tradução: Dulce Matos. Lisboa, Instituto Piaget, 1990.
- _____. Autonomia ou Dependência da Ciência. Revista FAMECOS, nº 10, pp. 34-42, Porto Alegre, jun. 1999.
- OLIVEIRA, Hugo Paulo. In: Luís da Câmara, Sociologia do Açúcar. 1ª edição. Rio de Janeiro. 1974.
- PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão no Brasil: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres e livres no Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875. Dados, Revista de Ciências Sociais, R. de Janeiro, 30 (3): 325-356. 1987.
- PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

- PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho; notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. Contraponto, Niterói, 2 (2): 103-114, nov. 1977.
- _____. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Márcio. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, 40-56.
- QUEIROZ, Álvaro. Episódios da História de Alagoas. Maceió. SERGASA. 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- _____. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil: ensaios. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SANTANA, Moacir. Contribuição à História da Cana-de-Açúcar de Alagoas. Recife, IAA / Museu do Açúcar. 1970.
- SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- STOPPINO, Mário. Poder. In: Dicionário de Política / Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmem C. Varriale- 6ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.
- SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. Cassacos e Corumbás. São Paulo. Ática. 1977.
- _____. Raízes da Desigualdade na Cultura Política Brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, pp. 26-37, jun. 1994.
- _____. Caminhos da Cidadania: comentários adicionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 25, pp. 48-51, jun. 1994.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. A Metamorfose das Oligarquias. Curitiba, HD Limas, 1997.

- _____. A Tragédia do populismo alagoano (o Impeachment de Muniz Falcão). Maceió, AL, EDUFAL, 1995.
- WANDERLEY, Maria de Narareth B. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. A Modernização sob o Comando da Terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil. Idéia, Revista do IFCHH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): 25-54, jul-dez. 1996.
- _____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. IN: TEDESCO, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo, UPF, 1999.2 ed. 1999. 406 p.
- _____. Fernando Antonio Lourenço. O Agricultor e a Vida Local. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) Agricultura Familiar; 2. Do mito à realidade. Campinas, UNICAMP, 1998.
- _____. A Emergência de uma nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro,(15):69-129, out. 2000 (a).
- _____. A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil. ANPOCS. PETRÓPOLIS, out. 2000 (b).
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Livraria Pioneira. Editora. 1994.
- _____. Ensaio de Sociologia. Tradução Waltensir Dutra. 5ª Ed. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1982.
- _____. Conceitos Básicos de Sociologia. São Paulo; Editora Moraes,1989.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista ao

Z.E.E. www.fea.usp.br/professores/zeeli/. 2001a.

_____. O Campo e o censo. www.fea.usp.br/professores/zeeli/. 2001b.

_____. Ilusão de um País urbano. www.fea.usp.br/professores/zeeli/. 2001c.

Revistas e Periódicos:

1700-1875. *Dados*, *Revista de Ciências Sociais, R. de Janeiro*, 30 (3): 325-356. 1987.